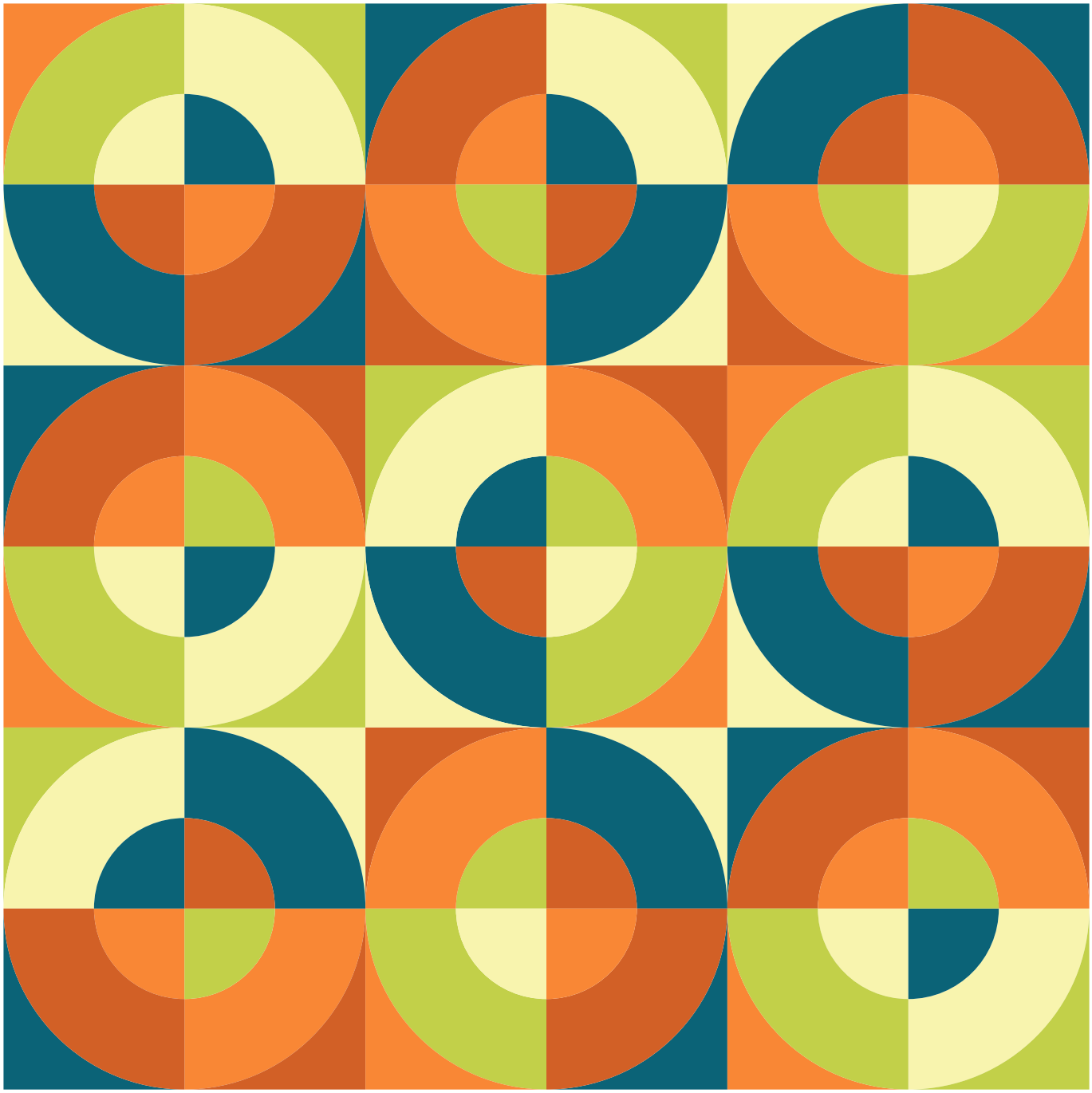
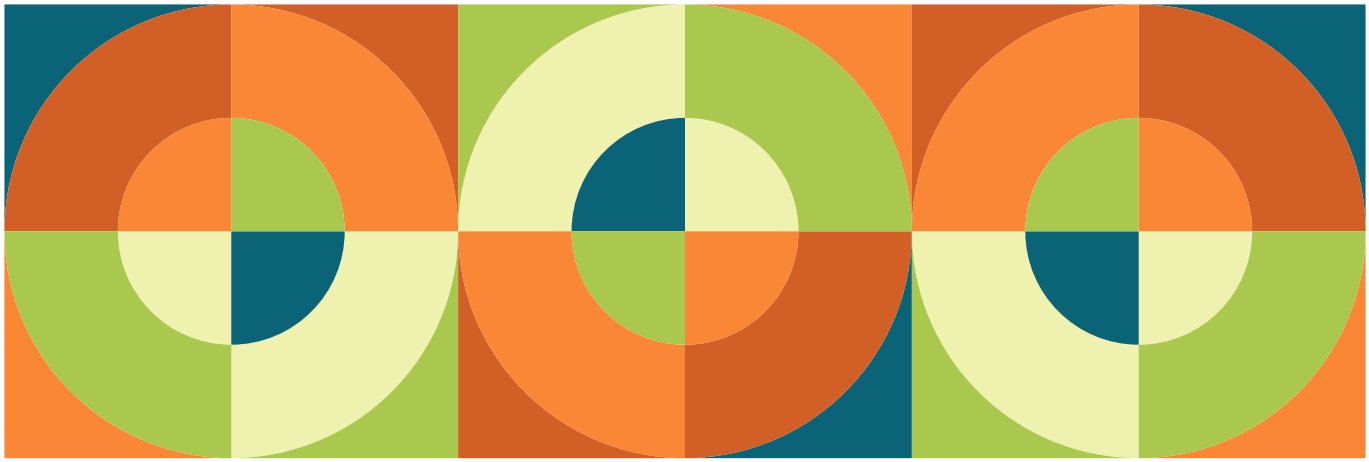


Pessoas com Deficiência em Portugal

Indicadores de Direitos Humanos **2025**

INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Observatório da Deficiência
e Direitos Humanos
Disability and Human Rights Observatory



ODDH
OBSERVATÓRIO DA DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL

INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS 2025

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

DEZEMBRO DE 2025

INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Observatório da Deficiência
e Direitos Humanos
Disability and Human Rights Observatory

O Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) visa acompanhar a implementação de políticas para a deficiência em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, assim como promover processos participativos de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

TÍTULO

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL:
INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS 2025

AUTORAS

Paula Campos Pinto
Maria Cecília Moutinho
Patrícia Neca
Teresa Janela Pinto

OBSERVATÓRIO DA DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda
1300-663 Lisboa
Gabinete 19 (piso -1) – Tel.: 213 619 430 – email: oddh@iscsp.ulisboa.pt
http://oddh.iscsp.ulisboa.pt

EDITOR

ISCSP – INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda
1300-663 Lisboa
www.iscsp.ulisboa.pt

DESIGN EDITORIAL E PRODUÇÃO

Área de Edições e Documentação, ISCSP-ULisboa

ISBN 978-989-646-191-1

Fotografias: shutterstock.com

Lisboa, dezembro de 2025

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS 4

ÍNDICE DE TABELAS 5

INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS 2025: INFOGRAFIAS 6

INTRODUÇÃO 10

1. EDUCAÇÃO 13

Evolução de indicadores 14

Abandono escolar e deficiência: Portugal no contexto europeu 14

Acesso ao ensino superior 17

Participação em educação e formação 18

Jovens que não trabalham e não estudam (*NEET*) 20

2. TRABALHO E EMPREGO 24

Evolução de indicadores 25

Trabalho, emprego e deficiência: Portugal no contexto europeu 26

Integração profissional de pessoas com deficiência no setor privado 37

Integração profissional de pessoas com deficiência nas administrações públicas 41

3. CONDIÇÕES DE VIDA E PROTEÇÃO SOCIAL 43

Evolução de indicadores 44

Pobreza, exclusão social e deficiência: Portugal no contexto europeu 45

Prestação Social para a Inclusão 57

Despesa com proteção social 58

Produtos de apoio 62

Serviço de Apoio à Vida Independente 64

REFERÊNCIAS 66

Índice de Figuras

1. Taxa de abandono escolar nos jovens com e sem deficiência, 2023 (18-24 e 18-29 anos; Portugal e média dos países da UE; %) 15

2. Taxa de abandono escolar nos jovens com e sem deficiência, 2015-2023 (18-24 e 18-29 anos; Portugal; %) 16

3. Evolução do número de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior, 2020/2021 – 2024/2025 (Portugal) 17

4. Taxa de conclusão do ensino superior nas pessoas com e sem deficiência, 2023 (Portugal e média dos países da UE; %) 18

5. Taxa de participação em educação e formação nas pessoas com e sem deficiência, 2022-2024 (Portugal e média dos países da UE, %) 19

6. Taxa de participação em educação e formação das pessoas com deficiência, 2024 (países da UE, %) 21

7. Taxa de jovens com deficiência e sem deficiência que não trabalham e não estudam (NEET), 2022-2024 (Portugal e média dos países da UE, %) 22

8. Taxa de jovens com deficiência que não trabalham e não estudam (NEET), 2024 (países da UE, %) .. 23

9. Evolução da taxa de atividade nas pessoas com e sem deficiência, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %) 26

10. Evolução da taxa de atividade nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal; %) 27

11. Evolução da taxa de atividade nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; UE; %) 28

12. Taxa de emprego, por grau de deficiência, 2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %) 29

13. Evolução da taxa de emprego nas pessoas com e sem deficiência, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %) 29

14. Evolução da taxa de emprego nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal; %) 30

15. Evolução da taxa de emprego nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; UE; %) 31

16. Evolução da disparidade na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência, 2015-2024 (20-64 anos; Portugal e UE; pontos percentuais) 32

17. Disparidade na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência, 2024 (15-64 anos; países da UE; pontos percentuais) 33

18. Evolução da taxa de desemprego nas pessoas com e sem deficiência, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %) 34

19. Evolução da taxa de desemprego nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal; %) 35

20. Pessoas com e sem deficiência em situação de desemprego de longa duração (12 meses ou mais), 2022-2024 (20-64 anos; Portugal e UE; %) 36

21. Pessoas com deficiência em situação de desemprego de longa duração (12 meses ou mais), 2024 (20-64 anos; países da UE; %) 37

22. Evolução do número de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, por grupo etário, 2015-2023 (Portugal continental) 39

23. Evolução do número de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, por habilitações literárias, 2015-2023 (Portugal continental; %) 40

24. Evolução do número de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, por grau de incapacidade, 2015-2023 41

25. Evolução da taxa de risco de pobreza, antes das transferências sociais, por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %) 45

26. Taxa de risco de pobreza, antes das transferências sociais, na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %) 46

27. Evolução da taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %) 47

28. Taxa de risco de pobreza, após as transferências sociais, na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %) 48

29. Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %) 49

30. Taxa de risco de pobreza ou exclusão social na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %) 50

31. Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por grau de deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média de países da UE; %) 51

32. Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por deficiência e grupo etário, 2015-2024 (Portugal e média dos países da UE; %) 52

33. Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por sexo e deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal; %) 53

34. Evolução da percentagem da população incapaz de manter a casa adequadamente aquecida por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %) 54

35. Taxa da incapacidade da população com deficiência de manter a casa adequadamente aquecida na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %) 55

36. Taxa de sobrecarga dos custos com a habitação na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %) 56

37. Evolução da taxa de sobrecarga com custos com a habitação para as pessoas com e sem deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal; %) 57

38. Evolução do número de beneficiários/as da Prestação Social para a Inclusão, 2015-2024 (Portugal) 58

39. Despesas com Proteção Social para pessoas com deficiência por PIB, 2023 (países da UE; %) 59

40. Despesas com Proteção Social para pessoas com deficiência por PIB, 2015 – 2023 (Portugal e média dos países da UE; %) 60

41. Evolução do número de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, por grau de incapacidade, 2015-2023 61

42. Despesas com Proteção Social para Pessoas com deficiência por PPS, 2015-2023 (Portugal e média dos países da UE; %) 62

43. Evolução do número de Planos Individualizados de Assistência Pessoal ativos, mês de dezembro de 2020-2024 e agosto de 2025 (Portugal continental) 64

Índice de Tabelas

1. Evolução da prevalência de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, 2015-2023 (Portugal Continental) 38

2. Evolução da prevalência de trabalhadores/as com deficiência na administração pública, 2015-2024 (Portugal) 42

3. Evolução da verba orçamentada, executada, número de produtos e de beneficiários/as dos Produtos de Apoio e do rácio do montante despendido por beneficiário, 2015-2024 (Portugal) 63

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL

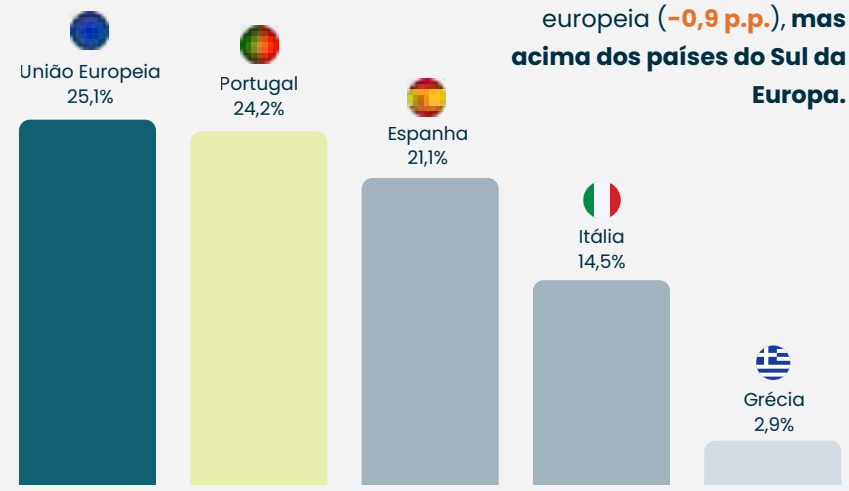
INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS 2025: INFOGRAFIAS

Educação

TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (2024)

24,2 % **25,1 %**

Portugal e Europa com **+3,2 p.p.** comparativamente a 2022.

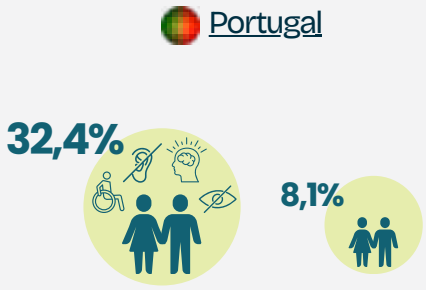


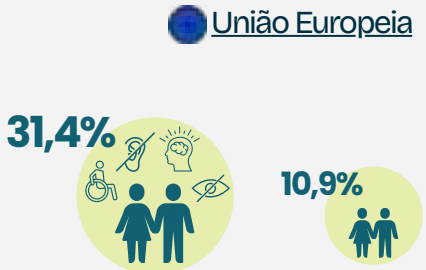
Portugal abaixo da média europeia (**-0,9 p.p.**), **mas acima dos países do Sul da Europa.**

Fonte: Eurostat (2025). Participation rate in education and training (last 12 months) by level of disability (activity limitation).

NEET (2024)

Jovens com deficiência e sem deficiência que não trabalham e não estudam

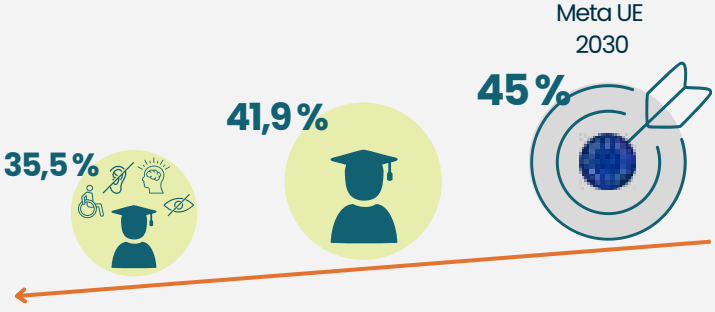




Fonte: Eurostat (2025). Young people neither in employment nor in education and training by level of disability (activity limitation) (NEET rates).

ENSINO SUPERIOR

Taxa de conclusão de estudantes com e sem deficiência dos 25 aos 34 anos, Portugal (2023)



5300

Estudantes com deficiência a frequentar o Ensino Superior (2024/25)

+30,4 % comparativamente a 2023/24

+105,3 % comparativamente a 2020/21

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise. (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Trabalho e Emprego

DISABILITY EMPLOYMENT GAP (2024)

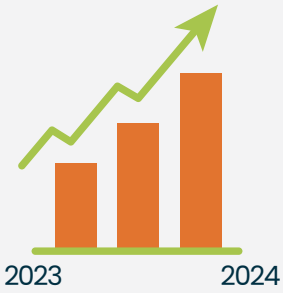
Disparidade na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência

21,3 p.p.

24,0 p.p.

quase 4 vezes maior do que o *gender employment gap*

Evolução da disparidade da taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência



Aumento de **7,3 p.p.**

Aumento de **2,6 p.p.**

Fonte: Eurostat (2025a). Disability employment gap by level of activity limitation and sex.

DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (Portugal, 2024)

(12 meses ou mais)

54,3% taxa de desemprego de longa duração

+4,5 p. p. comparativamente a 2022

35,6% taxa de desemprego de longa duração

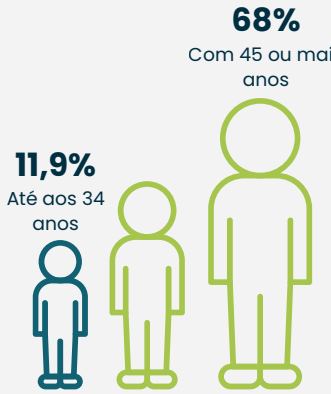
-8,9 p. p. comparativamente a 2022

Portugal na **4ª pior posição** da UE

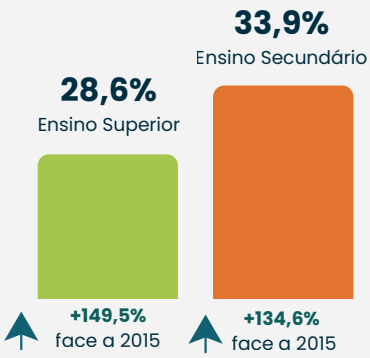
Fonte: Eurostat (2025). Persons in long-term unemployment (12 months or more) by level of disability - % of total unemployment

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES/AS COM DEFICIÊNCIA (Setor Privado, Portugal, 2023)

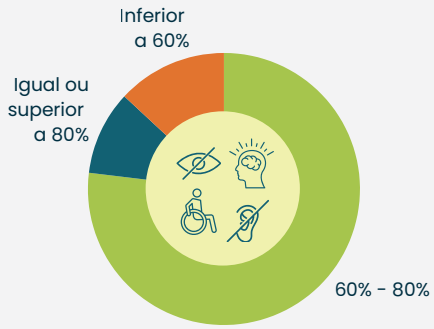
Grupo etário



Habilitações literárias



Grau de incapacidade



Fonte: GEP-MTSSS (2025a). Balanço social – Coleção Estatísticas [2015-2023].

Fonte: GEP-MTSSS (2024a). Balanço social – Coleção Estatísticas [2011-2022].

Condições de vida e proteção social

CONDIÇÕES HABITACIONAIS (2024)

Sobrecarga com custos com a habitação

6,1% **10,4%**

Portugal em **situação mais favorável** que a média europeia.

Fonte: Eurostat (2025a). Housing cost overburden rate by level of disability (activity limitation), sex and age.

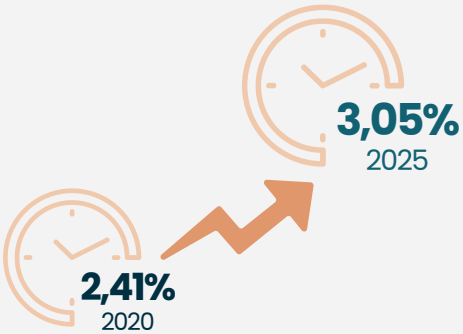
Incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida

Portugal na **3ª pior posição** entre países da UE.

Fonte: Eurostat (2025b). Inability to keep home adequately warm by level of disability (activity limitation), sex and age

SERVIÇO DE APOIO À VIDA INDEPENDENTE

1124
Planos Individualizados de Assistência Pessoal (agosto de 2025)



3,05%
2025

2,41%
2020

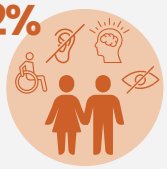
Horas diárias de assistência pessoal por beneficiário/a

Fonte: INR (2025b). Relatórios Mensais MAVI (Modelo de Apoio à Vida Independente) [2020-2025].

RISCO DE POBREZA DEPOIS DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS (2024)

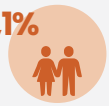
Portugal

22,2%



+2,2 p. p.
face a 2022

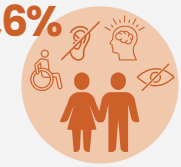
14,1%



+0,1 p. p.
face a 2022

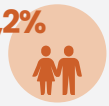
União Europeia

20,6%



+0,1 p. p.
face a 2022

14,2%

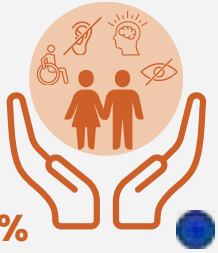


-0,3 p. p.
face a 2022

Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age [2015-2024].

DESPESA COM PROTEÇÃO SOCIAL (2023)

Percentagem com base no Produto Interno Bruto (PIB)

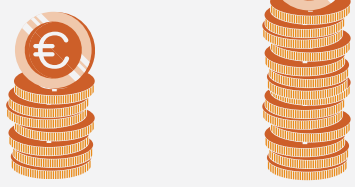


1,49%
-0,33 p. p.
face a 2015

1,88%
-0,1 p. p.
face a 2015

Fonte: Eurostat (2025i). Social protection expenditure on disability by benefits - % of GDP [2015-2025].

Despesa em Paridade de Poder de Compra (PPC)



448,69
PPS

725,28
PPS

Fonte: Eurostat (2025). Social protection expenditure on disability by benefits - PPS per inhabitant [2015-2025].

INTRODUÇÃO

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que Portugal assinou e ratificou em 2009, convoca um novo olhar sobre a deficiência. Abandonando uma visão assente numa perspetiva médico-assistencialista para abraçar uma abordagem baseada em direitos, onde a deficiência é vista como uma questão de igualdade, não discriminação e acesso, a Convenção impõe profundas transformações institucionais, políticas e sociais, visando a construção de uma sociedade inclusiva que respeite e celebre a diversidade humana.

Alinhado com este compromisso internacional, o ordenamento jurídico português tem vindo a sofrer alterações com vista à proteção e promoção dos direitos deste importante grupo da população, abrangendo áreas cruciais como a educação inclusiva, o emprego, a vida independente e a capacidade jurídica.

Mas apesar dos avanços legislativos registados em Portugal desde 2009, a transposição efetiva destes princípios para a realidade quotidiana das pessoas com deficiência permanece um desafio. Medir progressos alcançados, mas também sinalizar desvios ou estagnação no caminho percorrido, tornou-se, assim, uma necessidade, e uma obrigação legal à luz dos normativos da própria Convenção.

Tal como as edições anteriores, o presente relatório propõe-se responder a este imperativo ao analisar criticamente o panorama atual dos direitos humanos das pessoas com deficiência em Portugal, perspetivando o quadro legal, as políticas públicas implementadas e os desafios persistentes na concretização plena da sua inclusão e participação na sociedade. Para tal, socorre-se de dados estatísticos fiáveis e rigorosos, na sua maioria oficiais, publicados pelo Eurostat e por fontes administrativas nacionais. O recurso a estas fontes estatísticas confere uma grande solidez às análises apresentadas, produzindo conhecimento sem enviesamentos amostrais, o que é decisivo para traçar um retrato fidedigno das tendências observadas e da situação atual.

Este ano, as análises focam Portugal e a Europa procurando, sempre que possível, compreender a posição do país face aos seus pares na União Europeia, nos vários indicadores estudados.

Esta análise comparativa permitiu-nos perceber o longo caminho que ainda falta percorrer em Portugal para nos aproxi-

marmos do padrão europeu. Na educação, no emprego, nas condições de vida, as e os portugueses com deficiência apresentam ainda alguns indicadores mais desfavoráveis: uma taxa de pobreza acima da média europeia e a crescer desde 2022, uma taxa de desemprego de longa duração (igual ou superior a 12 meses) mais elevada e em contraciclo com a redução observada na Europa, uma taxa de abandono escolar e uma proporção de jovens que não se encontram nem a estudar nem a trabalhar (NEETs) superiores à média da UE 27. Noutros indicadores, não obstante, os dados são mais positivos: a taxa de emprego tem vindo a crescer e está acima da média europeia, a disparidade no emprego entre pessoas com e sem deficiência em Portugal é a quarta mais baixa da Europa a 27, e o número de estudantes com deficiência no ensino superior continua a crescer no país, ainda que permaneça aquém da proporção observada na média da UE 27 e distante da meta traçada para 2030, para a Europa.

Conhecer com rigor a realidade é decisivo para a orientação das políticas públicas. Se reconhecemos a deficiência, não como um atributo individual, mas como o complexo produto da interação entre características individuais e barreiras atitudinais e ambientais, a temática emerge como uma área nevrálgica na agenda dos direitos humanos. Na senda das Nações Unidas, estamos convictas de que *"um mundo mais justo, inclusivo, equitativo e sustentável… depende e, de facto, necessita da inclusão de todos os segmentos da sociedade"*.

Para traçar os caminhos de uma sociedade inclusiva das pessoas com deficiência e promover o progresso social exige-se, pois, uma abordagem informada por evidências. É esse contributo que este relatório procura dar.

Paula Campos Pinto

Coordenadora do ODDH

1.
EDUCAÇÃO

Alterações legislativas do quadro político-legal

Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2025, de 2 de maio de 2025
Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros aos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), decorrentes da celebração de contratos de cooperação, para o ano letivo de 2025-2026.

Evolução de indicadores

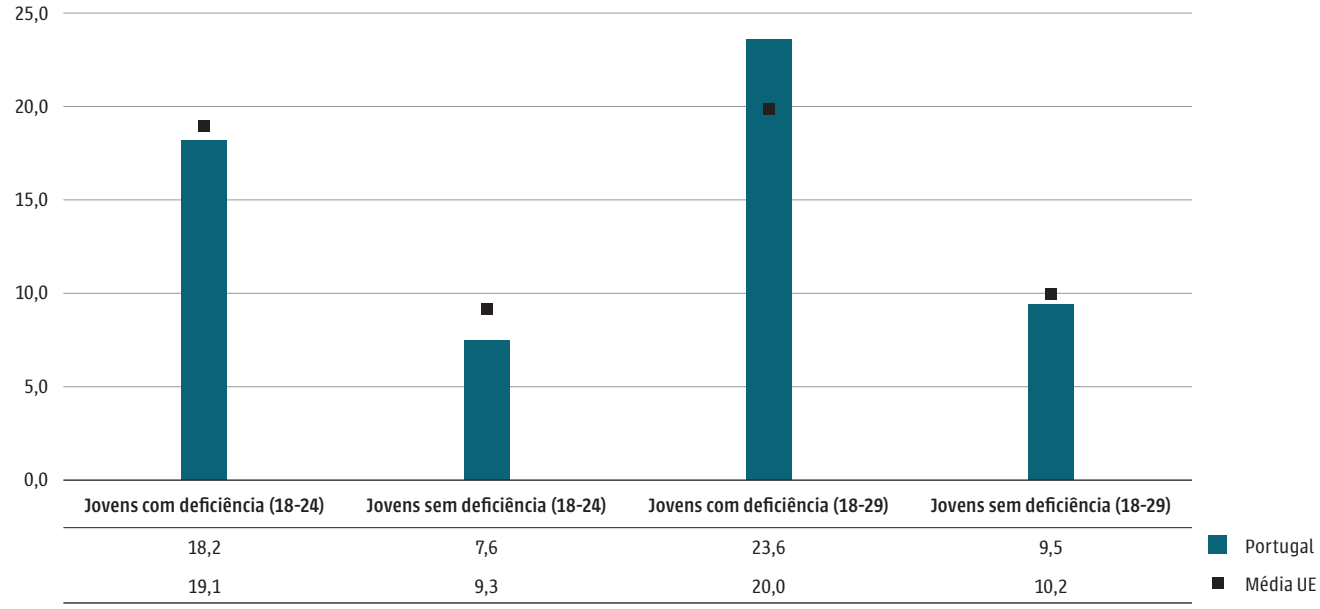
Nesta secção apresentam-se as principais tendências e indicadores na área da educação, tendo por base as seguintes fontes de informação: **(1)** Eurostat (2025) - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento e Inquérito ao Emprego; **(2)** Projeto European Disability Expertise (EDE) - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC 2023 - release 2024 v1), processados pelo EDE (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicada).[1]

Abandono escolar e deficiência: Portugal no contexto europeu

A análise de dados do Inquérito Europeu às Condições de Vida e Rendimento (ICOR, em português, ou EU-SILC, na designação internacional) mostra que o **abandono escolar precoce continua a afetar de forma mais acentuada os/as alunos/as com deficiência face aos/às que não têm deficiência**. Em 2023, em Portugal, a taxa entre os jovens com deficiência, com idades entre os 18 e os 24 anos, era de 18,2 %, valor 0,9 pontos percentuais (p.p.) inferior à média da UE-27 (19,1 %), mas ainda assim 10,6 p.p. superior à taxa registada entre jovens sem deficiência na mesma faixa etária (7,6 %). Esta disparidade mantém-se na faixa etária entre os 18 e os 29 anos: em 2023, o abandono escolar precoce entre jovens com deficiência atingiu 23,6 % em Portugal, situando-se 3,6 p.p. acima da média europeia (20,0 %) e 14,1 p.p. acima do valor observado entre jovens sem deficiência no país (9,5 %) (ver **Figura 1**).

1. O projeto da Comissão Europeia *European Disability Expertise* (EDE) utiliza e processa dados provenientes do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR). No presente relatório, os indicadores provenientes desta fonte - taxa de atividade, taxa de emprego e taxa de desemprego -, baseiam-se na primeira versão dos dados do ICOR 2023. Apesar de o Eurostat utilizar a mesma fonte de informação (ICOR), os dados que disponibiliza podem divergir dos do EDE devido a processos próprios de tratamento e validação. No presente relatório os indicadores provenientes diretamente do Eurostat são "employment disability gap" e *desemprego de longa duração*.

Figura 1 Taxa de abandono escolar nos jovens com e sem deficiência, 2023 (18-24 e 18-29 anos; Portugal e média dos países da UE; %)



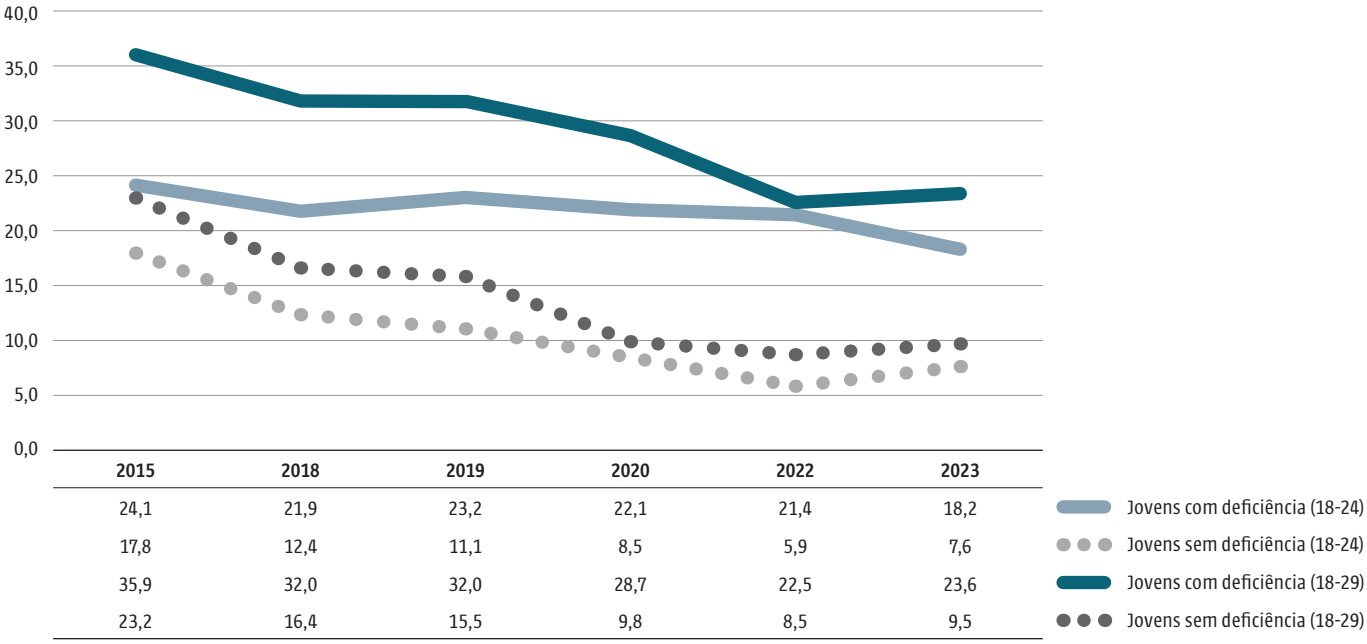
Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1, own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Numa **perspetiva longitudinal**, constata-se que a disparidade entre a taxa de abandono escolar de jovens com e sem deficiência em Portugal, no grupo etário dos 18 aos 24 anos, **decresceu face ao período homólogo** (-4,9 p.p em 2023 face a 2022), invertendo a tendência de crescimento verificada desde 2018. **No entanto, quando se analisa a tendência global, num período mais lato (2015-2023), verifica-se que o fosso entre os jovens com e sem deficiência conheceu um agravamento**: de 6,3 p.p., em 2015 para 10,6 p.p. em 2023. No grupo dos 18 aos 29 anos, esta tendência é menos acentuada, registando-se uma diferença de 12,7 p.p. em 2015 para 14,1 p.p. em 2023 (ver **Figura 2**).

Conforme assinalado em relatórios anteriores, a reduzida dimensão da amostra continua a condicionar a robustez deste indicador, dificultando a interpretação das variações observadas. Por esse motivo, mantém-se a opção de recorrer a **médias plurianuais**, que permitem uma leitura mais estável e fiável da evolução do abandono escolar precoce entre jovens com e sem deficiência. Procedendo à comparação da média de 2020-2023 e entre 2013-2015, constata-se **que os/as jovens sem deficiência registaram uma evolução mais positiva neste período** (-14,5 p.p. na faixa etária dos 18 aos 24 anos e -17 p.p. entre os 18 e os 29 anos), **com uma melhoria mais modesta na redução do abandono escolar precoce entre jovens com deficiência** (-9,8 p.p. na faixa etária dos 18 aos 24 anos e -12,6 p.p. entre os 18 e os 29 anos). Estes indicadores revelam que a **percentagem de jovens que deixaram de estudar sem completar o Ensino secundário diminui a um ritmo mais lento entre a população com deficiência do que na população sem deficiência**.

Figura 2 Taxa de abandono escolar nos jovens com e sem deficiência, 2015-2023 (18-24 e 18-29 anos; Portugal; %)



	2015	2018	2019	2020	2022	2023
Jovens com deficiência (18-24)	24,1	21,9	23,2	22,1	21,4	18,2
Jovens sem deficiência (18-24)	17,8	12,4	11,1	8,5	5,9	7,6
Jovens com deficiência (18-29)	35,9	32,0	32,0	28,7	22,5	23,6
Jovens sem deficiência (18-29)	23,2	16,4	15,5	9,8	8,5	9,5

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Todos os anos o problema é sempre igual: a falta de professores de Educação Especial. No caso do meu filho, que já vinha identificado com a necessidade de um PEI para o 5.º ano, desde que as aulas começaram ele tem estado "integrado" numa sala de ensino regular, sem qualquer apoio. Está praticamente em autogestão.

(ID61_Mãe de um rapaz de 12 anos com deficiência intelectual, Lisboa)

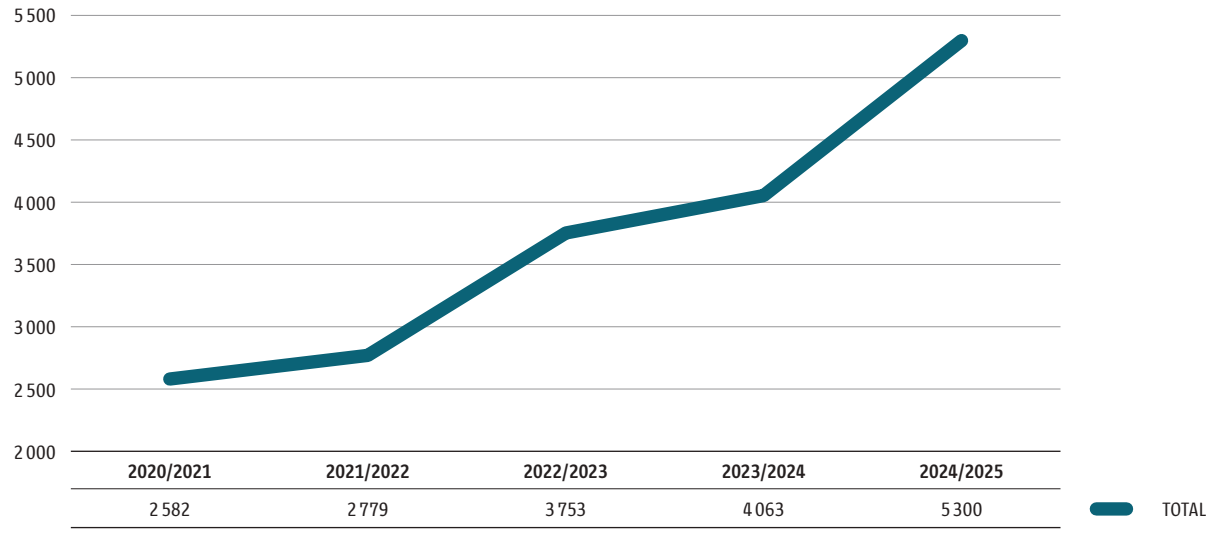
Os recursos humanos dos CAA [Centros de Apoio à Aprendizagem] *nas escolas são insuficientes. Não obstante, existe muito empenho por parte de toda a equipa. Ao solicitar mais RH [Recursos Humanos], a coordenação refere ter alcançado o limite. Precisam de mais formação no que concerne à comunicação aumentativa, antecipação da atividade por forma a prevenir a desregulação da criança, promoção da autonomia nas atividades de vida diária, promoção da interação com outras crianças, articulação com outros intervenientes externos, capacitação e delegação de funções às assistentes operacionais que tanto tempo passam com eles, etc.*

(ID73_Mãe de um rapaz de 11 anos com multideficiência, Aveiro)

Acesso ao ensino superior

Os dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) revelam a **tendência de crescimento do número de estudantes com deficiência no Ensino Superior em Portugal**. No ano letivo de 2024/2025 registou-se um aumento de 30,4% (n = 5300) face a 2024/2023 (n = 4063). A análise da **evolução nos últimos cinco anos evidencia um crescimento particularmente expressivo, traduzido num aumento de 105,3%** em relação a 2020/2021 (ver **Figura 3**). Nota-se haver uma aceleração mais acentuada do número de estudantes com deficiência no Ensino Superior em Portugal a partir do ano letivo 2021/2022.

Figura 3 Evolução do número de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior, 2020/2021 – 2024/2025 (Portugal)



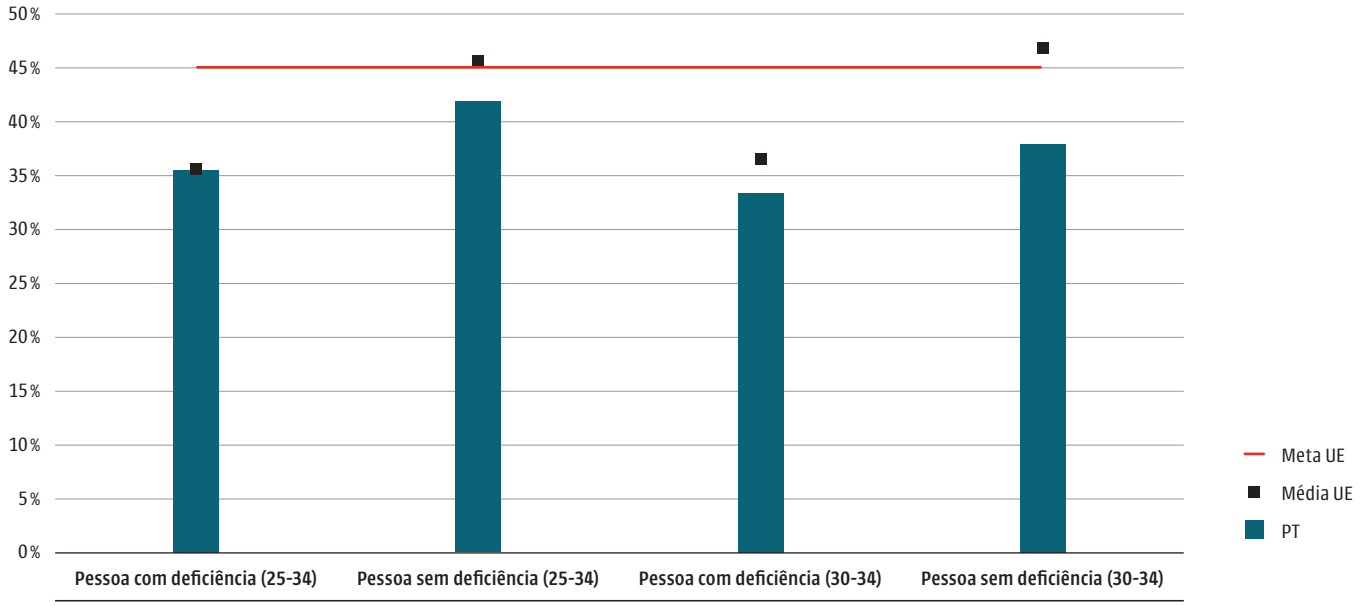
Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Em contrapartida, dados da mesma fonte demonstram **disparidades importantes nas taxas de conclusão do ensino superior entre pessoas com e sem deficiência em Portugal** (ver **Figura 4**). Em 2023, esta foi de 33,5% entre as pessoas com deficiência dos 30 aos 34 anos, 4,5 p.p. abaixo da taxa de conclusão do ensino superior registada entre as pessoas sem deficiência (38,0%).

Considerando o grupo etário mais alargado, dos 25 aos 34 anos, 35,5% das pessoas com deficiência concluíram o ensino superior, face a 41,9% das pessoas sem deficiência (-6,4 p.p.). Importa notar que **esta taxa se mantém abaixo da meta definida pela União Europeia para 2030, que prevê que 45% das pessoas entre os 25 e os 34 anos possuam formação de nível superior**. Apesar dos progressos observados, estes dados sublinham a necessidade de intensificar os esforços relacionados com as políticas de inclusão educativa e com os mecanismos de apoio à permanência e ao sucesso académico das pessoas com deficiência, assegurando uma trajetória de convergência com as metas europeias.

Figura 4 Taxa de conclusão do ensino superior nas pessoas com e sem deficiência, 2023 (Portugal e média dos países da UE; %)



Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: A categoria Mestrado agrupou os Mestrados integrados e o Mestrado 2.º ciclo.

Participação em educação e formação

Neste relatório apresenta-se, pela primeira vez, o indicador "**Participação em educação e formação**[2]" que procura medir a aprendizagem ao longo da vida, abrangendo tanto a educação e formação formal (no sistema de ensino), como a não formal (em contextos organizacionais ou comunitários). Segundo dados do Eurostat, em 2022, a taxa de participação em educação e formação, em Portugal, era de 21,0% entre as pessoas com deficiência e de 39,8% entre as pessoas sem deficiência (ver **Figura 5**). **Em 2024, registou-se um aumento para 24,2% no caso das pessoas com deficiência (+3,2 p.p. face a 2022), evidenciando uma evolução positiva, embora ainda distante da situação da população sem deficiência** (41,9%, com um incremento de +2,1 p.p. desde 2022). Assim, apesar da melhoria registada em ambos os grupos, mantém-se uma diferença significativa nos níveis de participação em educação e formação, com as pessoas com deficiência a registarem níveis de participação substancialmente mais baixos.

A mesma fonte revela que o padrão da União Europeia se aproxima da tendência observada em Portugal: entre 2022 e 2024, a taxa de participação em educação e formação das pessoas com deficiência aumentou de 21,9% para 25,1% (+3,2 p.p), enquanto entre as pessoas sem deficiência passou de 32,6% para 35,9% (+3,3 p.p). Estes resultados evidenciam uma **melhoria**

2. A aprendizagem ao longo da vida engloba todas as atividades de aprendizagem realizadas ao longo da vida com o objetivo de aprimorar conhecimentos, habilidades e competências, em perspetivas pessoais, cívicas, sociais ou profissionais. A participação na educação e formação é uma medida da aprendizagem ao longo da vida. A taxa de participação na educação e formação abrange a participação na educação e formação formal e não formal . Fonte: https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/trng_lfs_4w_esms.htm

generalizada na participação em educação e formação, mas com um diferencial persistente entre ambos os grupos, tanto em Portugal como na média dos países da União Europeia.

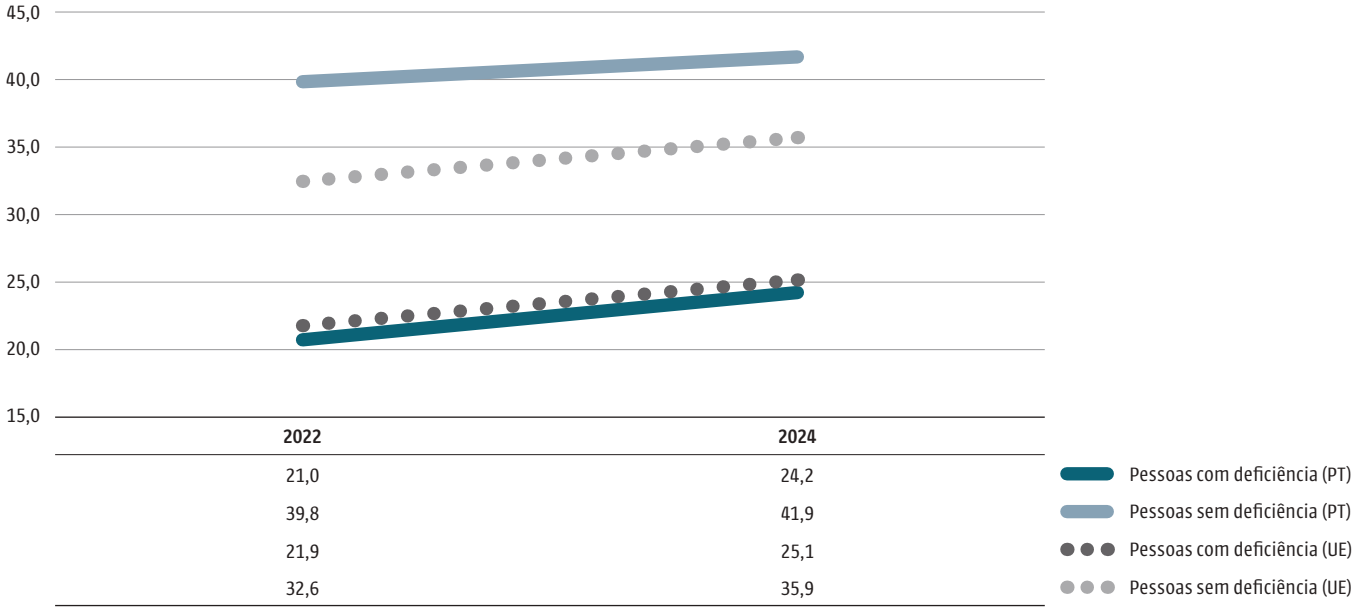
Comparando especificamente os valores de 2024, verifica-se que Portugal apresenta uma taxa mais elevada do que a média europeia entre a população sem deficiência (+ 6,0 p.p), mas que se situa um pouco abaixo no que se refere à participação das pessoas com deficiência (-0,9 p.p). Isto significa que, **apesar de Portugal se destacar positivamente no indicador sobre participação em educação e formação no conjunto da população, essa vantagem relativa não se estende às pessoas com deficiência, onde o país continua a posicionar-se aquém da média europeia**.

Inclusão no Ensino Superior: Experiências, Políticas, Culturas e Práticas

Sofia Freire e Eugenia-Esperanza Núñez-Nogueroles (Coordenadoras)
Instituto de Educação – Universidade de Lisboa

O ensino superior tem vindo a sofrer profundas transformações, nomeadamente com a sua abertura a estudantes que tradicionalmente não o frequentariam. Contudo, apesar dos avanços já realizados e de ser um desígnio político, nacional e internacional, a diversidade de públicos no ensino superior ainda coloca desafios à efetiva igualdade de oportunidades, continuando a assistir-se à sub-representação de alguns grupos sociais e mantendo-se o problema do insucesso e abandono escolar mais evidente em certos grupos. A inclusão não diz apenas respeito à presença de uma diversidade de grupos sociais nos sistemas educativos, mas também à qualidade das experiências sociais e de aprendizagem que os estudantes vivem nesses sistemas. Numa sociedade democrática que reconhece a todos os cidadãos os mesmos direitos e que reconhece que a educação está intimamente associada à concretização de outros direitos fundamentais, as questões de equidade no acesso e permanência no ensino superior são centrais. Importa então explorar como é que as instituições de ensino superior se podem organizar para responder à diversidade de características e necessidades dos seus públicos. Que desafios se colocam às instituições de ensino superior? Que caminhos podem ser percorridos para dar resposta a estes desafios? Para responder a estas questões, o livro apresenta e discute a temática e o estado da arte, explora a questão das pedagogias inclusivas no ensino superior, identifica e discute barreiras ao nível das políticas, das culturas e das práticas que dificultam a aprendizagem em conjunto com os outros, o envolvimento ativo na sua própria aprendizagem e o desenvolvimento de um sentimento de pertença e de aceitação, apresenta dados empíricos de estudos focados em diferentes populações de estudantes e em diferentes intervenientes do processo educativo, bem como o trabalho desenvolvido por estruturas e serviços de apoio ao estudante com vista a criar condições promotoras de equidade; termina com um capitulo conclusivo, no qual as ideias apresentadas são integradas e discutidas.

Figura 5 Taxa de participação em educação e formação nas pessoas com e sem deficiência, 2022-2024 (Portugal e média dos países da UE, %)

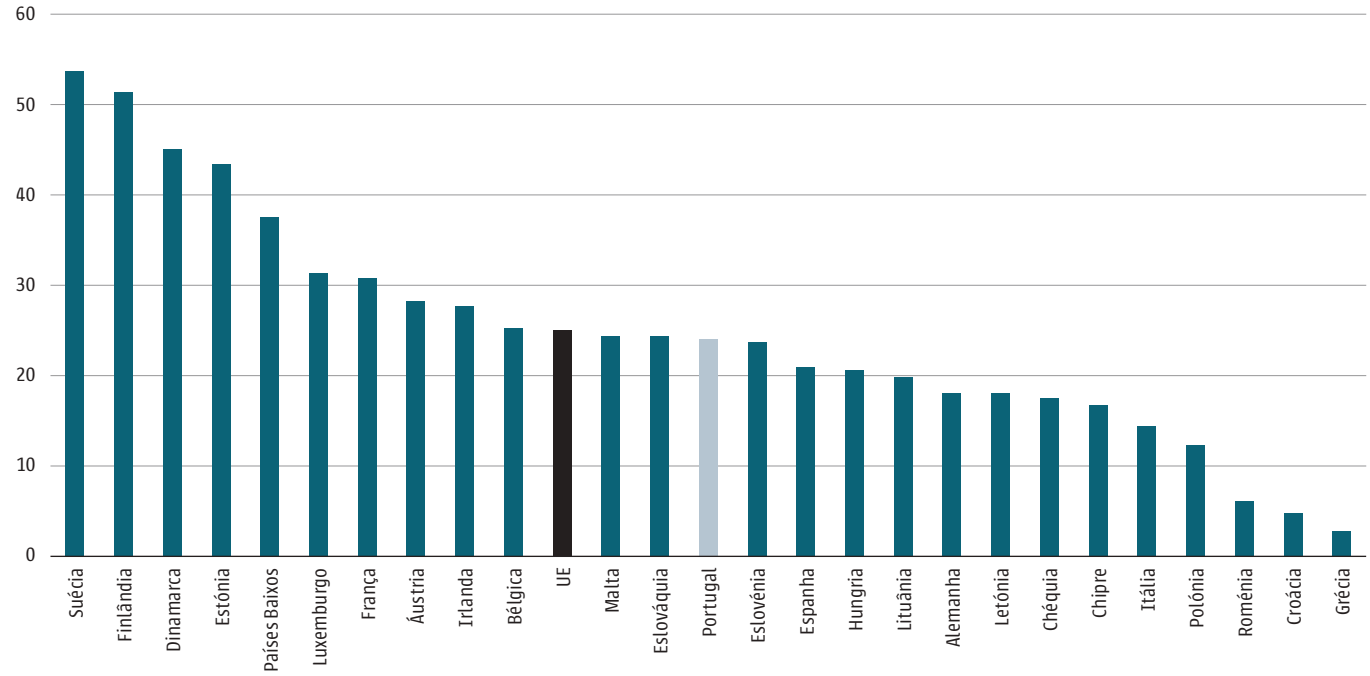


Fonte: Eurostat (2025). Participation rate in education and training (last 12 months) by level of disability (activity limitation). Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/trng_lfs_24__custom_18311400/default/table

Nota: Situação da base de dados a 11 de setembro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

A comparação da taxa de participação em educação e formação entre pessoas com deficiência em Portugal (24,2%) e nos demais países da União Europeia, em 2024 (cf. **Figura 6**), permite constatar que **o país ocupa uma posição intermédia, neste indicador, próxima da média europeia**, situando-se entre a Eslováquia (24,6%) e a Eslovénia (23,8%). **Estes dados colocam Portugal numa posição mais favorável do que outros países do Sul da Europa, como Espanha (21,1%) e Itália (14,5%), e muito acima do valor registado na Grécia (2,9%)**. A par da Grécia, os valores mais baixos são observados na Croácia (4,8%) e na Roménia (6,2%). Em contraste, os **valores mais elevados concentram-se nos países escandinavos**, como a Suécia (53,8%), Finlândia (51,5%) e Dinamarca (45,2%).

Figura 6 Taxa de participação em educação e formação das pessoas com deficiência, 2024 (países da UE, %)



Fonte: Eurostat (2025). Participation rate in education and training (last 12 months) by level of disability (activity limitation). Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/trng_lfs_24__custom_18311400/default/table

Nota 1: Situação da base de dados a 11 de setembro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

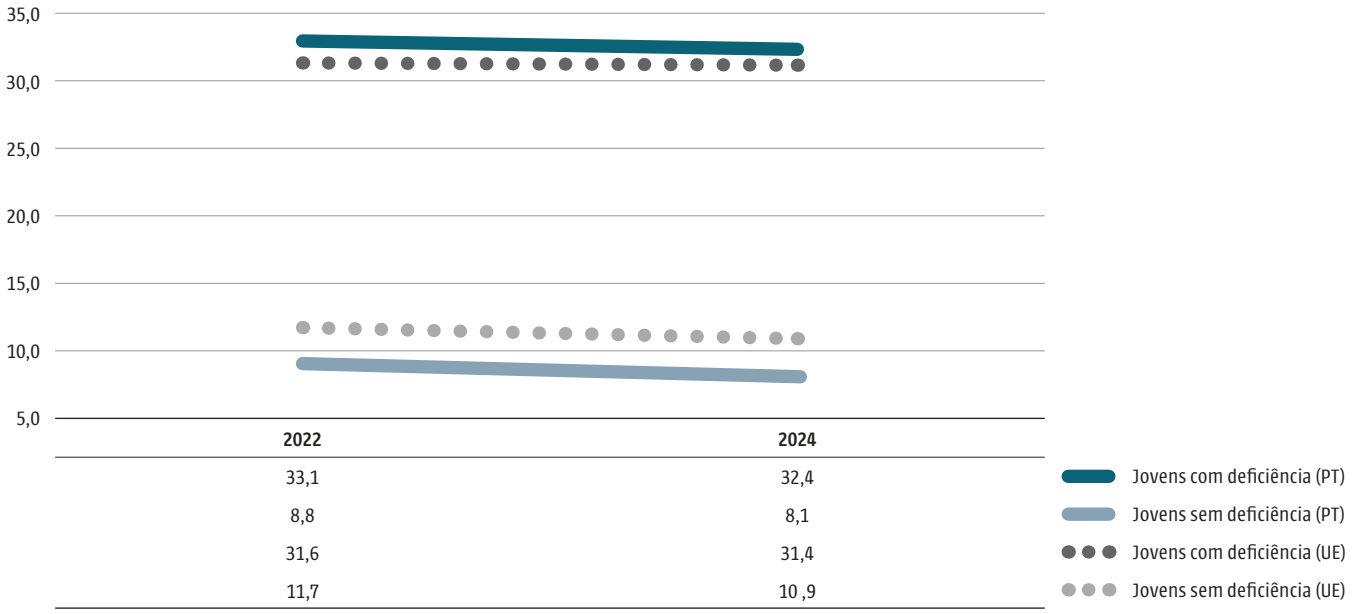
Nota 2: A taxa da Bulgária não está disponível.

Jovens que não trabalham e não estudam (NEET)

Os dados do Eurostat (2025) mostram que, em 2024, **32,4% dos jovens com deficiência em Portugal estavam em condição NEET**, isto é, jovens que **não trabalham, não estudam nem frequentam qualquer formação**, o que representa uma **ligeira redução (-0,7 p.p.) face a 2022 (33,1%)**. Entre os jovens sem deficiência, esta taxa conheceu a mesma diminuição, passando de 8,8% em 2022 para 8,1% em 2024 (ver **Figura 7**). **Embora se observe uma melhoria em ambos os grupos, destaca-se o fosso expressivo entre os jovens com e sem deficiência, com uma diferença superior a 24 p.p. neste indicador**.

Destaca-se que **a realidade portuguesa é muito semelhante à observada na média dos países da União Europeia**: entre os jovens com deficiência, a taxa de NEET passou de 31,6% em 2022 para 31,4% em 2024, e entre os jovens sem deficiência desceu de 11,7% para 10,9%, no mesmo período. **Também aqui a diferença entre os jovens com e sem deficiência permanece elevada (20,5 p.p.).**

Figura 7 Taxa de jovens com deficiência e sem deficiência que não trabalham e não estudam (NEET), 2022-2024 (Portugal e média dos países da UE, %)



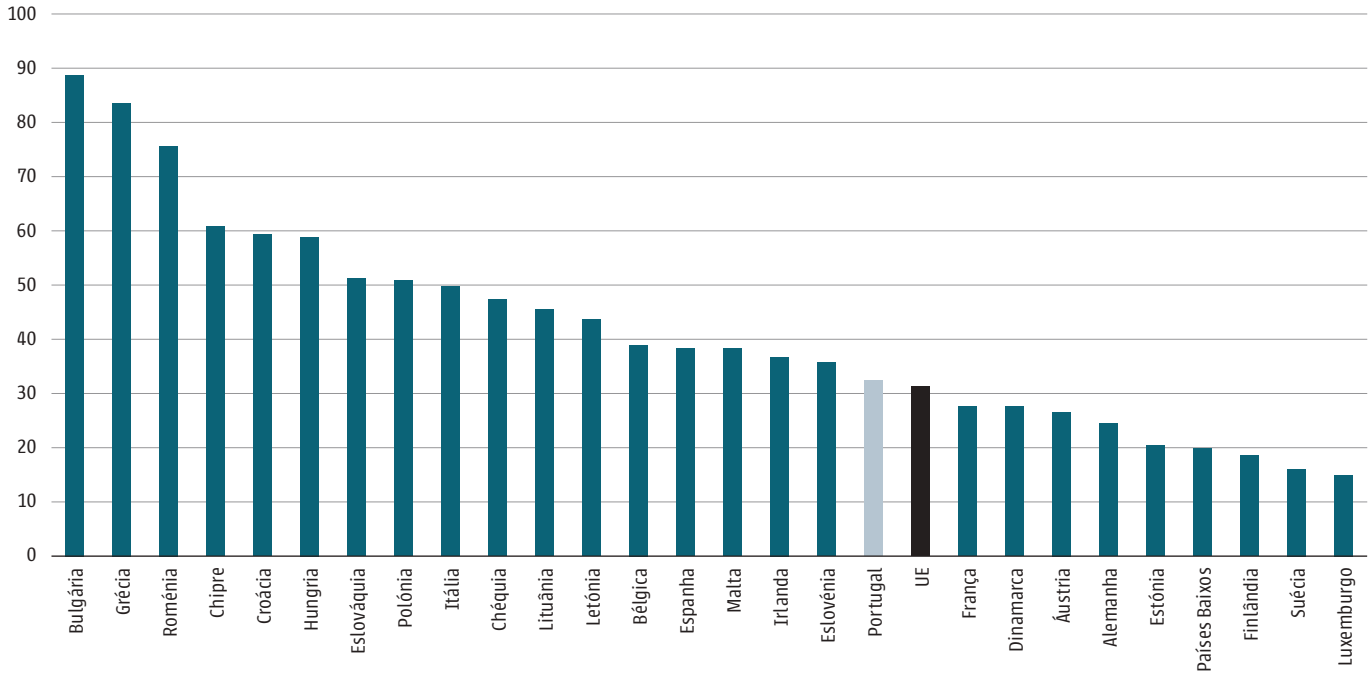
Fonte: Eurostat (2025). Young people neither in employment nor in education and training by level of disability (activity limitation) (NEET rates). Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/data-browser/view/edat_lfse_39/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_educ

Nota: Situação da base de dados a 11 de setembro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Por fim, confronta-se a taxa portuguesa com a dos restantes países da União Europeia (ver **Figura 8**). Estes dados evidenciam que **Portugal se situa muito próximo da média europeia no que se refere à proporção de jovens com deficiência na condição de NEET**, com uma diferença de apenas 1,0 p.p. O Luxemburgo apresenta a situação mais favorável, com 15,2 %,seguido da Suécia (16,3 %) e da Finlândia (18,5 %). Em contrapartida é a Bulgária que apresenta a pior taxa, com 88,8 % dos jovens com deficiência sem trabalhar e estudar, seguida da Grécia com 83,7 % e da Roménia com 75,8 %.

Este enquadramento comparativo evidencia que, apesar da convergência com o padrão europeu, persistem desafios estruturais comuns na inclusão educativa e laboral de jovens com deficiência. Considerando que a condição NEET é um fenómeno multidimensional, reforçado por desigualdades cumulativas, como trajetórias escolares desiguais, menores oportunidades de qualificação e integração no mercado de trabalho e barreiras sociais persistentes, que podem ser especialmente acentuadas entre jovens com deficiência (Assmann & Broschinski, 2021; Blanck et al., 2025), estes dados sublinham a **necessidade de promoção de políticas públicas articuladas**, que atuem sobre estas múltiplas barreiras, **de forma a reduzir o risco acrescido de exclusão que afeta os jovens com deficiência na entrada, permanência e transição entre percursos educativos, formativos e profissionais**.

Figura 8 Taxa de jovens com deficiência que não trabalham e não estudam (NEET), 2024 (países da UE, %)



Fonte: Eurostat (2025). Young people neither in employment nor in education and training by level of disability (activity limitation) (NEET rates). Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/data-browser/view/edat_lfse_39/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_educ

Nota: Situação da base de dados a 11 de setembro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

2. TRABALHO E EMPREGO

Alterações legislativas do quadro político-legal (de novembro 2023 a dezembro 2024)

Despacho n.º 4519/2025, de 11 de abril de 2025

Segunda alteração do Despacho n.º 8376-B/2015 (de 30 de julho), referente a revisão do Regulamento de Credenciação e de Concessão de Apoios Financeiros às Entidades da Rede de Centros de Recursos relativo ao Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2025, de 9 de setembro

Reforça a garantia para a Juventude, com o objetivo de promover uma resposta integrada, eficaz e adaptada à realidade dos jovens em Portugal. Inclui os jovens com deficiência como um grupo com prioridade de intervenção nas políticas de emprego e qualificação profissional.

Evolução de indicadores

Nesta secção apresentam-se as principais tendências e indicadores na área do trabalho e emprego tendo por base as seguintes fontes de informação: **(1)** Eurostat - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento e Inquérito ao Emprego; **(2)** Projeto European Disability Expertise (EDE) - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC 2023 - release 2024 v1), processados pelo EDE (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado)[3]; **(3)** Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP-MTSSS) – Balanço Social (GEP-MTSSS, 2025); **(4)** Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) – Boletim Estatístico do Emprego Público (DGAEP, 2025).

Assinala-se ainda que, nesta secção, só foi possível comparar os países da União Europeia (UE-27) nos indicadores "employment disability gap" e *desemprego de longa duração*, disponíveis no Eurostat, por não estarem disponíveis dados por país na UE para os restantes indicadores.

3. O projeto da Comissão Europeia *European Disability Expertise* (EDE) utiliza e processa dados provenientes do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR). No presente relatório, os indicadores provenientes desta fonte - taxa de atividade, taxa de emprego e taxa de desemprego -, baseiam-se na primeira versão dos dados do ICOR 2023. Apesar de o Eurostat utilizar a mesma fonte de informação (ICOR), os dados que disponibiliza podem divergir dos do EDE devido a processos próprios de tratamento e validação. No presente relatório os indicadores provenientes diretamente do Eurostat são "employment disability gap" e *desemprego de longa duração.*

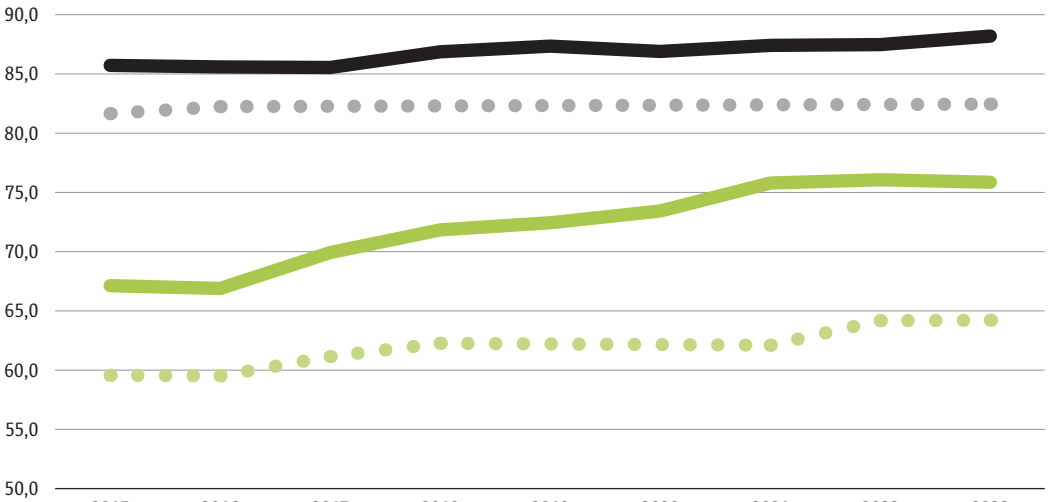
Trabalho, emprego e deficiência: Portugal no contexto europeu

Taxa de atividade

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), processados pelo projeto European Disability Expertise, mostram que, em 2023, a **taxa de atividade[4] das pessoas com deficiência em Portugal (ver Figura 9) era de 75,8 %, verificando-se um ligeiro decréscimo de 0,3 p.p. face a 2022. Por sua vez, a taxa de atividade das pessoas sem deficiência era de 88,5 % (+0,8 p.p. face ao período homólogo)**.

Uma análise longitudinal revela que, **entre 2015 e 2023, a taxa de atividade nas pessoas com deficiência em Portugal era superior à verificada na média dos países da União Europeia** (ver **Figura 9**). A evolução deste indicador demonstra uma tendência de crescimento, tanto em Portugal como na média da União Europeia. Contudo, no caso português, este aumento tem sido mais expressivo entre as pessoas com deficiência (+8,5 p.p. em 2023 face a 2015) do que entre as pessoas sem deficiência (+2,6 p.p. no mesmo período).

Figura 9 Evolução da taxa de atividade nas pessoas com e sem deficiência, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoas com deficiência – PT	67,3	66,7	69,7	71,8	72,5	73,5	75,9	76,1	75,8
Pessoas sem deficiência – PT	85,9	85,7	85,7	86,9	87,5	87,3	87,7	87,7	88,5
Pessoas com deficiência – UE	59,5	59,7	61,0	62,4	62,0	62,0	62,0	64,0	64,4
Pessoas sem deficiência – UE	81,9	82,2	82,3	82,2	82,5	82,5	82,3	82,5	82,6

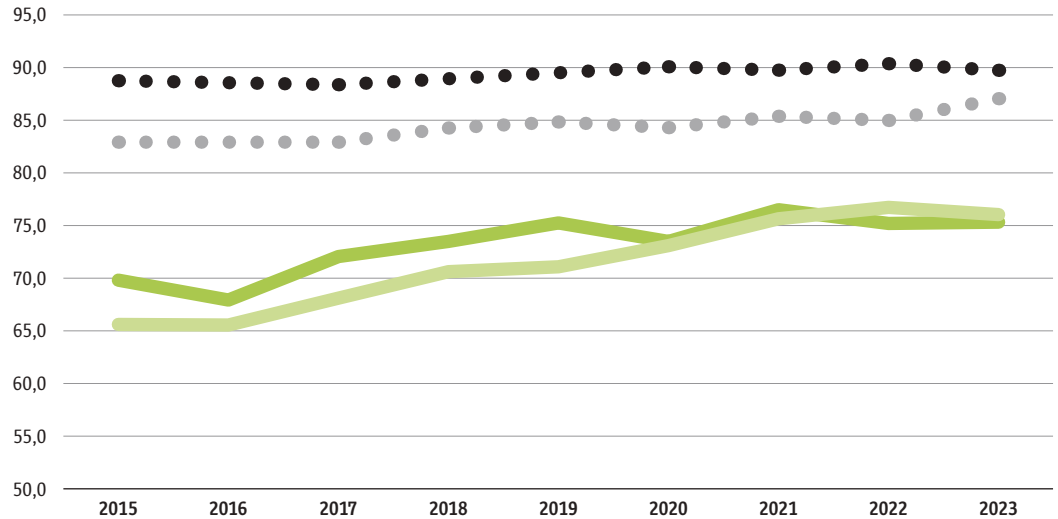
Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation. European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

4. A taxa de atividade corresponde à percentagem da população ativa (i.e., pessoas empregadas ou desempregadas) sobre o total da população.

Em 2023, em Portugal, à semelhança do que foi observado em 2022, **a taxa de atividade das mulheres com deficiência (76,1%) manteve-se ligeiramente superior à dos homens com deficiência (75,4%)**. Contudo, na população sem deficiência verifica-se o padrão oposto, registando-se uma taxa de atividade mais elevada entre os homens (89,8%) do que entre as mulheres (87,1%) (ver **Figura 10**).

Figura 10 Evolução da taxa de atividade nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal; %)



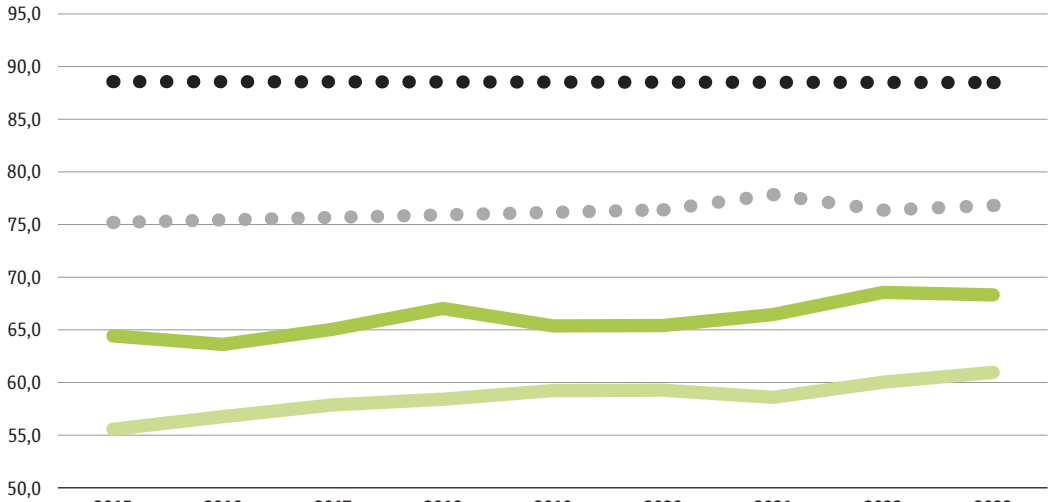
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Homens com deficiência – PT	69,6	68,0	72,1	73,5	75,0	73,7	76,2	75,3	75,4
Mulheres com deficiência – PT	65,6	65,7	68,0	70,5	70,9	73,4	75,8	76,8	76,1
Homens sem deficiência – PT	88,8	88,5	88,4	89,4	90,0	90,2	89,9	90,4	89,8
Mulheres sem deficiência – PT	82,9	83,0	82,9	84,4	84,9	84,3	85,6	85,0	87,1

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1, own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Por sua vez, nos países da União Europeia, a taxa de atividade tem-se mantido sistematicamente superior nos homens. Em 2023, esta diferença era visível tanto na população com deficiência — com uma taxa de atividade de 68,2% nos homens e de 61,1% nas mulheres —, como na população sem deficiência — com uma taxa de atividade de 88,5% nos homens e 76,6% nas mulheres (ver **Figura 11**).

Figura 11 Evolução da taxa de atividade nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Homens com deficiência – UE	64,1	63,5	64,9	66,9	65,4	65,4	66,4	68,5	68,2
Mulheres com deficiência – UE	55,4	56,5	57,6	58,5	59,1	59,1	58,3	60,1	61,1
Homens sem deficiência – UE	88,7	88,6	88,5	88,5	88,8	88,8	88,7	88,6	88,5
Mulheres sem deficiência – UE	75,2	75,7	76,0	75,9	76,2	76,2	77,7	76,2	76,6

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1, own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

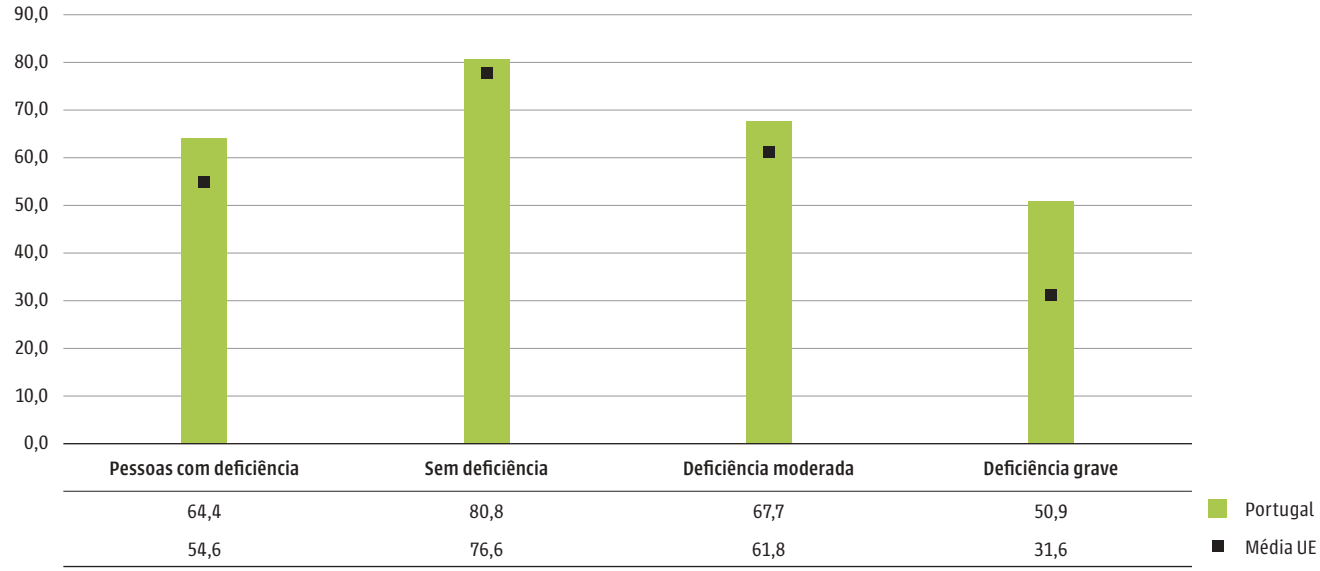
Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Taxa de emprego

Em 2023, a taxa de emprego[5] das pessoas com deficiência em Portugal situou-se nos 64,4 % (+0,6 p.p. face a 2022), valor este superior 9,8 p.p. ao registado na média da União Europeia (54,6 %). No mesmo ano, observou-se que, em Portugal, **as pessoas com deficiência grave eram as que apresentavam a taxa de emprego mais reduzida (50,9 %)**, o que evidencia uma disparidade de 29,9 p.p. face à população sem deficiência (80,8 %) (ver **Figura 12**).

5. A taxa de emprego corresponde à percentagem de pessoas empregadas sobre a população em idade ativa para trabalhar.

Figura 12 Taxa de emprego, por grau[6] de deficiência, 2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %)

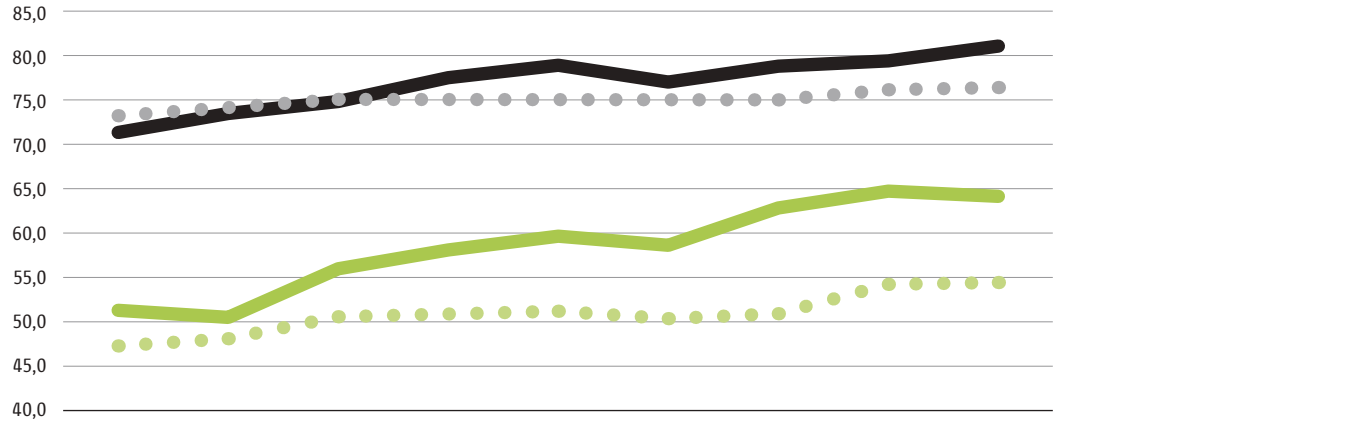


	Pessoas com deficiência	Sem deficiência	Deficiência moderada	Deficiência grave
Portugal	64,4	80,8	67,7	50,9
Média UE	54,6	76,6	61,8	31,6

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation. European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Figura 13 Evolução da taxa de emprego nas pessoas com e sem deficiência, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoas com deficiência – PT	51,1	50,5	56,1	58,4	59,8	58,7	63	65,0	64,4
Pessoas sem deficiência – PT	71,5	73,2	75,0	77,4	79,1	76,9	78,7	79,7	80,8
Pessoas com deficiência – UE	47,4	48,1	50,6	50,8	51,3	50,3	50,9	54,3	54,6
Pessoas sem deficiência – UE	73,1	73,9	74,8	75,0	75,6	75,3	74,8	76,2	76,6

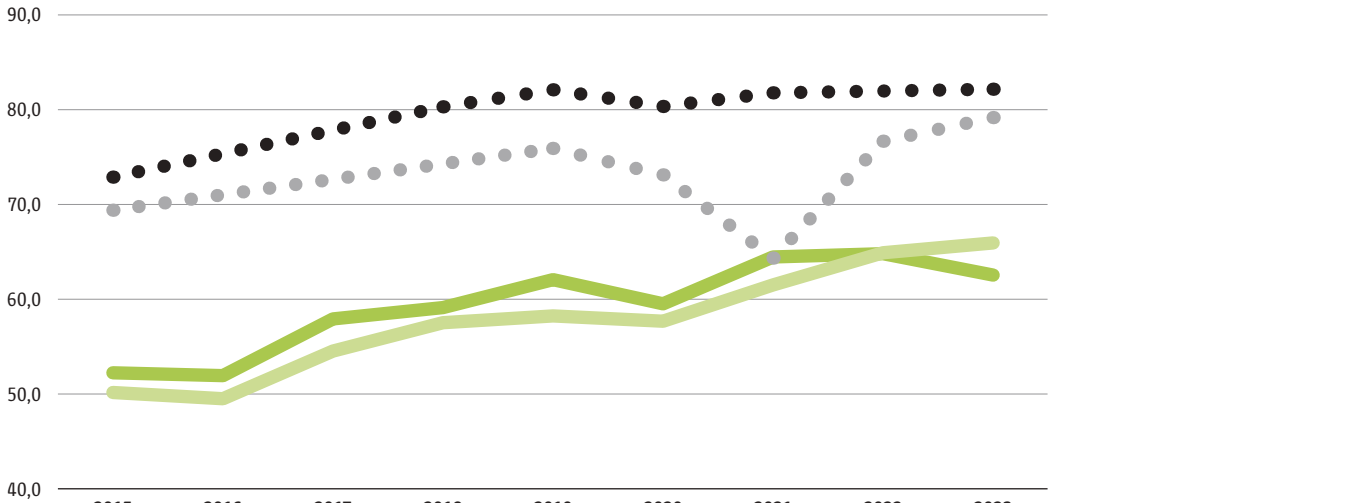
Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation. European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

6. A categoria pessoas com deficiência engloba as pessoas com deficiência moderada e deficiência grave.

Entre 2015 e 2023, observou-se uma evolução positiva na taxa de emprego das pessoas com deficiência, tanto em Portugal (+13,3 p.p. em 2023 face a 2015) como na média dos países da União Europeia (+7,2 p.p. em 2023 face a 2015). Importa destacar que este crescimento foi mais expressivo na população com deficiência do que na população sem deficiência.

Figura 14 Evolução da taxa de emprego nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal; %)



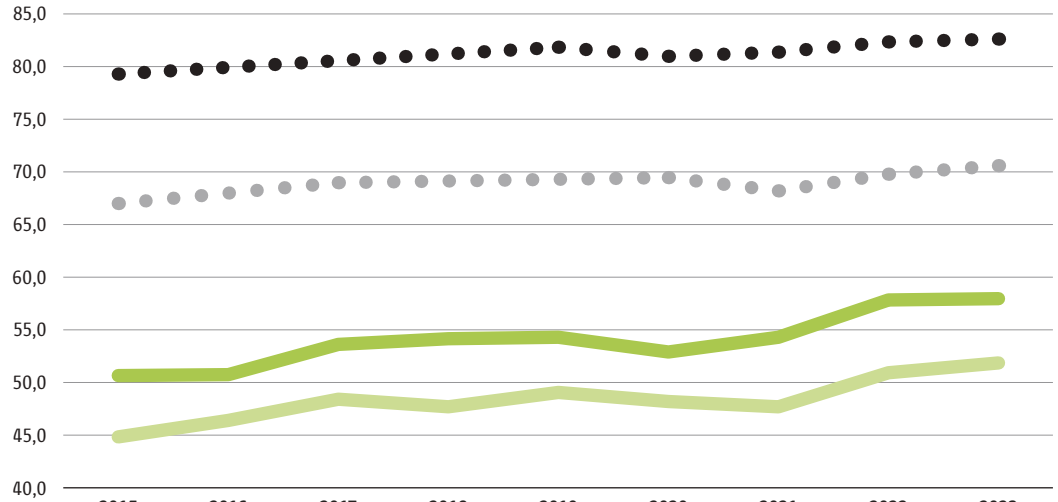
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Homens com deficiência – PT	52,4	51,9	58,1	59,2	62,1	59,8	64,7	65,0	62,2
Mulheres com deficiência – PT	50,1	49,6	54,7	57,9	58,3	57,8	61,6	65,0	66,1
Homens sem deficiência – PT	73,2	75,4	77,5	80,5	82,1	80,5	81,8	82,4	82,3
Mulheres sem deficiência – PT	69,7	71,1	72,4	74,1	76,0	73,4	64,7	76,9	79,4

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1, own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Antes de 2022, os homens com deficiência apresentavam uma taxa de emprego superior à das mulheres com deficiência. Porém, **em 2023, pela primeira vez, em Portugal, a taxa de emprego das mulheres com deficiência (66,1%; +1,1 p.p. face a 2022) superou a dos homens (62,2%; -2,7 p.p. face a 2022)**, depois de, em 2022, ambas terem sido idênticas (65%) (ver **Figura 14)**. Porém, em 2023, este padrão não se verificou na União Europeia onde a taxa de emprego dos homens com deficiência (57,9%) foi superior à das mulheres com deficiência (51,8%).

Figura 15 Evolução da taxa de emprego nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Homens com deficiência – UE	50,6	50,6	53,3	54,3	53,9	52,8	54,5	58,1	57,9
Mulheres com deficiência – UE	44,7	45,9	48,3	47,8	49,0	48,2	47,8	51,0	51,8
Homens sem deficiência – UE	79,4	80,0	80,7	81,2	82,0	81,1	81,2	82,5	82,6
Mulheres sem deficiência – UE	66,9	67,7	68,9	68,8	69,3	69,4	68,3	69,8	70,6

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1, own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Em termos evolutivos, verificou-se que, **entre 2015 e 2023, na média dos países da UE, a taxa de emprego dos homens com deficiência aumentou 7,3 p.p.** (de 50,6% em 2015 para 57,9% em 2023) enquanto a das **mulheres com deficiência cresceu 7,1 p.p.** (de 44,7% em 2015 para 51,8% em 2023) (ver **Figura 15**). Em **Portugal**, no mesmo período, a taxa de emprego dos **homens com deficiência registou um aumento de 9,8 p.p.** (de 52,4% em 2015 para 62,2% em 2023) e a das **mulheres com deficiência subiu 16 p.p.** (de 50,1% em 2015 para 66,1% em 2023). Ou seja, o crescimento mais acentuado neste indicador foi nas mulheres com deficiência.

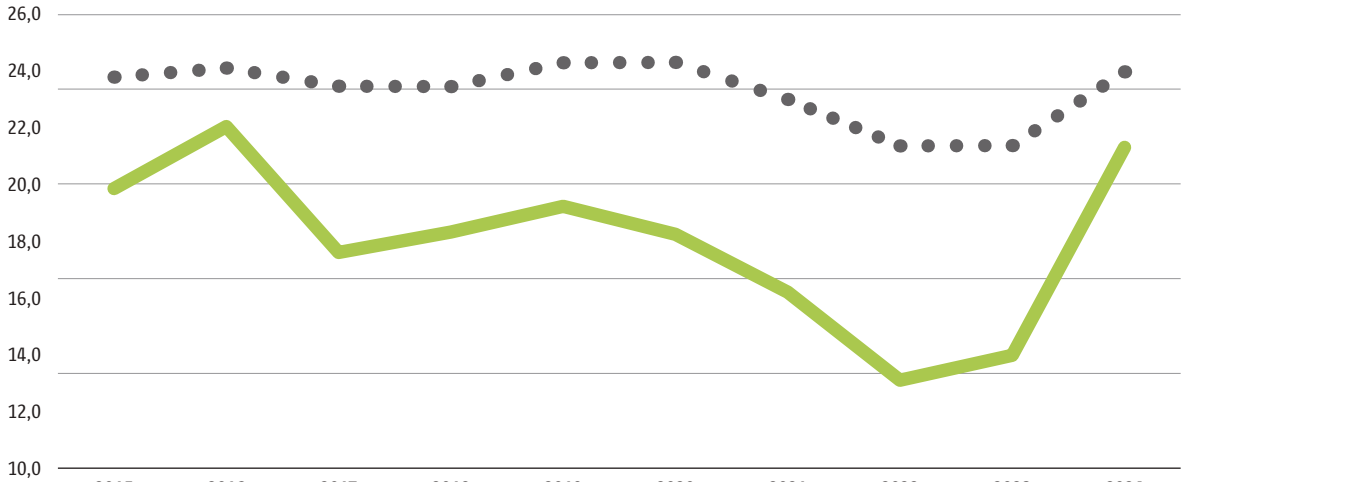
"Disability employment gap"

O Eurostat disponibiliza o "*disability employment gap*"[7], que tem como fonte de informação o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR). **Em 2024, em Portugal, a diferença na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência situava-se nos 21,3 p.p., ligeiramente abaixo da média dos países da UE (24 p.p.)** (ver **Figura 16**). Se compararmos este indicador

7. O "disability employment gap" corresponde à diferença entre as taxas de emprego das pessoas sem limitações nas suas atividades diárias e das pessoas com limitações moderadas ou graves, com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos. A taxa de emprego é calculada dividindo o número de pessoas dos 20 aos 64 anos empregadas pelo total da população da mesma faixa etária. O indicador baseia-se no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

com outros semelhantes, que analisam as disparidades na taxa de emprego entre homens e mulheres[8], **verifica-se que o desfasamento na área da deficiência é quase quatro vezes maior às diferenças verificadas entre homens e mulheres**. Em 2024, o "*gender employment gap*" em Portugal era de 5,7 p. p. conforme os dados disponibilizados pelo Eurostat.

Figura 16 Evolução da disparidade na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência, 2015-2024 (20-64 anos; Portugal e UE; pontos percentuais)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PT	19,9	22,0	17,6	18,3	19,2	18,2	16,2	13,1	14,0	21,3
Média da UE	23,8	24,2	23,5	23,5	24,4	24,4	23,1	21,4	21,4	24,0

Fonte: Eurostat (2025a). Disability employment gap by level of activity limitation and sex. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tepsr_sp200__custom_18610339/default/table

Nota: Situação da base de dados a 10 de outubro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Estes dados sugerem que as pessoas com deficiência continuam a ter menor probabilidade de estarem empregadas do que as pessoas com deficiência. Em termos globais, a situação tem vindo a agravar-se nos últimos dois anos: em Portugal, em 2024, a disparidade aumentou 7,3 p.p. face ao período homólogo, enquanto a média dos países da UE registou um aumento um pouco mais ligeiro, de 2,6 pontos percentuais.

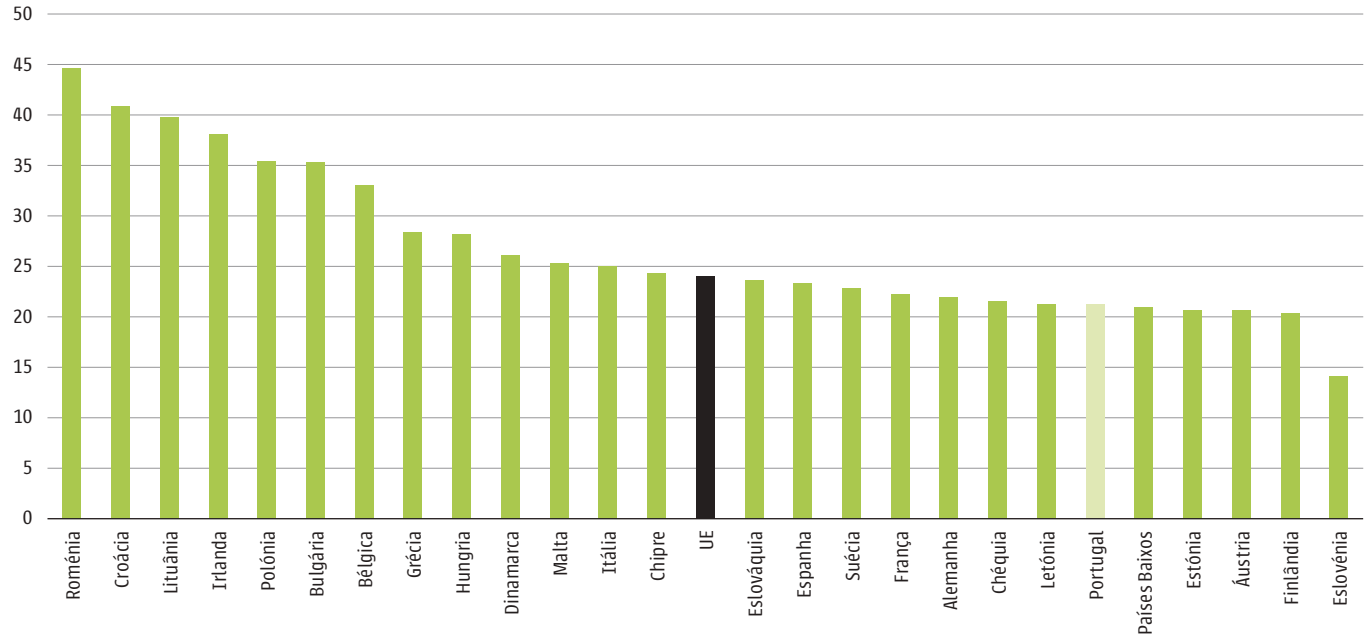
Ao analisar o período de 2015 a 2024, verifica-se em Portugal uma trajetória irregular deste indicador. Em 2022 a disparidade atingiu os 13,1 p.p., o valor mais baixo dos últimos dez anos. Porém, em 2024, o "*disability employment gap*" voltou a aumentar, aproximando-se dos níveis registados em 2015 e 2016. Em contrapartida, na União Europeia, este indicador tem-se

8. O "gender employment gap" corresponde à diferença entre as taxas de emprego dos homens e das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos. A taxa de emprego é calculada dividindo o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos empregadas pelo total da população da mesma faixa etária. O indicador baseia-se no Inquérito do Trabalho da UE. Para mais informações: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tesem060/default/table?lang=en

mantido mais estável ao longo do tempo, sem variações significativas, embora a disparidade permaneça superior à observada em Portugal.

Em relação ao conjunto de países da UE (ver **Figura 17**), a Eslovénia apresenta o menor "*employment disability gap*", com 14,2 p.p., seguida da Finlândia (20,4 p.p.) e da Áustria (20,7 p.p.). Por sua vez, a Roménia tem a pior disparidade da UE, 44,8 p.p., seguido da Croácia (41,0 p.p.) e da Lituânia (39,9 p.p.). Portugal (21,3 p.p.) encontra-se entre a Letónia (21,3 p.p.) e os Países Baixos (20,9 p.p.).

Figura 17 Disparidade na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência, 2024 (15-64 anos; países da UE; pontos percentuais)



Fonte: Eurostat (2025a). Disability employment gap by level of activity limitation and sex.
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tepsr_sp200__custom_18610339/default/table

Nota 1: Situação da base de dados a 10 de outubro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

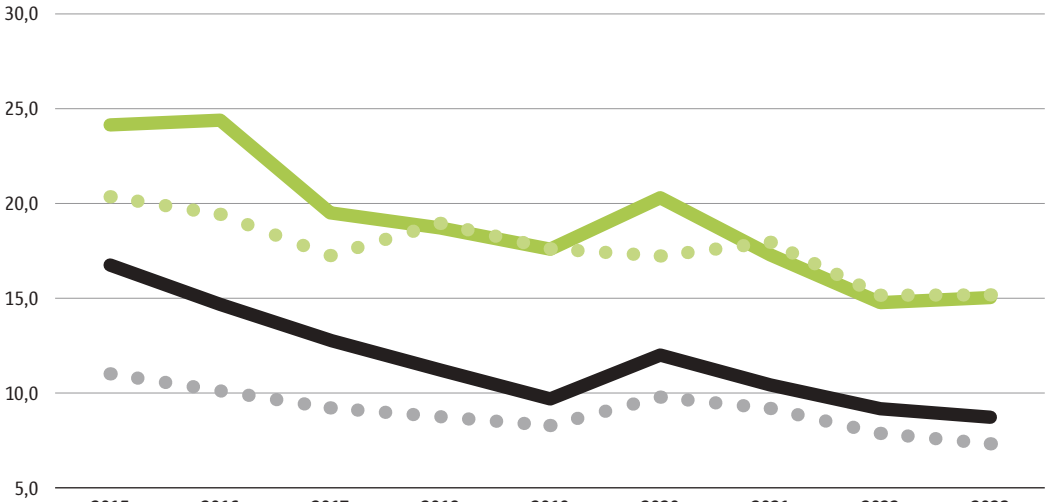
Nota 2: Luxemburgo sem dados disponíveis para o ano de 2024.

Taxa de desemprego

Em 2023, a taxa de desemprego[9] das pessoas com deficiência em Portugal foi de 15 %, valor semelhante à média dos países da União Europeia (15,2 %) (ver **Figura 18**). Verificaram-se também alterações pouco expressivas face ao período homólogo. A nível nacional, a taxa de desemprego nas pessoas sem deficiência foi de 8,6 %. Ou seja, ligeiramente mais elevado do que a média da União Europeia (7,2 %).

9. A taxa de desemprego representa as pessoas desempregadas em percentagem da população ativa (total de pessoas empregadas e desempregadas).

Figura 18 Evolução da taxa de desemprego nas pessoas com e sem deficiência, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal e UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoas com deficiência – PT	24,1	24,2	19,5	18,6	17,6	20,3	17,1	14,7	15,0
Pessoas sem deficiência – PT	16,7	14,6	12,5	11,0	9,6	11,8	10,3	9,1	8,6
Pessoas com deficiência – UE	20,2	19,6	17,1	18,6	17,3	17,1	17,9	15,1	15,2
Pessoas sem deficiência – UE	10,8	10,1	9,1	8,8	8,3	9,7	9,1	7,6	7,2

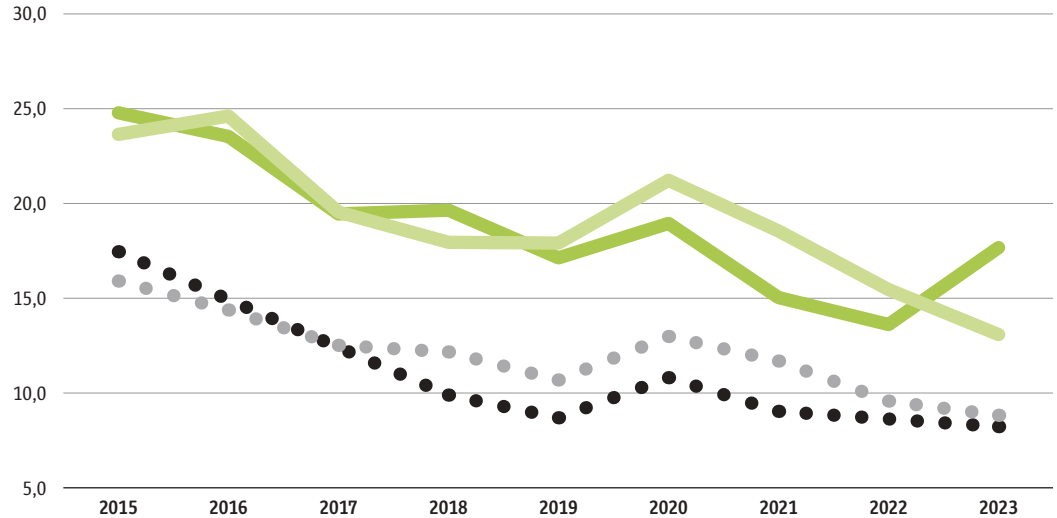
Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1, own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

A **tendência verificada na taxa de desemprego, tanto em Portugal, como na União Europeia**, ao longo dos últimos anos (2015-2023), com exceção do período da pandemia, **tem sido de queda, nas pessoas com e sem deficiência**. No entanto, em 2023, houve um crescimento residual do desemprego nas pessoas com deficiência.

Ao analisar as diferenças entre homens e mulheres na taxa de desemprego (**Figura 19**), verifica-se que, **em Portugal, em 2023, a taxa de desemprego entre pessoas com deficiência foi um pouco mais elevada nos homens (17,6%) do que nas mulheres (13,2%)**. Quando comparamos estes valores com os da população sem deficiência — homens (8,4%) e mulheres (8,8%) — verifica-se que, **no caso dos homens com deficiência o impacto do desemprego é quase duas vezes maior**.

Figura 19 Evolução da taxa de desemprego nas pessoas com e sem deficiência, por sexo, 2015-2023 (20-64 anos; Portugal; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Homens com deficiência	24,7	23,7	19,5	19,5	17,2	18,9	15,1	13,7	17,6
Mulheres com deficiência	23,6	24,6	19,5	18,0	17,8	21,2	18,6	15,4	13,2
Homens sem deficiência	17,5	14,8	12,3	9,9	8,8	10,8	9,0	8,8	8,4
Mulheres sem deficiência	15,9	14,3	12,6	12,2	10,5	12,9	11,7	9,5	8,8

Fonte: EU-SILC 2023 (release 2024 v1, own calculation). European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality: Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE) (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

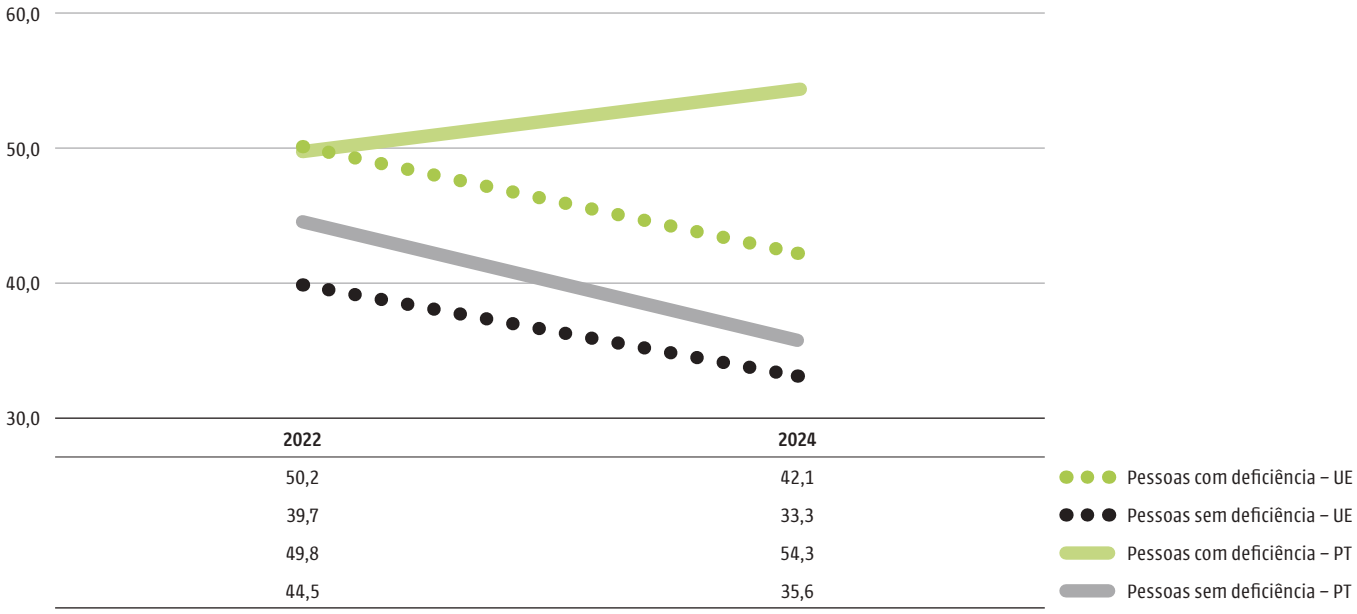
Nota: Dados indicativos com base numa amostra.

Desemprego de longa duração

Considerando o total de desempregados **em Portugal em 2024, verificou-se que destes, 54,3 % estavam nesta situação há 12 meses ou mais e tinham deficiência**[10] (ver **Figura 20**). **Este valor representa um aumento de 4,5 p.p. face a 2022**. Em contraste, no mesmo período, nos portugueses sem deficiência, o indicador passou de 44,5 %, em 2022, para 35,6 %, em 2024 (-8,9 p.p.). A **tendência de queda do desemprego de longa duração confirmou-se também na média dos países da União Europeia**, tanto nas pessoas com deficiência (-8,1 p.p.), como nas pessoas sem deficiência (-6,4 p.p.). **Estes dados reforçam o que já tinha sido referido neste relatório: as pessoas com deficiência não só enfrentam taxas de desemprego mais elevadas, como também estão mais expostas ao desemprego de longa duração**.

10. O indicador "*desemprego de longa duração*" indica a percentagem de pessoas que estão desempregadas há 12 meses ou mais em relação ao total de pessoas desempregadas. Considera-se neste caso as pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos, e com incapacidade moderada ou severa.

Figura 20 Pessoas com e sem deficiência em situação de desemprego de longa duração (12 meses ou mais), 2022-2024 (20-64 anos; Portugal e UE; %)



	2022	2024
Pessoas com deficiência – UE	50,2	42,1
Pessoas sem deficiência – UE	39,7	33,3
Pessoas com deficiência – PT	49,8	54,3
Pessoas sem deficiência – PT	44,5	35,6

Fonte: Eurostat (2025). Persons in long-term unemployment (12 months or more) by level of disability - % of total unemployment. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/lfsa_upgadl__custom_18610557/default/table

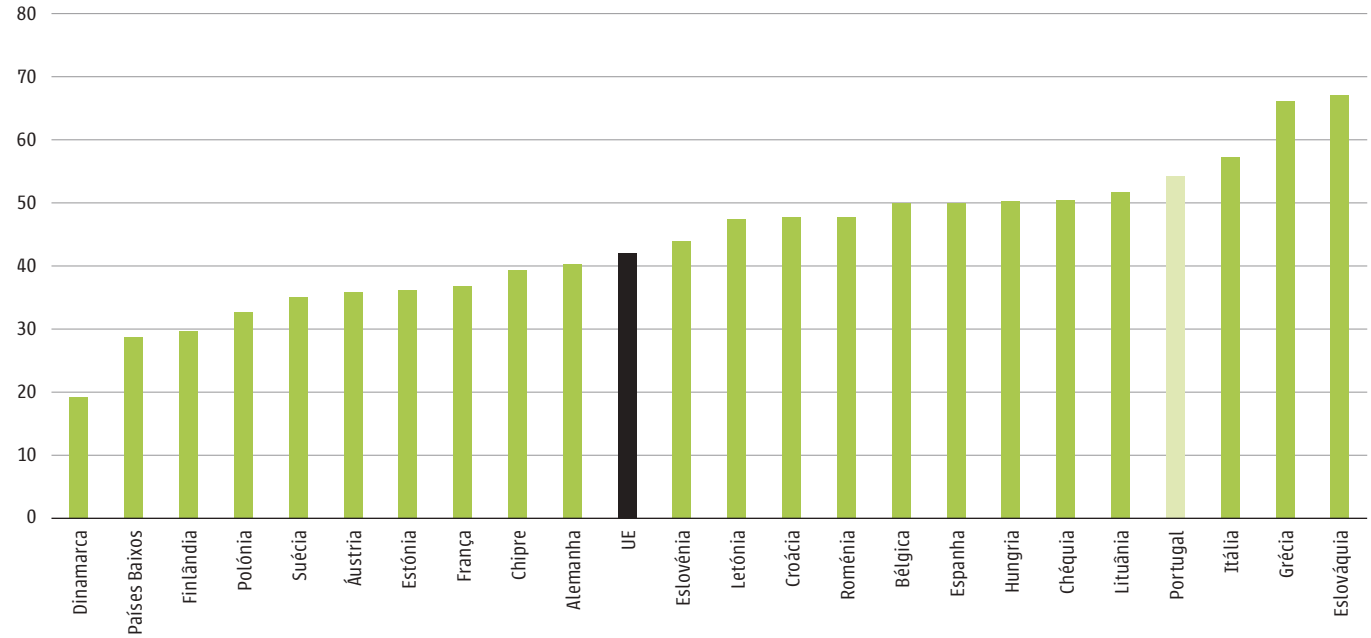
Nota: Situação da base de dados a 11 de setembro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Ao compararmos **Portugal** com os restantes países da UE, verifica-se que o país **se encontra na quarta pior situação, ficando apenas à frente da Itália (57,2%), da Grécia (66,2%) e da Eslováquia (67,2%)**. Em contraste, a Dinamarca regista a melhor posição, com 19,5% da população com deficiência em situação de desemprego de longa duração, seguida dos Países Baixos (29%) e da Finlândia (29,6%) (ver **Figura 21**).

Desde 2013 que estou inscrito no Instituto de Emprego e Formação Profissional e ainda não tive oportunidade de participar em qualquer ação promovida pelo mencionado Instituto que se adequasse à minha situação de incapacidade. A situação prolonga-se desde 2013 e manteve-se até 2025, sem qualquer alteração.

(ID8_Homem de 46 anos com Esclerose Múltipla, Porto)

Figura 21 Pessoas com deficiência em situação de desemprego de longa duração (12 meses ou mais), 2024 (20-64 anos; países da UE; %)



Fonte: Eurostat (2025). Persons in long-term unemployment (12 months or more) by level of disability - % of total unemployment. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/lfsa_upgadl__custom_18610557/default/table

Nota 1: Situação da base de dados a 11 de setembro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Nota 2: Bulgária, Irlanda, Luxemburgo e Malta sem dados disponíveis para o ano de 2024.

Integração profissional de pessoas com deficiência no setor privado

O Balanço Social[11] revela dados importantes sobre a situação de pessoas com deficiência empregadas no setor privado. **Em 2023**, em Portugal Continental, apenas **0,81% (n = 21721) das pessoas empregadas em empresas com 10 ou mais trabalhadores (N = 2684751) eram pessoas com deficiência**. Embora a prevalência seja ainda muito baixa, os dados revelam um crescimento de 17,7% face a 2022. Uma análise longitudinal permite também verificar um crescimento de 112,7% no número de trabalhadores/as com deficiência face a 2015 (ver **Tabela 1**).

11. Estes dados não incluem as empresas com menos de 10 trabalhadores/as que estão isentas do preenchimento do Relatório Único, o que tendo em conta o peso das microempresas no tecido económico português, implica algumas limitações em relação à extrapolação destes dados para o universo total do emprego no setor privado em Portugal.

Tabela 1 Evolução da prevalência de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, 2015-2023 (Portugal Continental)

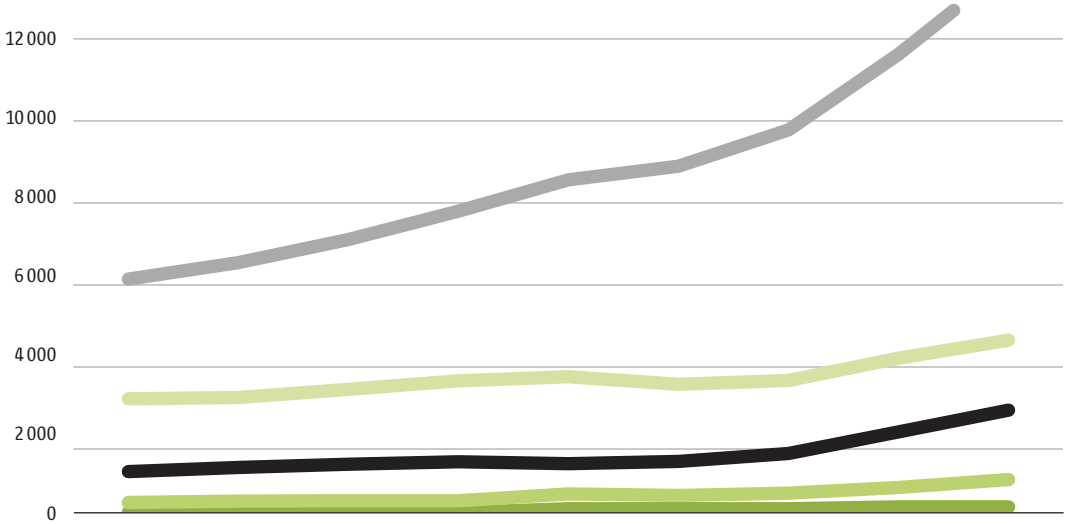
Ano	Trabalhadores com deficiência	Total de trabalhadores	Prevalência (%)
2015	10 210	2 013 881	0,51
2016	10 789	2 107 954	0,51
2017	11 657	2 229 293	0,52
2018	12 720	2 320 102	0,55
2019	13 702	2 371 844	0,58
2020	13 902	2 341 651	0,59
2021	15 317	2 373 619	0,65
2022	18 447	2 556 934	0,72
2023	21 721	2 684 751	0,81
Variação homóloga (%)	**17,7**	**5,0**	**12,1**
Variação 2015-2023 (%)	**112,7**	**33,3**	**59,6**

Fonte: GEP-MTSSS (2025a). Balanço social – Coleção Estatísticas [2015-2023]. Disponível em: https://www.gep.mtsss.gov.pt/sinteses-/-publicacoes
Nota: Situação da base de dados a 17 de abril de 2025.

Em 2023, a **distribuição por sexo das pessoas com deficiência empregadas no setor privado evidencia a predominância de mulheres, que representam 55,4% (n = 12 041) do total**, enquanto os homens correspondem a 44,6% (n = 9 680). Em 2023, verificou-se um crescimento de 19,1% nos homens e de 16,7% nas mulheres, face a 2022. A análise longitudinal do período 2015–2023 permite identificar uma tendência de crescimento contínuo da participação feminina neste setor, superior à verificada entre os homens.

No que se refere à **distribuição etária das pessoas com deficiência empregadas no setor privado**, os dados de 2023 revelam uma marcada concentração nas faixas etárias mais avançadas (ver **Figura 22**). **A maioria dos trabalhadores/as tinha 45 ou mais anos (68%; N = 14 763)**, ao passo que apenas 11,9% (N = 2 591) se encontrava na faixa etária até os 34 anos de idade.

Figura 22 Evolução do número de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, por grupo etário, 2015-2023 (Portugal continental)

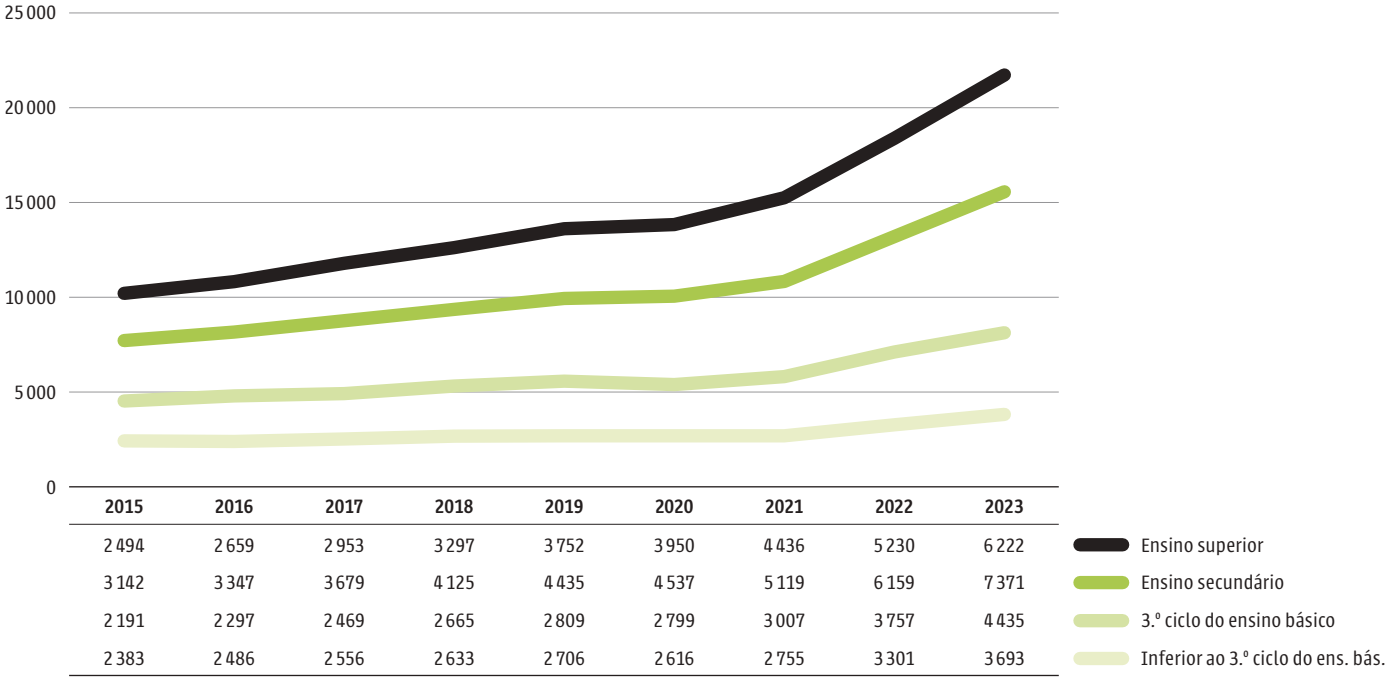


	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Menos de 18 anos	12	19	10	9	12	10	8	15	24
De 18 a 34 anos	1 097	1 191	1 238	1 304	1 334	1 301	1 579	2 112	2 567
De 35 a 44 anos	2 915	2 975	3 137	3 353	3 415	3 305	3 409	3 905	4 367
De 65 e mais anos	291	296	366	394	464	470	553	689	865
De 45 a 64 anos	5 895	6 308	6 906	7 660	8 477	8 816	9 768	11 726	13 898

Fonte: GEP-MTSSS (2025a). Balanço social – Coleção Estatísticas [2011-2023]. Disponível em: https://www.gep.mtsss.gov.pt/sinteses-/-publicacoes
Nota: Situação da base de dados a 17 de abril de 2025.

Em termos globais, as pessoas com deficiência empregadas no setor privado apresentavam níveis de escolaridade elevados (ver **Figura 23**). Em 2023, **a maioria possuía o ensino secundário (33,9%; n = 7371) ou o ensino superior (28,6%; n = 6222)**, tendência que se mantém relativamente estável ao longo do período em análise. Entre 2015 e 2023, observa-se um **crescimento significativo no número de trabalhadores/as com deficiência com qualificações de nível superior (+149,5%) e com ensino secundário (+134,6%)**.

Figura 23 Evolução do número de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, por habilitações literárias, 2015-2023 (Portugal continental; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ensino superior	2 494	2 659	2 953	3 297	3 752	3 950	4 436	5 230	6 222
Ensino secundário	3 142	3 347	3 679	4 125	4 435	4 537	5 119	6 159	7 371
3.º ciclo do ensino básico	2 191	2 297	2 469	2 665	2 809	2 799	3 007	3 757	4 435
Inferior ao 3.º ciclo do ens. bás.	2 383	2 486	2 556	2 633	2 706	2 616	2 755	3 301	3 693

Fonte: GEP-MTSSS (2025a). Balanço social – Coleção Estatísticas [2015-2023]. Disponível em: http://www.gep.mtsss.gov.pt/sinteses-/-publicacoes

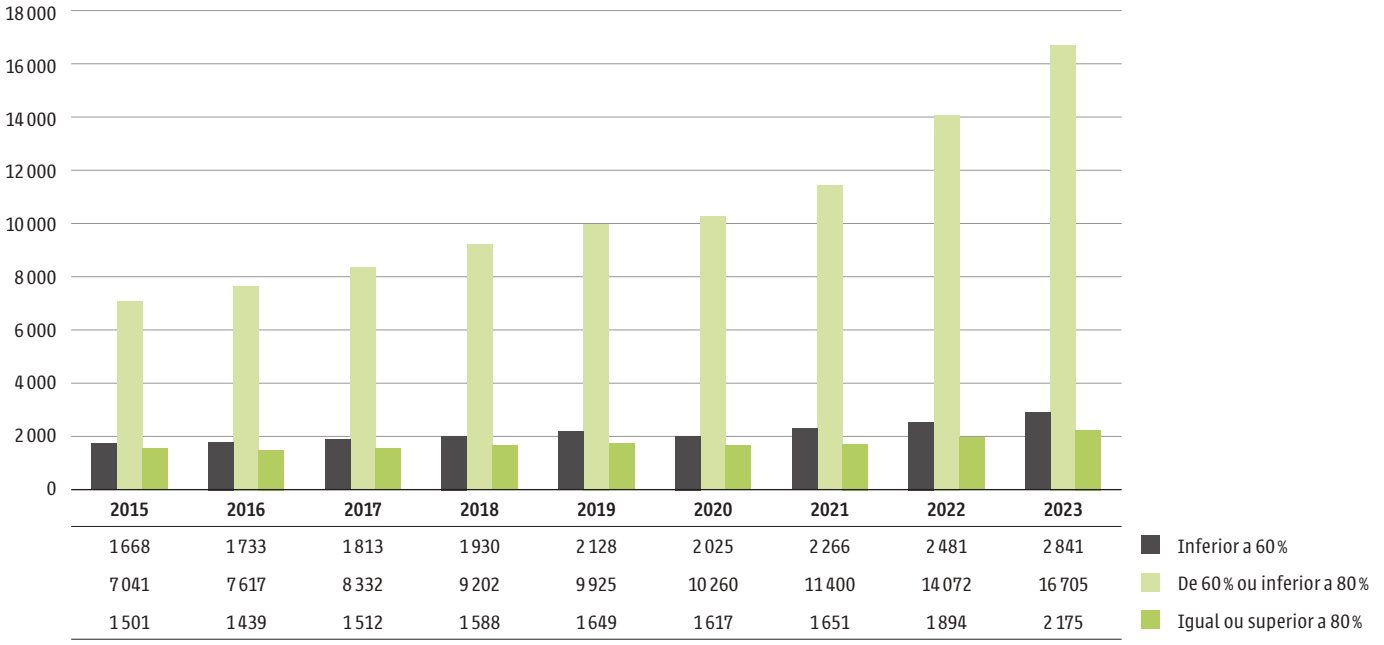
Nota 1: Situação da base de dados a 17 de abril de 2025.

Nota 2: O ensino secundário e o ensino pós-secundário não superior foram agrupados em Ensino secundário. Em 2023, Ensino secundário N = 6 690 (30,8 %) e ensino pós-secundário não superior N = 681 (3,14 %).

Em 2023, a maioria das pessoas com deficiência empregadas no setor privado apresentava um **grau de incapacidade classificado como moderado (entre 60 % e 80 %), representando 76,9 % do total (n = 16 705)**, conforme ilustrado na **Figura 24**. Este valor corresponde a um aumento de 18,7 % (+2 633) face a 2022.

Por outro lado, o grupo de trabalhadores/as com **grau de incapacidade igual ou superior a 80 % foi o que apresentou o menor crescimento no período em análise**, passando de 1 501 em 2015 para 2 175 em 2023, um aumento de 44,9 %.

Figura 24 Evolução do número de trabalhadores/as com deficiência no setor privado, por grau de incapacidade, 2015-2023



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Inferior a 60 %	1 668	1 733	1 813	1 930	2 128	2 025	2 266	2 481	2 841
De 60 % ou inferior a 80 %	7 041	7 617	8 332	9 202	9 925	10 260	11 400	14 072	16 705
Igual ou superior a 80 %	1 501	1 439	1 512	1 588	1 649	1 617	1 651	1 894	2 175

Fonte: GEP-MTSSS (2024a). Balanço social – Coleção Estatísticas [2011-2022]. Disponível em: http://www.gep.mtsss.gov.pt/sinteses-/-publicacoes

Nota: Situação da base de dados a 19 de abril de 2024.

Integração profissional de pessoas com deficiência nas administrações públicas

De acordo com o Boletim de Estatísticas de Emprego Público, publicado pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), **em 2024, em Portugal, 3,4 % (N=25 320) dos funcionários públicos eram pessoas com deficiência**. Este valor traduz um aumento de 6,3 % em relação a 2023. Nota-se também uma tendência positiva de inclusão no setor público, com um crescimento de 76,2 % face a 2015 (ver **Tabela 2**).

Tabela 2 Evolução da prevalência de trabalhadores/as com deficiência na administração pública, 2015-2024 (Portugal)

Ano	Trabalhadores com deficiência	Total de trabalhadores	Prevalência (%)
2015	14 367	659 138	2,2
2016	15 296	664 162	2,3
2017	16 170	669 365	2,4
2018	17 601	683 162	2,6
2019	18 627	698 924	2,7
2020	18 846	718 761	2,6
2021	20 377	733 447	2,8
2022	22 238	742 194	3,0
2023	23 820	745 509	3,2
2024	25 320	753 552	3,4
Variação homóloga (%)	**6,3**	**1,1**	**6,6**
Variação 2015-2024 (%)	**76,2**	**14,3**	**54,2**

Fonte: DGAEP (2025). Boletim Estatístico do Emprego Público (BOEP) [2011-2024]. Disponível em: https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=C0F56E62-5381-4271-B010-37ECE5B31017
Nota: Situação da base de dados a junho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

No que diz respeito ao perfil destes/as trabalhadores/as com deficiência no setor público, em 2024, **68,7 % (n = 17 387) eram mulheres e 31,3 % (n = 7 933) eram homens**.

Trabalhei durante três meses numa empresa ao abrigo do apoio à colocação do IEFP, recebendo apenas o subsídio de alimentação e transporte. Possuo um doutoramento em Multimédia em Educação e, apesar da minha formação e empenho, senti que o trabalho que desenvolvi nunca foi devidamente valorizado pela empresa. Considero que o apoio à colocação, que visa promover a inserção das pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho, deveria ser complementado com uma remuneração justa, tal como acontece com os restantes trabalhadores, reconhecendo o valor e o contributo de cada profissional.

(ID74_Mulher de 38 anos com deficiência motora, Aveiro)

3. CONDIÇÕES DE VIDA E PROTEÇÃO SOCIAL

Alterações legislativas do quadro político-legal (de janeiro de 2025 a dezembro de 2025)

Despacho n.º 2276/2025, de 19 de fevereiro

Aprova o Regulamento do Programa «Festivais Acessíveis» para o período de 2024 a 2026.

Portaria n.º 118/2025/1, de 17 de março

Cria o Programa MAIS — Medidas de Ativação e Inclusão Social que visa o apoio a desempregados subsidiados e a desempregados beneficiários do rendimento social de inserção e outros desempregados inscritos no IEFP, I.P, incluindo pessoas com deficiência.

Resolução AR n.º 97/2025, de 25 de março

Recomenda ao Governo a implementação do voto acessível para pessoas com paralisia cerebral e outras deficiências.

Portaria n.º 171/2025/1, de 10 de abril

Determina a desmaterialização dos processos de junta médica de avaliação de incapacidade, aprova a lista de patologias que podem ser objeto de emissão de atestado médico de incapacidade multiuso, com dispensa de junta médica de avaliação de incapacidade, e emite novas disposições relativas às juntas médicas de avaliação de incapacidade.

Portaria n.º 205/2025/1, de 30 de abril

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 77/2022 (de 3 de fevereiro), que estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social RAI.

Despacho n.º 11077/2025, de 19 de setembro

Atualiza a lista de Produtos de Apoio do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA).

Portaria n.º 324/2025/1, de 3 de outubro

Cria os projetos-piloto SAD+Saúde, um serviço de apoio domiciliário reforçado que integra cuidados sociais com cuidados de saúde ao domicílio para pessoas em situação de dependência.

Resolução da AR n.º 159/2025, de 20 de outubro

Recomenda ao Governo que facilite o acesso à habitação aos agregados familiares com membros com mobilidade reduzida.

Evolução de indicadores

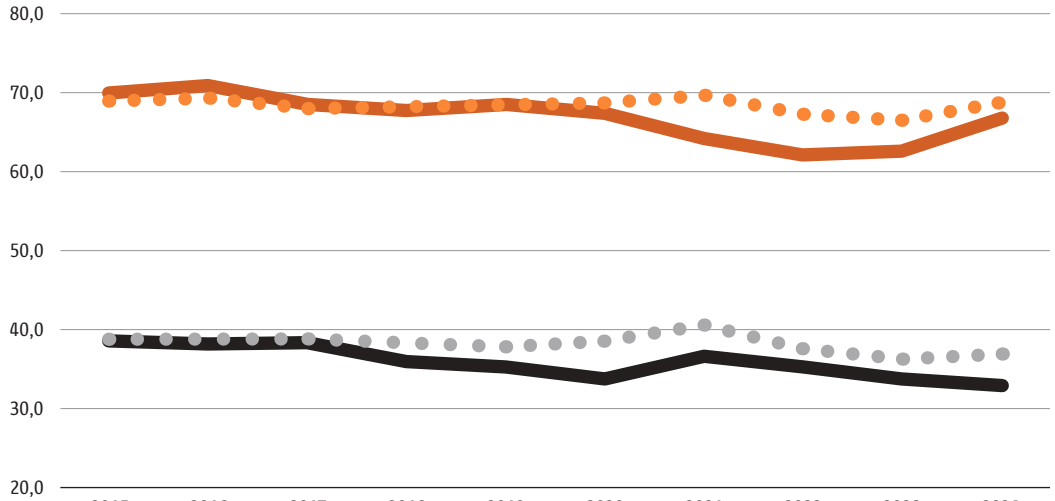
Nesta secção apresentam-se as principais tendências e indicadores na área da Proteção Social e Condições de Vida tendo por base as seguintes fontes de informação: **(1)** Inquérito às Condições de Vida e Rendimento consultado na página web da Comissão Europeia – Eurostat (Eurostat, 2025); **(2)** Segurança Social – Estatísticas da Prestação Social para a Inclusão (GEP-MTSSS, 2025); **(3)** Diário da República – Despachos afetos à fixação do montante e reforço das verbas destinadas aos produtos de apoio; **(4)** Instituto Nacional para a Reabilitação – Relatórios de Avaliação Física e Financeira do Financiamento dos Produtos de Apoio (SAPA) (INR, I.P., 2025a) e dados mensais sobre o Modelo de Apoio à Vida Independente (INR,2025b).

Pobreza, exclusão social e deficiência: Portugal no contexto europeu

Risco de pobreza

De acordo com o Inquérito Europeu às Condições de Vida e Rendimento 2024, **no ano de 2024, em Portugal, mais de dois terços (66,4 %) das pessoas com deficiência com mais de 16 anos enfrentavam risco de pobreza[12] antes das transferências sociais[13], o dobro do que sucede com as pessoas sem deficiência**, representando uma disparidade entre ambos os grupos de 33,4 pontos percentuais (ver **Figura 25**). A taxa de risco de pobreza registou, face ao período homólogo, um acréscimo de 4,0 p.p. para as pessoas com deficiência, mas caiu 1,1 p.p para as pessoas sem deficiência. Ao analisar este indicador longitudinalmente, desde 2015, regista-se um recuo maior na taxa de pobreza das pessoas sem deficiência (-5,8 p.p) do que nas pessoas com deficiência (-3,3 p.p).

Figura 25 Evolução da taxa de risco de pobreza, antes das transferências sociais, por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoas com deficiência – PT	69,7	70,2	68,4	67,6	68,2	67,2	64,1	62,3	62,4	66,4
Pessoas sem deficiência – PT	38,8	38,4	38,4	36,0	35,4	34,2	36,6	35,5	34,1	33,0
Pessoas com deficiência – UE	68,9	69,0	68,2	68,1	68,0	68,3	69,3	67,1	66,4	68,1
Pessoas sem deficiência – UE	38,7	39,2	38,5	38,2	37,6	38,5	40,3	37,3	36,5	36,7

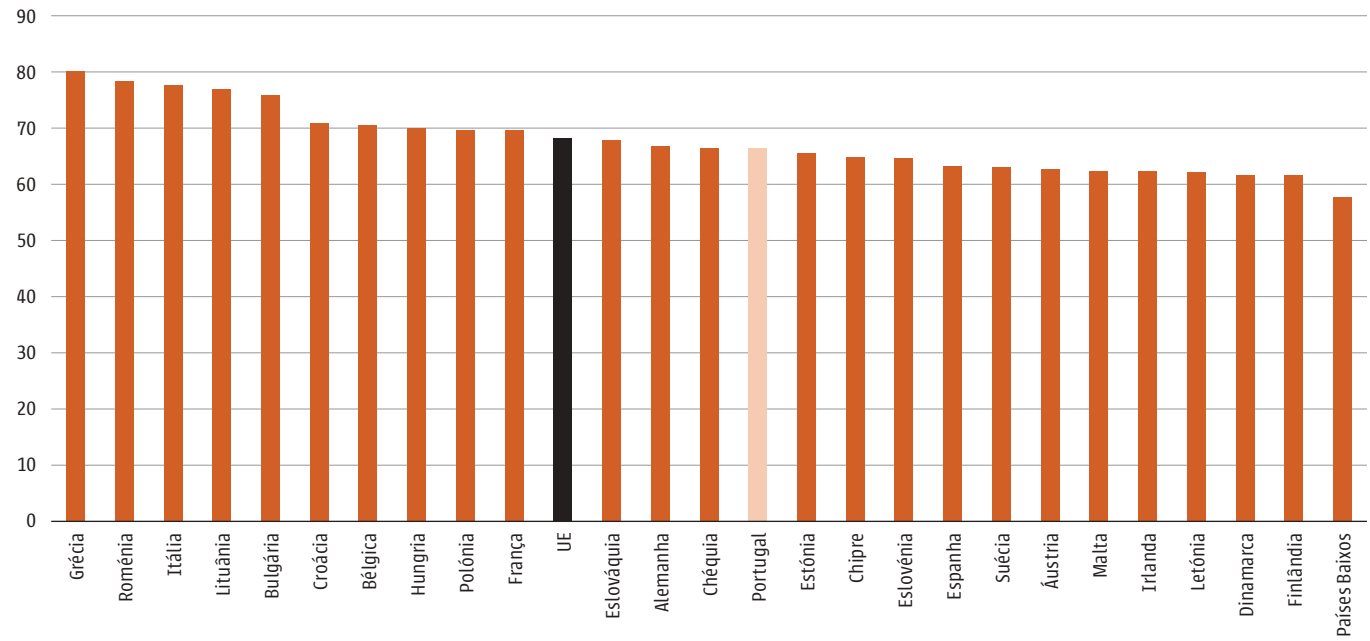
Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty before social transfers (pensions included in social transfers) by level of activity limitation, sex and age [2015-2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe030__custom_17944268/default/table

Nota: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

12. A taxa de risco de pobreza mede a percentagem de população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60 % do rendimento mediano por adulto equivalente.
13. No indicador considerado, as pensões, como as pensões de velhice e de sobrevivência são contabilizadas como rendimento (antes das transferências sociais) e não como transferências sociais.

Em 2024, em média, 68,1% das pessoas com deficiência na UE enfrentavam risco de pobreza antes das transferências sociais, ligeiramente acima (+1,7 p.p) do verificado em Portugal. Nesse mesmo ano, os países com níveis de pobreza antes das transferências sociais mais próximos dos de Portugal eram a Estónia (65,6%) e a Chéquia (66,6%). O país da UE com pior desempenho neste indicador foi a Grécia (80,2%), seguida pela Roménia (78,5%). Por sua vez, os Países Baixos apresentam o melhor índice, 57,7%, seguidos da Finlândia com 61,7% e da Dinamarca com 61,8% (ver **Figura 26**).

Figura 26 Taxa de risco de pobreza, antes das transferências sociais, na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %)



Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty before social transfers (pensions included in social transfers) by level of activity limitation, sex and age [2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe030__custom_17944268/default/table

Nota 1: Situação da base de dados a 30 de outubro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

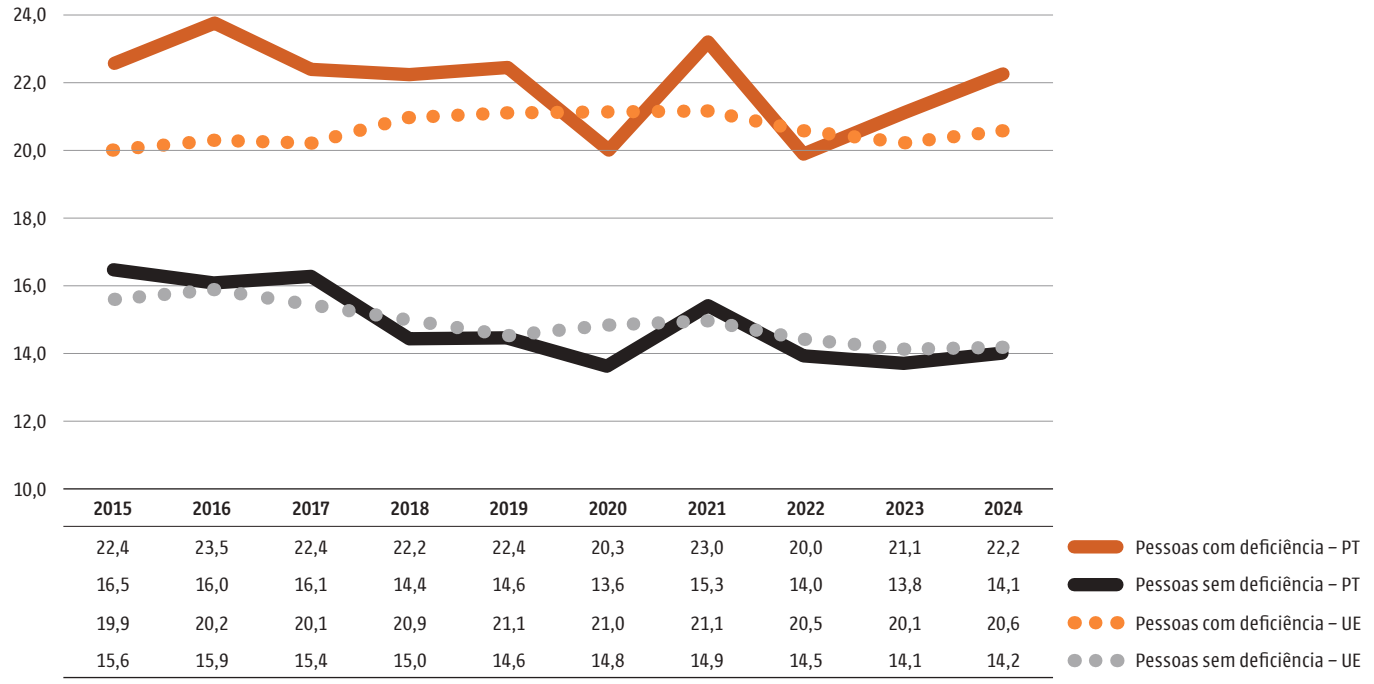
Nota 2: Luxemburgo sem dados disponíveis para o ano de 2024.

Quanto ao **risco de pobreza após transferências sociais, em Portugal**, continua a verificar-se a maior relevância dos apoios sociais para a redução da pobreza entre a população com deficiência face à população sem deficiência: **em 2024, para as pessoas com deficiência a taxa de pobreza desce 44,2 p.p. após transferências sociais, mas apenas 18,9 p.p. para a população sem deficiência. Na média dos países da UE, na população com deficiência, a taxa de pobreza desce ainda mais (47,5 p.p.) após transferências sociais, e também se verifica uma redução acima da de Portugal (22,5 p.p.) na população sem deficiência**.

Ainda em Portugal, mas em relação ao período homólogo, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais para as pessoas com deficiência registou um aumento de 1,1 p.p, enquanto que para as pessoas sem deficiência aumentou muito residualmente (apenas 0,3 p.p.,

ver **Figura 27**). Na média dos países da UE, contudo, para as pessoas com deficiência, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais aumentou somente 0,5 p.p. (e 0,1 p.p. para as pessoas sem deficiência) entre 2023 e 2024. Numa perspetiva longitudinal **(2015-2024)**, pode-se afirmar que, em Portugal, **a taxa de pobreza nas pessoas com deficiência com 16 anos ou mais após transferências sociais mantém-se praticamente inalterada** (-0,2 p.p.); no entanto, para a população sem deficiência esse indicador recuou 2,5 p.p. Já na média dos países da UE, a taxa de pobreza nas pessoas com deficiência com 16 anos ou mais anos, após transferências sociais aumentou 0,7 p.p. face a 2015, recuando 1,4 p.p. para a população sem deficiência.

Figura 27 Evolução da taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %)



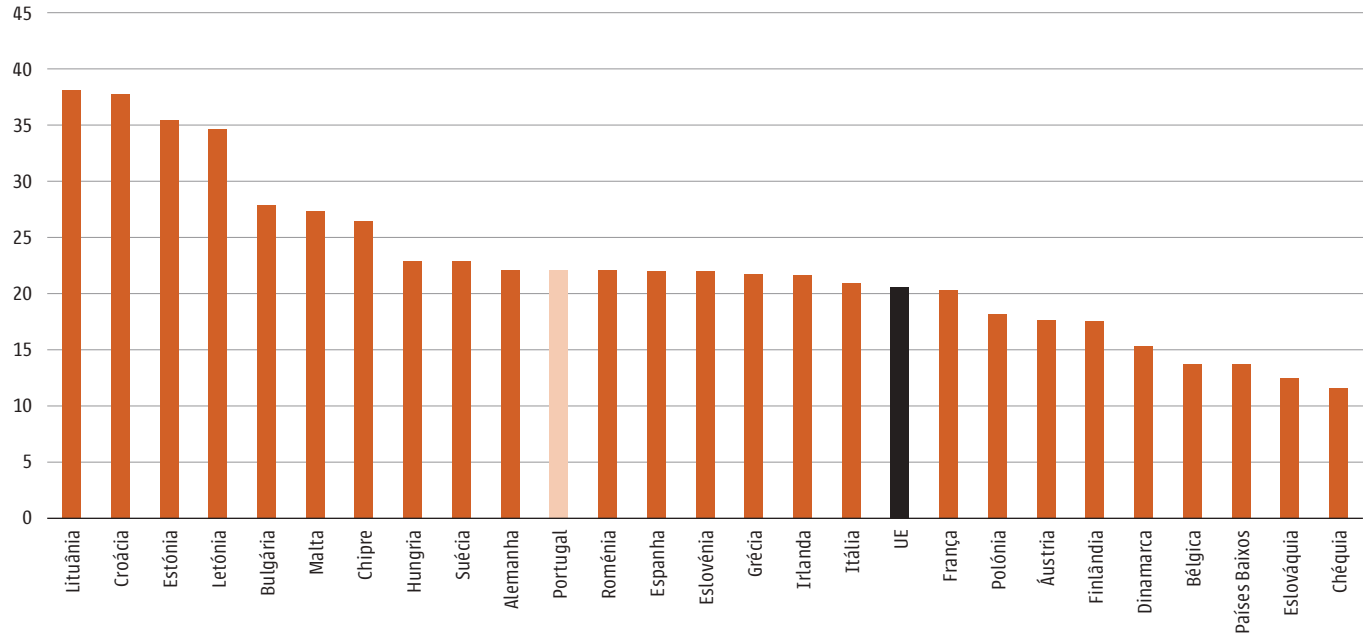
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoas com deficiência – PT	22,4	23,5	22,4	22,2	22,4	20,3	23,0	20,0	21,1	22,2
Pessoas sem deficiência – PT	16,5	16,0	16,1	14,4	14,6	13,6	15,3	14,0	13,8	14,1
Pessoas com deficiência – UE	19,9	20,2	20,1	20,9	21,1	21,0	21,1	20,5	20,1	20,6
Pessoas sem deficiência – UE	15,6	15,9	15,4	15,0	14,6	14,8	14,9	14,5	14,1	14,2

Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty by level of activity limitation, sex and age.
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/d414d975-8e0e-4f57-90f3-ea2071794b80?lang=en&createdAt=2025-11-12T16:21:47Z

Nota: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Ao compararmos a taxa de risco de pobreza após transferências sociais, em Portugal e nos países da UE, em 2024, encontramos outros Estados-Membro com taxas de pobreza iguais ou muito semelhantes à de Portugal: a Alemanha e a Roménia (ambas com 22,2 %), seguidos da Espanha e da Eslovénia (com 22 %). Em 2024, a Chéquia é o país com o índice de pobreza após transferências sociais mais baixo da UE (11,6 %), seguido da Eslováquia (12,6 %), e a Lituânia o país que apresenta a taxa mais elevada (38,2 %) (ver **Figura 28**).

Figura 28 Taxa de risco de pobreza, após as transferências sociais, na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %)



Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty by level of activity limitation, sex and age. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe020__custom_18835553/default/table

Nota 1: Situação da base de dados a 30 de outubro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Nota 2: Luxemburgo sem dados disponíveis para o ano de 2024.

Risco de pobreza ou exclusão social

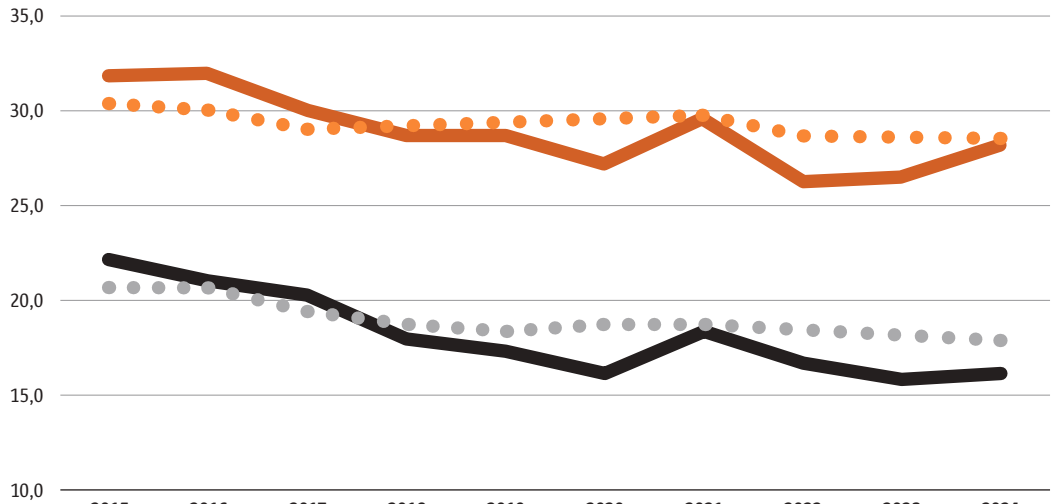
Ao analisar o risco de pobreza ou exclusão social[14] na população com e sem deficiência, importa desde logo salientar que este indicador agregado considera não apenas a situação individual da pessoa com deficiência, mas também a do respetivo agregado familiar, permitindo evidenciar as implicações da deficiência no contexto familiar. **Ora em 2024, o risco de pobreza ou exclusão social na população com deficiência registou um aumento de 1,4 p.p face ao período homólogo**, contrapondo-se à estagnação deste indicador na população sem deficiência. Desta forma, o fosso entre os dois grupos agravou-se de 10,7 p.p para 12 p.p no mesmo período.

Muito embora se perceba, em Portugal, um recuo neste indicador para ambos os grupos desde 2015 (que foi de -3,8 p.p para a população com deficiência, e -6,0 p.p para a população

14. O indicador "população em risco de pobreza ou exclusão social" é um índice que conjuga vários indicadores: taxa de risco de pobreza (população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente após transferências sociais), taxa de privação material severa (população que enfrenta pelo menos quatro dos nove tipos de uma lista de dificuldades económicas que integra itens, como por exemplo, capacidade para fazer face a despesas inesperadas, capacidade para realizar refeições regulares de carne e peixe ou uma semana de férias para a família, entre outros), e intensidade laboral per capita muito reduzida (todos as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos, excluindo estudantes, trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível). Mais informações em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At_risk_of_poverty_or_social_exclusion_(AROPE)

sem deficiência), numa perspetiva longitudinal, o risco de pobreza ou exclusão social manteve-se consistentemente mais elevado entre os agregados de pessoas com deficiência do que entre aqueles de pessoas sem deficiência (ver **Figura 29**).

Figura 29 Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoas com deficiência – PT	31,9	32,1	30,1	28,9	28,8	27,3	29,7	26,4	26,7	28,1
Pessoas sem deficiência – PT	22,1	20,9	20,2	17,9	17,4	16,2	18,5	16,7	16,0	16,1
Pessoas com deficiência – UE	30,4	30,1	29,1	29,3	29,3	29,6	29,7	28,7	28,8	28,7
Pessoas sem deficiência – UE	20,7	20,6	19,5	18,7	18,3	18,8	18,8	18,3	18,0	17,9

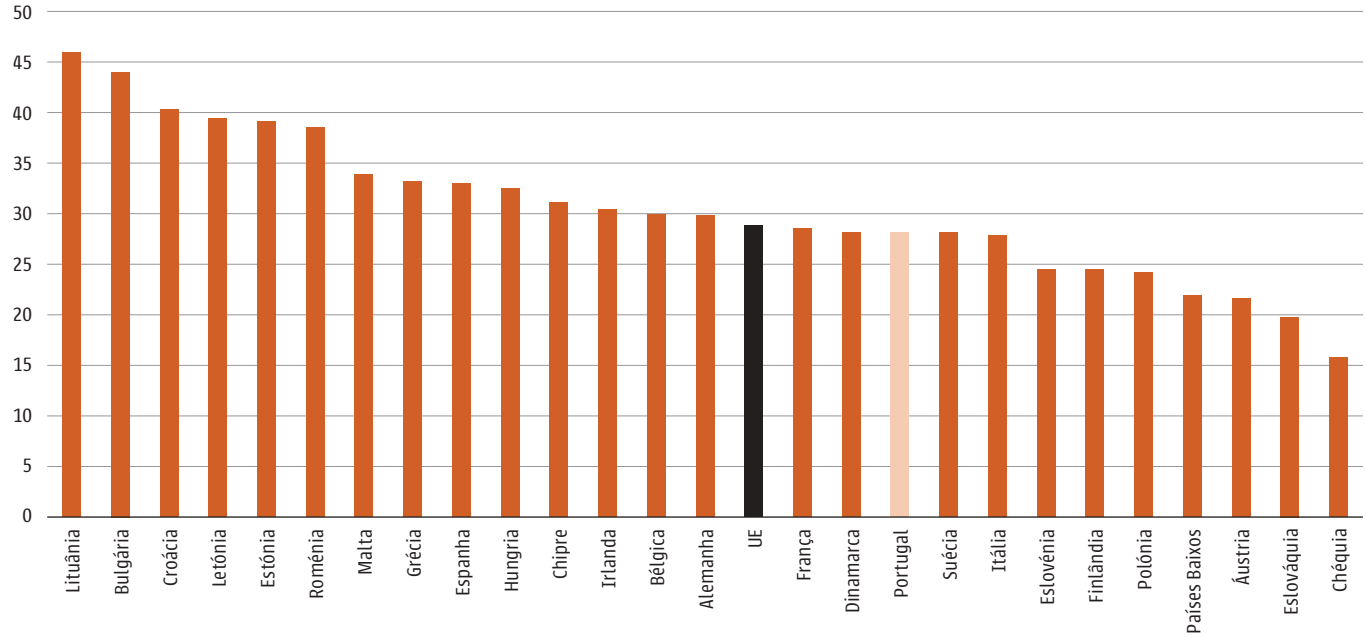
Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age [2015-2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe010__custom_17931761/default/table

Nota: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Na comparação com a média dos países da União Europeia, verifica-se que a taxa de risco de pobreza e exclusão social das pessoas com deficiência em Portugal é 0,6 p.p. mais baixa do que na média dos países da UE (28,1% em Portugal e 28,7% na média dos países da UE). No arco temporal entre 2015 e 2024, constata-se ainda que a taxa recuou mais do dobro em Portugal (-3,8p.p) face à média dos países da UE (-1,7 p.p.). No entanto, registou-se um agravamento da disparidade entre as pessoas com e sem deficiência: em 2015 esta diferença era de 9,8 p.p em Portugal e de 9,7 p.p na média dos países da UE. Já em 2024, em Portugal, a diferença foi de 12,0 p.p, enquanto na média dos países da UE manteve-se praticamente igual (10,7 p.p.).

Ao analisar este indicador nos países da UE, verifica-se que a Suécia e a Dinamarca apresentam a mesma taxa de risco de pobreza ou exclusão social na população com deficiência de Portugal (28,1%). A Chéquia é o país com a menor taxa de risco de pobreza e exclusão social das pessoas com deficiência, 15,6%, seguida da Eslováquia com 19,7% e da Áustria com 21,5%. Por sua vez, a Lituânia revela a maior taxa de risco de pobreza e exclusão social de pessoas com deficiência na EU (45,8%), seguida da Bulgária com 43,8% (ver **Figura 30**).

Figura 30 Taxa de risco de pobreza ou exclusão social na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %)



Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age [2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/867d-84d6-3517-47c6-961f-a2f4f7b43f44?lang=en&createdAt=2025-11-12T16:17:40Z

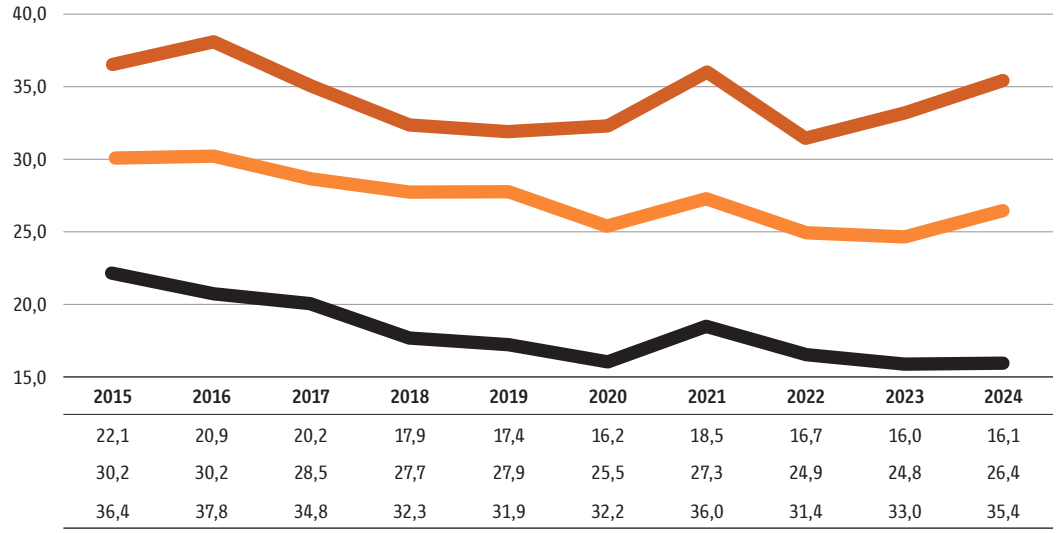
Nota 1: Situação da base de dados a 30 de outubro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Nota 2: Luxemburgo sem dados disponíveis para o ano de 2024.

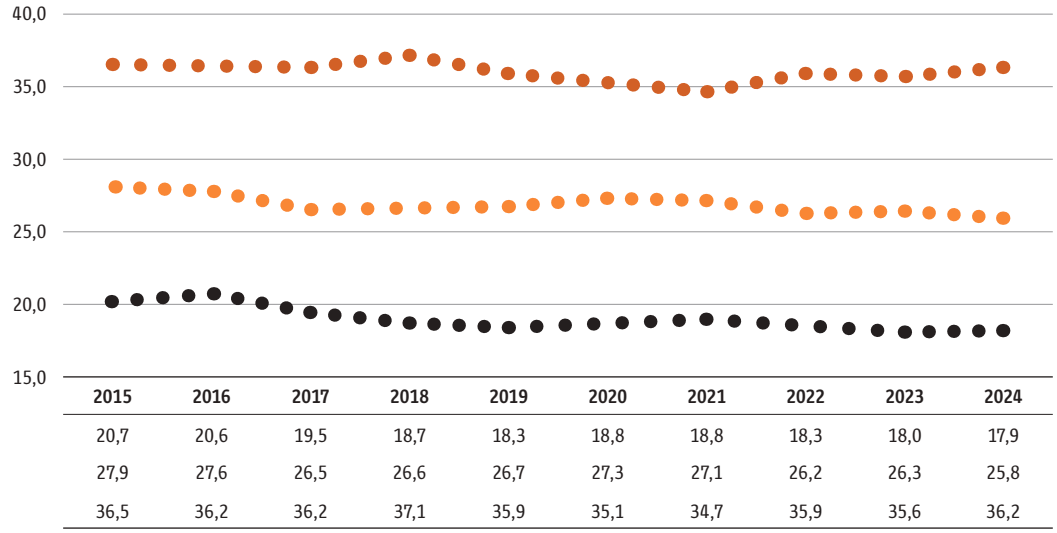
Já a análise deste indicador de forma desagregada pelo grau de deficiência, em Portugal no ano de 2024, revela que **as pessoas com deficiência grave e os seus agregados familiares continuam mais vulneráveis à pobreza ou à exclusão social (35,4%), tendo mesmo sofrido um agravamento de 2,4 p.p no último ano, aumentando a disparidade face às pessoas sem deficiência (16,1%)** (ver **Figura 31**). A situação da média dos países da UE, no mesmo ano, evidencia idêntico cenário: a taxa de risco de pobreza ou exclusão social de pessoas com deficiência grave (36,2%) situa-se 18,3 p.p. acima da das pessoas sem deficiência (17,9%) e 7,9 p.p. acima da das pessoas com deficiência moderada (25,8%).

Numa perspetiva longitudinal, de 2015 a 2024, observa-se, em Portugal, a redução muito mais acentuada do risco de pobreza ou exclusão social na população sem deficiência (-6,0 p.p), do que na população com deficiência moderada (-3,8 p.p.) ou na população com deficiência severa (-1,0 p.p.). O mesmo ocorre na média dos países da UE, com a redução mais acentuada na população sem deficiência (-2,8 p.p), do que na população com deficiência moderada (-2,1 p.p), ou na população com deficiência severa (-0,3 p.p). Ao longo do período em estudo verifica-se, assim, tanto em Portugal, como na média da EU, um aumento da disparidade entre estes três grupos, associado ao grau de severidade da deficiência.

Figura 31 Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por grau de deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média de países da UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sem deficiência – PT	22,1	20,9	20,2	17,9	17,4	16,2	18,5	16,7	16,0	16,1
Deficiência moderada – PT	30,2	30,2	28,5	27,7	27,9	25,5	27,3	24,9	24,8	26,4
Deficiência grave – PT	36,4	37,8	34,8	32,3	31,9	32,2	36,0	31,4	33,0	35,4



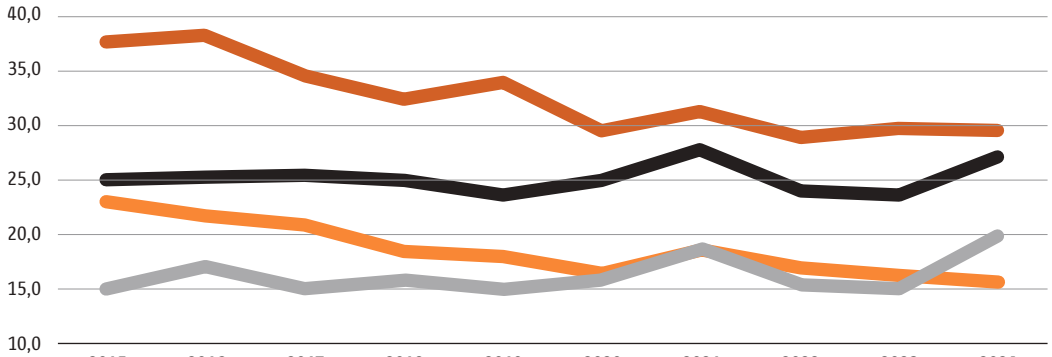
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sem deficiência – UE	20,7	20,6	19,5	18,7	18,3	18,8	18,8	18,3	18,0	17,9
Deficiência moderada – UE	27,9	27,6	26,5	26,6	26,7	27,3	27,1	26,2	26,3	25,8
Deficiência grave – UE	36,5	36,2	36,2	37,1	35,9	35,1	34,7	35,9	35,6	36,2

Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age [2015-2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe010__custom_17931761/default/table

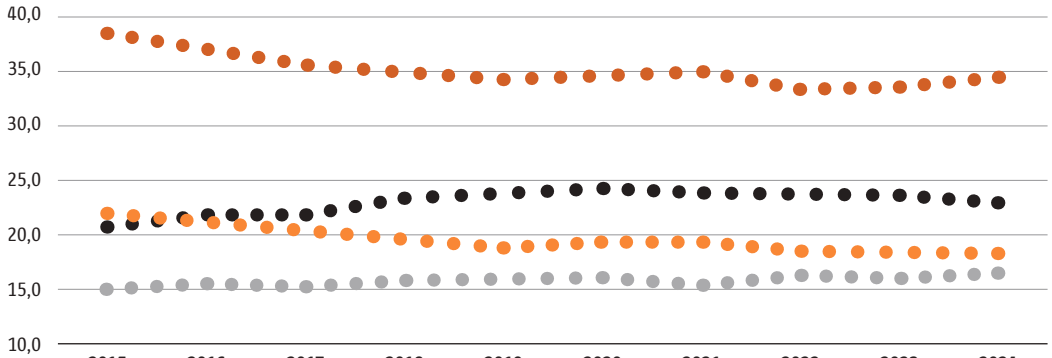
Nota: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

A análise em função da idade (ver **Figura 32**) **mostra que, em Portugal e na média dos países da UE, entre 2015 e 2024, as pessoas com deficiência em idade ativa (16 aos 64 anos) registaram sempre o valor mais elevado de risco de pobreza ou exclusão social (29,5 % em Portugal e 34,5 % na UE)**. Contudo, neste grupo etário, o indicador diminuiu 8,1 p.p. em Portugal, quase o dobro da quebra registada na média dos países da UE (que foi de 4,1 p.p). Já na população com 65 e mais anos com deficiência, o risco de pobreza ou exclusão social tem apresentado oscilações ao longo do tempo, com uma tendência de aumento (+2,9 p.p. face a 2015 em Portugal e, +2,2 p.p. na média dos países da UE).

Figura 32 Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por deficiência e grupo etário, 2015-2024 (Portugal e média dos países da UE; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Com deficiência – PT (16-64)	37,6	38,1	34,5	32,4	33,8	29,5	31,2	28,7	29,6	29,5
Sem deficiência – PT (16-64)	23,0	21,5	21,0	18,2	17,9	16,3	18,4	17,1	16,3	15,4
Com deficiência – PT (65+)	24,9	25,3	25,2	25,0	23,7	25,0	27,9	24,0	23,8	26,9
Sem deficiência – PT (65+)	15,0	16,9	15,1	15,6	14,6	15,6	18,7	15,2	14,7	19,7



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Com deficiência – UE (16-64)	38,6	37,4	35,7	35,2	34,3	34,6	35,1	33,4	33,6	34,5
Sem deficiência – UE (16-64)	21,7	21,5	20,4	19,3	18,8	19,4	19,5	18,7	18,4	18,2
Com deficiência – UE (65+)	20,8	21,6	21,8	23,3	23,8	24,3	23,9	23,9	23,7	23,0
Sem deficiência – UE (65+)	14,9	15,4	15,2	15,8	15,7	16,2	15,3	16,3	16,0	16,2

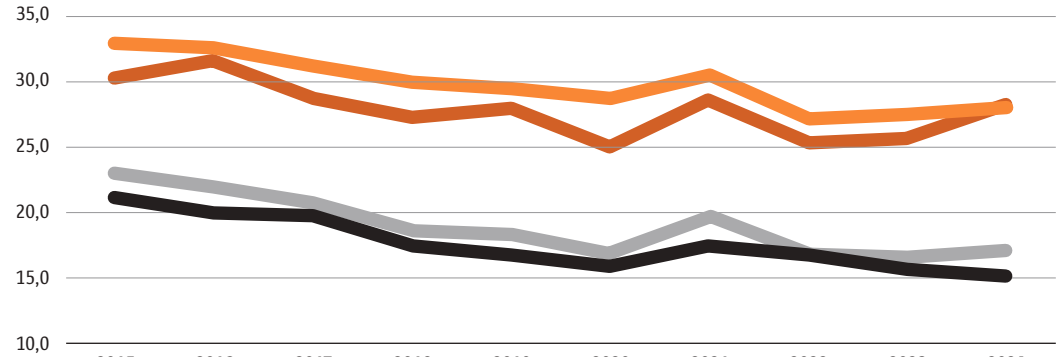
Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age [2015-2025]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe010__custom_17932515/default/table

Nota: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

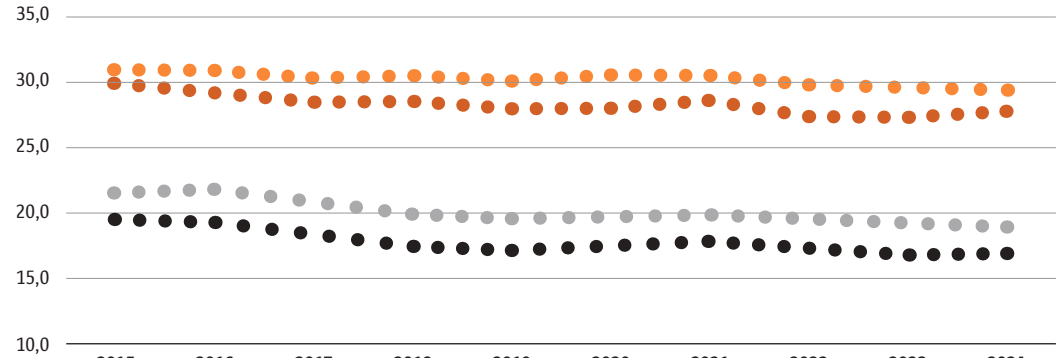
Quando se desagregam os dados por sexo (ver **Figura 33**), verifica-se que **em 2024, em Portugal, pela primeira vez desde 2015, registou-se maior risco de pobreza ou exclusão social nos homens com deficiência do que nas mulheres (+0,3 p.p)**, o que resulta de um agravamento mais acentuado deste indicador nos homens (+2,8 p.p) no último ano.

Na média dos países da UE, no entanto, regista-se um maior risco de pobreza ou exclusão social entre as mulheres com deficiência (29,4 %).

Figura 33 Evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, por sexo e deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homens com deficiência – PT	30,3	31,6	28,6	27,2	28,0	25,2	28,6	25,2	25,5	28,3
Mulheres com deficiência – PT	32,9	32,4	31,1	29,9	29,4	28,6	30,4	27,3	27,5	28,0
Homens sem deficiência – PT	21,2	19,9	19,8	17,4	16,7	15,8	17,4	16,9	15,5	15,2
Mulheres sem deficiência – PT	22,9	21,8	20,6	18,4	18,2	16,7	19,5	16,6	16,6	17,1



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homens com deficiência – UE	30,2	29,2	28,4	28,6	28,0	28,3	28,6	27,4	27,5	27,8
Mulheres com deficiência – UE	30,9	31,0	30,3	30,6	30,3	30,7	30,6	29,8	29,7	29,4
Homens sem deficiência – UE	19,6	19,3	18,4	17,5	17,1	17,8	17,8	17,2	17,0	16,8
Mulheres sem deficiência – UE	21,7	21,8	20,7	19,9	19,5	19,8	19,8	19,5	19,0	18,9

Fonte: Eurostat (2025). People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age [2015-2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe010/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_ilc.dsb_ilcip

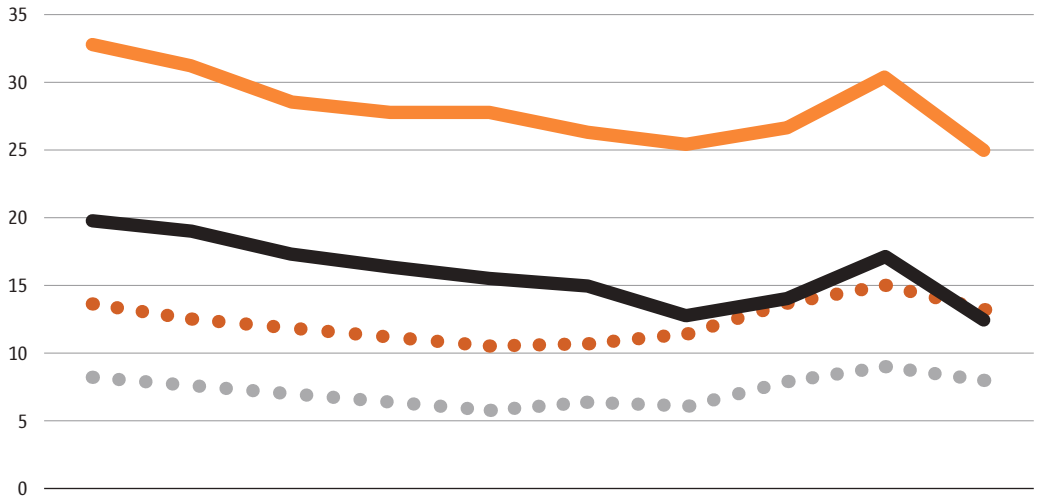
Nota: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Condições habitacionais – Incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida

Pela primeira vez, a partir de dados do Inquérito Europeu às Condições de Vida e Rendimento avaliam-se neste relatório condições habitacionais das pessoas com e sem deficiência, designadamente o indicador da incapacidade para manter a casa adequadamente aquecida. Os dados disponibilizados pelo Eurostat, relativos a 2024, mostram que, em Portugal, a proporção de pessoas com deficiência que se declaram incapazes de manter a casa adequadamente

aquecida tem permanecido significativamente superior à observada entre a população sem deficiência. **Em 2024, cerca de 1 em cada 4 pessoas com deficiência declaram-se incapazes de manter a casa adequadamente aquecida, contrapondo-se a 1 em cada 8 pessoas sem deficiência** (ver **Figura 34**). Uma análise longitudinal permite verificar que, em Portugal, entre 2015 e 2021, houve ainda assim uma tendência de melhoria, com o indicador a diminuir de 32,8 % para 25,5 %, seguida de um crescimento em 2022 e 2023. Em 2024, contudo, regista-se uma nova descida para 25,1 %. Entre as pessoas sem deficiência, o indicador também evidencia uma redução expressiva ao longo do período, embora com um pico em 2023, atingindo 12,5 % em 2024 (face a 19,8 % em 2015). Embora os dados da média dos países da UE também revelem oscilações no mesmo período, as condições habitacionais relativas ao conforto térmico parecem ser substancialmente melhores do que as reportadas em Portugal.

Figura 34 Evolução da percentagem da população incapaz de manter a casa adequadamente aquecida por deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal e média dos países da UE; %)



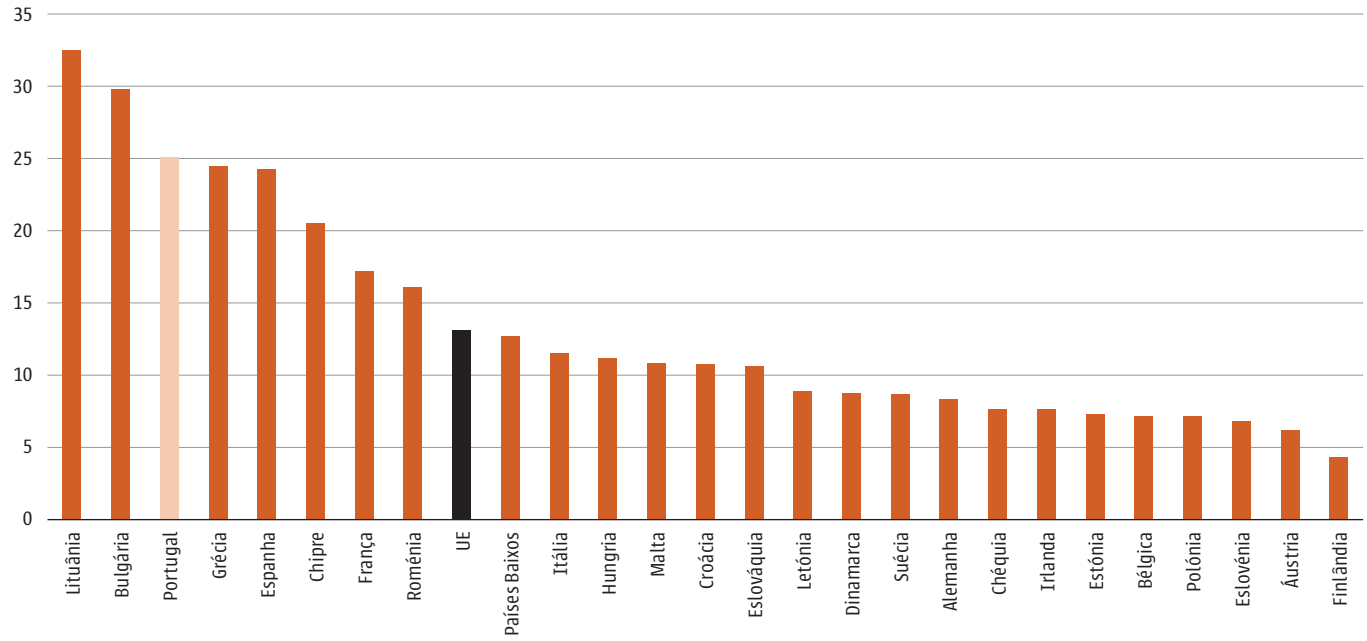
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoas com deficiência – PT	32,8	31,3	28,8	27,9	27,9	26,4	25,5	26,7	30,3	25,1
Pessoas com deficiência – UE	13,8	12,6	11,8	11,4	10,6	10,7	11,3	13,8	15,1	13,2
Pessoas sem deficiência – PT	19,8	19,2	17,4	16,5	15,7	15,1	12,8	14,1	17,3	12,5
Pessoas sem deficiência – UE	8,2	8,0	7,2	6,6	5,8	6,5	6,2	8,0	9,0	8,0

Fonte: Eurostat (2025b). Inability to keep home adequately warm by level of disability (activity limitation), sex and age
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dhc140/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_ilc.dsb_ilchc
Nota: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Em 2024, apenas 13,2 % da população com deficiência na média dos países da UE (-11,9 p.p face a Portugal) e 8 % da população sem deficiência (-4,5 p.p face a Portugal) declararam incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida. **Nesse ano, no contexto europeu, Portugal ocupava o terceiro pior lugar relativamente a este indicador**, apenas ultrapassado pela Bulgária (com 29,8 %) e a Lituânia (com 32,5 %). A Finlândia (com apenas 4,4 %), a Áustria

(com 6,2%) e a Eslovénia (com 6,9%) são os países que apresentavam os índices mais baixos neste indicador (ver **Figura 35**).

Figura 35 Taxa da incapacidade da população com deficiência de manter a casa adequadamente aquecida na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %)



Fonte: Eurostat (2025b). Inability to keep home adequately warm by level of disability (activity limitation), sex and age
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dhc140/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_ilc.dsb_ilchc

Nota 1: Situação da base de dados a 24 de julho de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Nota 2: Luxemburgo sem dados disponíveis para o ano de 2024.

Condições habitacionais – Sobrecarga com custos com a habitação

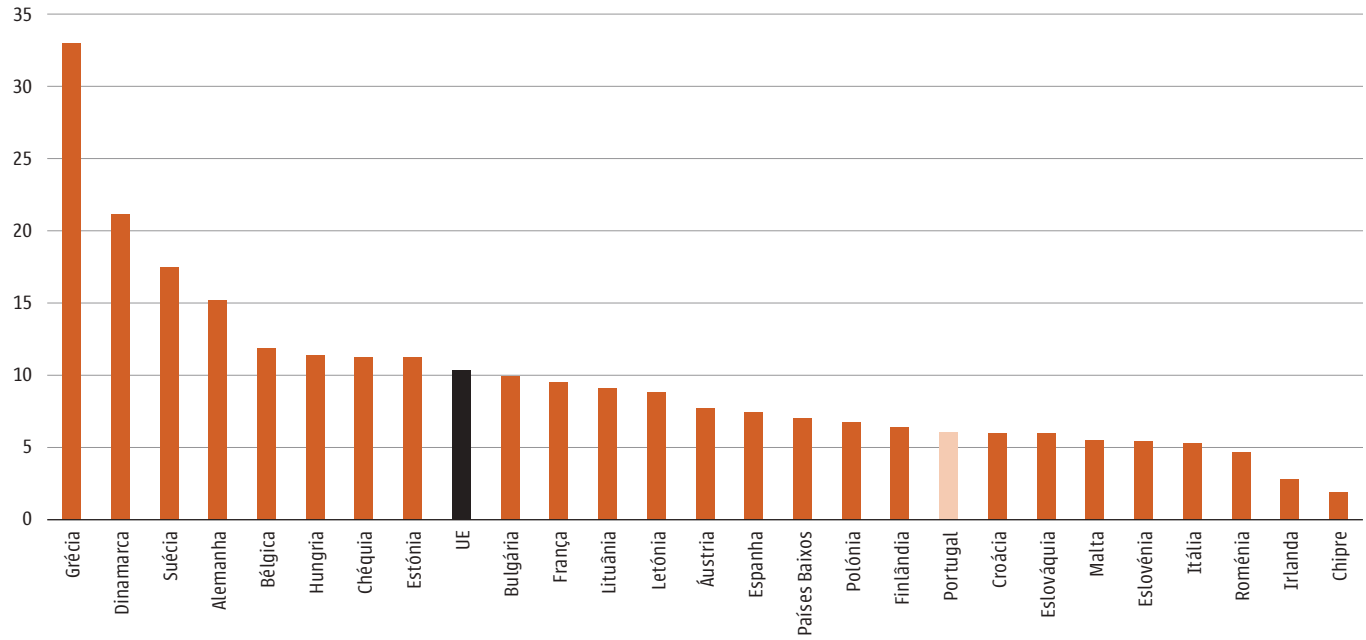
Da mesma forma, analisa-se a partir de dados do Inquérito Europeu às Condições de Vida e Rendimento, a sobrecarga com custos habitacionais[15] das pessoas com e sem deficiência, permitindo uma leitura complementar das condições habitacionais em ambos os grupos.

De acordo com estes dados, **a situação da população portuguesa no indicador da sobrecarga dos custos com a habitação é mais favorável do que da média dos países da União Europeia**: em Portugal, em 2024, 6,1% das pessoas com deficiência e 6,5% da população sem

15. A taxa de sobrecarga do custo de moradia é a percentagem da população que vive em domicílios onde os custos totais de moradia representam mais de 40% da renda disponível. Os custos de moradia referem-se às despesas mensais associadas ao direito de morar em uma moradia. Isso inclui o custo de serviços públicos como água, eletricidade, gás e aquecimento. Isso inclui despesas como seguro estrutural, serviços e taxas obrigatórios (por exemplo, esgoto e coleta de lixo), manutenção e reparos regulares, impostos e o custo de serviços públicos (água, eletricidade, gás e aquecimento). Fonte: Eurostat. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Housing_cost_overburden_rate

deficiência viviam em agregados em que os custos com a habitação representavam mais de 40 % do rendimento disponível. Na média dos países da UE, essa taxa foi de 10,4 % na população com deficiência e 7,8 % nas pessoas sem deficiência (ver **Figura 36**). Ao comparar com outros países da UE, destacam-se a Croácia e a Eslováquia com taxas muito próxima da de Portugal (6 % da população com deficiência a viver em agregados em que os custos com a habitação representavam mais de 40 % do rendimento disponível), a Grécia como o país da UE com a maior taxa de população com deficiência com sobrecarga dos custos com a habitação (33 %), e o Chipre, com o menor índice (de apenas 2 %).

Figura 36 Taxa de sobrecarga dos custos com a habitação na população com deficiência, 2024 (+ 16 anos, países da UE, %)



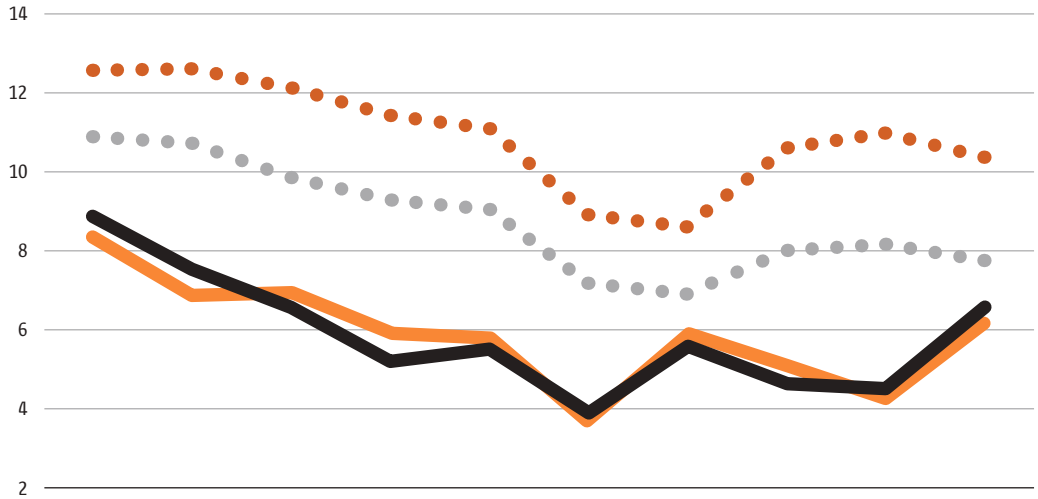
Fonte: Eurostat (2025a). Housing cost overburden rate by level of disability (activity limitation), sex and age.
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dhc060__custom_18381896/default/table

Nota 1: Situação da base de dados a 10 de outubro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Nota 2: Luxemburgo sem dados disponíveis para o ano de 2024.

Ao analisar o período de 2015 a 2024, observa-se que, em Portugal, não se registam diferenças significativas entre as taxas das pessoas com e sem deficiência, mantendo-se o desvio entre os dois grupos sempre inferior a 0,7 p.p. ao longo de quase dez anos (ver **Figura 37**). Verifica-se igualmente uma tendência de melhoria das condições para ambos os grupos populacionais, embora com oscilações ao longo do período em análise: entre 2015 e 2024, o indicador apresentou uma redução de cerca de 2,1 p.p. no caso das pessoas com deficiência e de 2,3 p.p. entre as pessoas sem deficiência. Observa-se ainda que, na média dos países da União Europeia, houve uma redução acentuada dos valores nos anos de 2020 e 2021. Em Portugal, embora também se tenha registado uma diminuição, esta foi observada apenas em 2020.

Figura 37 Evolução da taxa de sobrecarga com custos com a habitação para as pessoas com e sem deficiência, 2015-2024 (+16 anos; Portugal; %)



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoas com deficiência – PT	8,2	6,8	6,9	5,9	5,6	3,7	5,9	5,1	4,3	6,1
Pessoas com deficiência – UE	12,6	12,6	12,1	11,4	11,1	8,9	8,6	10,6	11,0	10,4
Pessoas sem deficiência – PT	8,8	7,4	6,5	5,2	5,5	3,9	5,6	4,7	4,5	6,5
Pessoas sem deficiência – UE	10,9	10,7	9,8	9,3	9,1	7,2	6,9	8,0	8,2	7,8

Fonte: Eurostat (2025a). Housing cost overburden rate by level of disability (activity limitation), sex and age.
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dhc060__custom_18381896/default/table

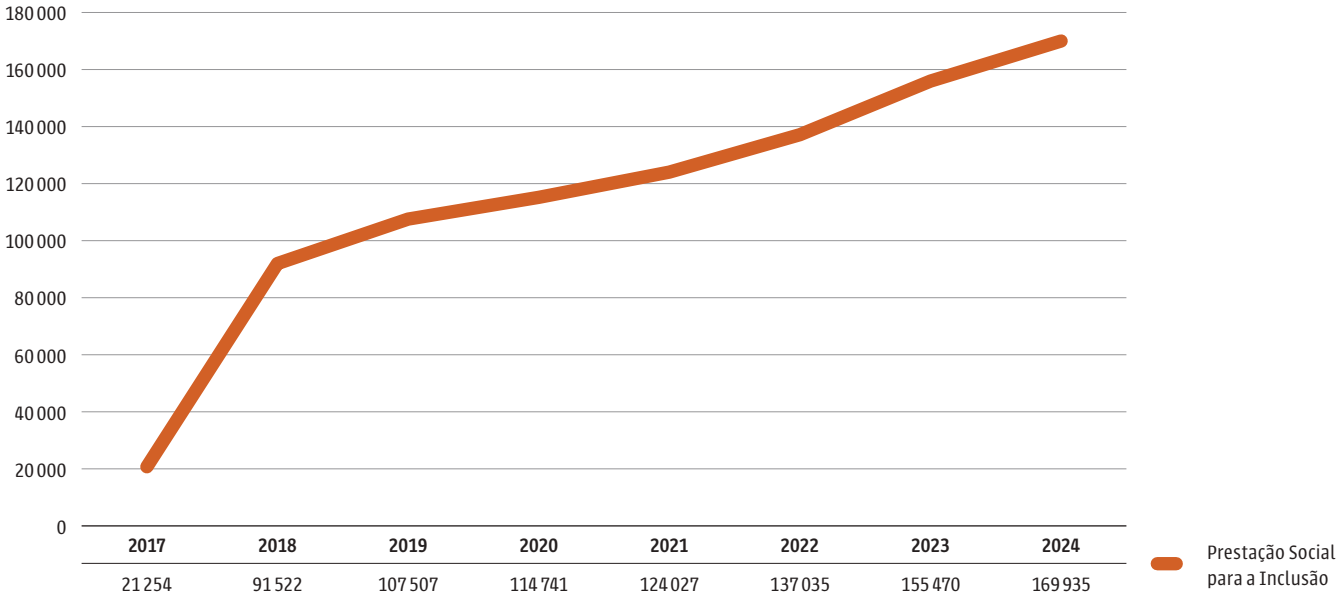
Nota: Situação da base de dados a 10 de outubro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Prestação Social para a Inclusão

No que diz respeito às prestações sociais, na presente edição optou-se por apresentar exclusivamente dados sobre a **Prestação Social para a Inclusão**[16], tendo em conta a sua centralidade no sistema de proteção social das pessoas com deficiência em Portugal. A PSI constitui atualmente o principal instrumento de apoio ao rendimento dirigido a pessoas com deficiência, tendo apoiado em 2024, 169 935 pessoas com deficiência, um acréscimo de 9,3 % face a 2023 e 699,5 % face a 2017. Em termos de distribuição por sexo, **regista-se uma ligeira prevalência de beneficiárias do sexo feminino (50,5 %; n = 85 765 vs., 49,5 % ou n = 84 170 de beneficiários do sexo masculino)** (ver **Figura 38**).

16. Prestação mensal atribuída a pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, à data da apresentação do requerimento, com vista a promover a sua autonomia e inclusão social. Esta prestação é composta por três componentes acumuláveis – Base, Complemento e Majoração, sendo que esta última aguarda regulamentação para poder entrar em vigor e ser atribuída. Não acumulável com Bonificação do Abono de Família para Crianças e Jovens com Deficiência, Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa (*), Complemento Solidário para Idosos, Pensão Social de Invalidez, Pensão Social de Velhice. (*) Os/As beneficiários/as que já são titulares do Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa, mantêm o direito a esse apoio ao requerer a PSI. Os/As beneficiários/as que requererem a PSI, que não se encontrem a beneficiar de Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa e que venham a necessitar de um apoio por dependência, só podem requerer o Complemento por Dependência.

Figura 38 Evolução do número de beneficiários/as da Prestação Social para a Inclusão, 2015-2024 (Portugal)



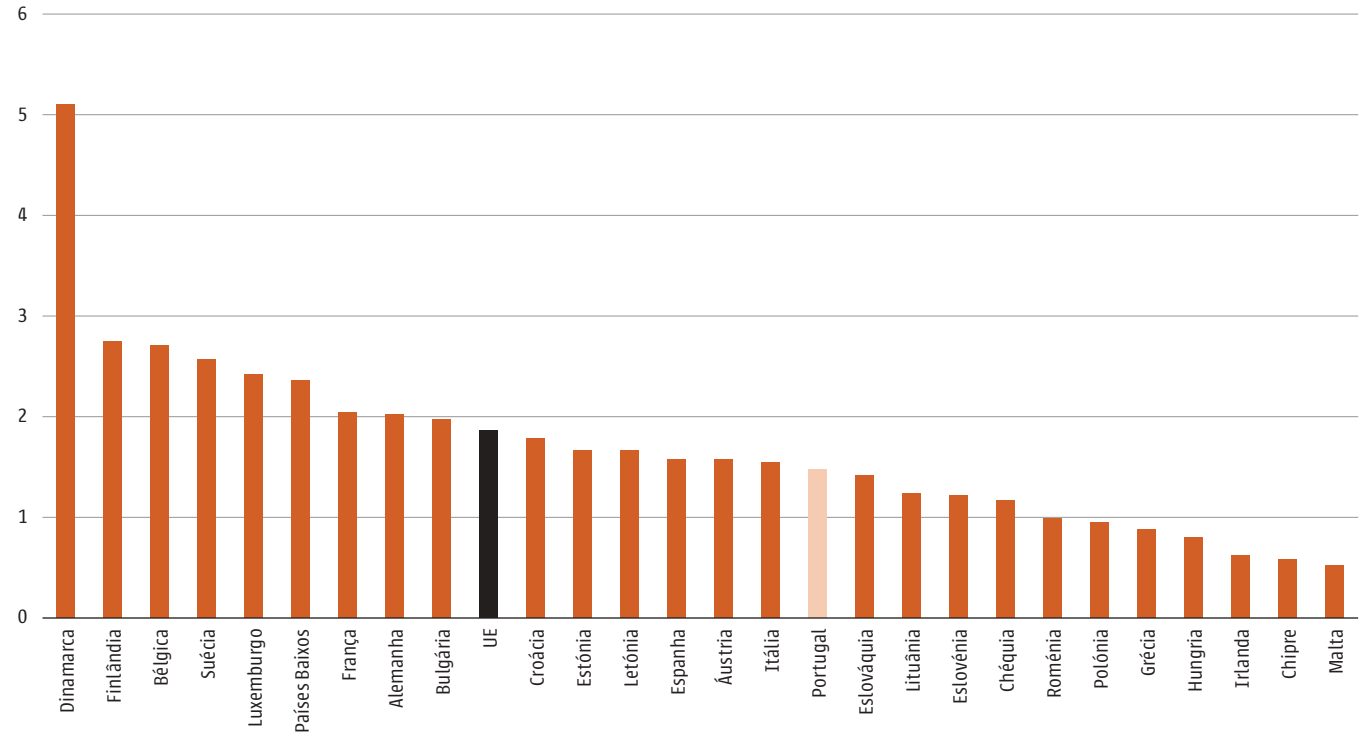
Fonte: GEP-MTSSS (2025b). Prestação Social Para a Inclusão - Dados Anuais [2017 a 2024]. Disponível em: https://www.seg-social.pt/estatisticas
Nota: Situação da base de dados a 1 de fevereiro de 2025. Dados sujeitos a alterações.

Despesa com proteção social

Apesar do crescimento que se tem observado no número de beneficiários/as da PSI, de acordo com dados disponibilizados pelo Eurostat, em 2023, apenas 1,49 % do Produto Interno Bruto (PIB)[17] português foi gasto com a proteção social de pessoas com deficiência. Esta percentagem representa **menos 0,9 p.p do que a registada no período homólogo e está abaixo da despesa da média dos países da União Europeia**, que se situou em 1,88 % do PIB. Ainda em 2023, entre os Estados-Membros com maior despesa, em percentagem do PIB dedicada à proteção social de pessoas com deficiência destaca-se claramente a Dinamarca (com 5,11 %), seguida da Finlândia (2,76 %) e da Bélgica (2,73 %), enquanto a Espanha apresenta um valor próximo do português (1,58 %). Na cauda da Europa encontram-se Malta (com apenas 0,53 %), Chipre (com 0,6 %) e a Irlanda (com 0,63 %) (ver **Figura 39**)

17. O Produto Interno Bruto (PIB) é a medida mais utilizada para avaliar a dimensão de uma economia. O PIB pode ser calculado para um país, para uma região ou para um conjunto de vários países, como é o caso da União Europeia. O PIB é o total de todo o valor acrescentado criado numa economia. O valor acrescentado corresponde ao valor dos bens e serviços que foram produzidos, deduzido do valor dos bens e serviços necessários para os produzir, o chamado consumo intermédio. Fonte: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Beginners:GDP_-_What_is_gross_domestic_product_(GDP)%3F/pt

Figura 39 Despesas com Proteção Social para pessoas com deficiência por PIB[18], 2023 (países da UE; %)



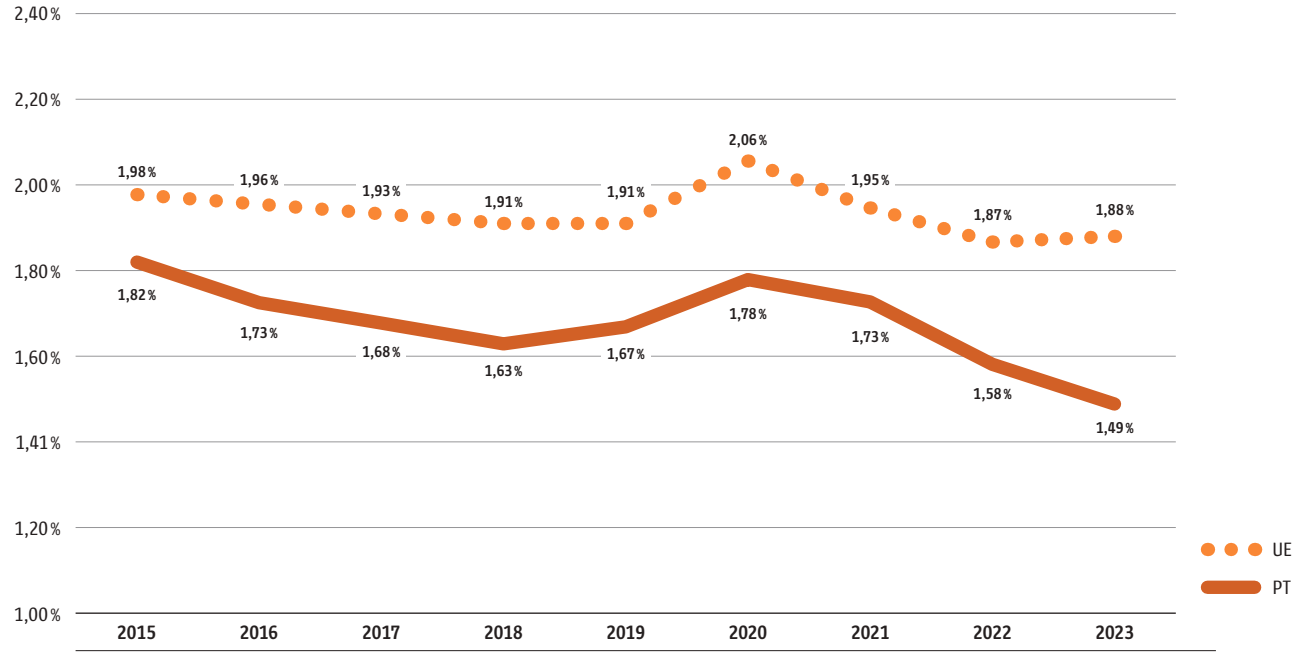
Fonte: Eurostat (2025i). Social protection expenditure on disability by benefits - % of GDP [2015-2025].
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/dsb_sprex01/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_spr.dsb_sprex

Nota: Situação da base de dados a 23 de outubro de 2025.

Numa análise longitudinal, evidencia-se a continuada retração desta despesa, tanto em Portugal (-0,33 p.p face a 2015) como ao nível europeu (-0,1 p.p face a 2015). Importa, ainda notar que a **disparidade entre a despesa portuguesa e a da média dos países da UE continua a agravar-se**, sendo de 0,16 p.p. em 2015, e 0,39 p.p. em 2023, como se observa na **Figura 40**.

18. O PIB é utilizado pois permite uma dimensão, em termos monetários, da despesa com proteção social para pessoas com deficiência numa determinada economia. Para aferir a sua variação ao longo do tempo, o seu valor é comparado a preços correntes, deflacionando a variação do valor do dinheiro ao longo do tempo. A comparação do PIB a preços correntes, permite aferir a taxa real de variação do PIB, tal como o que apresentado.

Figura 40 Despesas com Proteção Social para pessoas com deficiência por PIB[19], 2015 – 2023 (Portugal e média dos países da UE; %)



Fonte: Eurostat (2025i). Social protection expenditure on disability by benefits - % of GDP [2015-2025].
Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/dsb_sprex01/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_spr.dsb_sprex

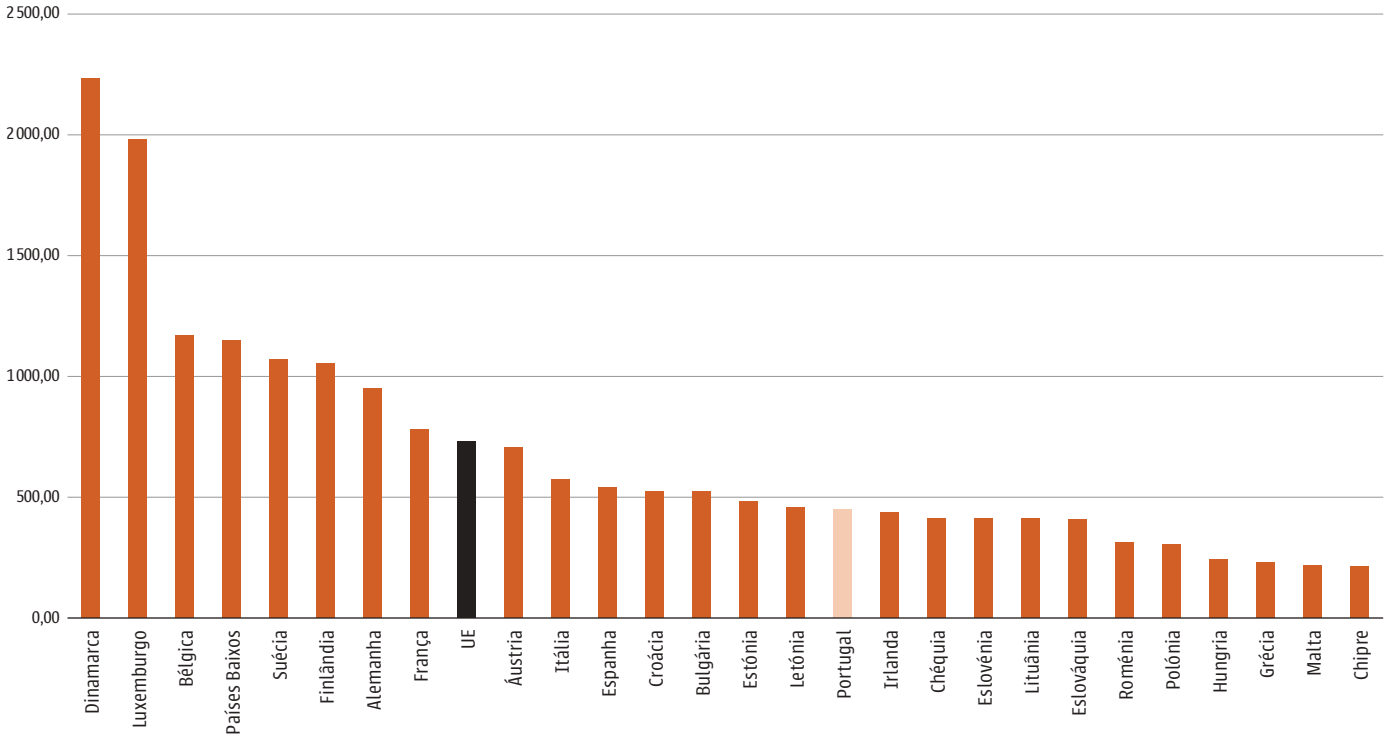
Nota: Situação da base de dados a 23 de outubro de 2025.

Apurou-se também a despesa relativa à proteção social de pessoas com deficiência com base na Paridade de Poder de Compra (PPC), uma medida padrão que permite eliminar as diferenças de poder de compra entre países.

Em 2023, foram gastos, em Portugal, 448,69 PPS[20] por habitante, valor bem inferior ao gasto médio dos países da UE, que foi de 725,28 PPS. A Letónia é o país com um nível de despesa mais semelhante ao de Portugal (453,65 PPS), enquanto que Espanha alocou 538,58 PPS por habitante. A Dinamarca (2227,81 PPS) e o Luxemburgo (1976,79 PPS) foram os países da UE que mais investiram em proteção social de pessoas com deficiência, enquanto que Chipre (212,24 PPS), Malta (218,40 PPS) e Grécia (230,82 PPS) foram os que menos despesa realizaram nesta área (ver **Figura 41**)

19. O PIB é utilizado pois permite uma dimensão, em termos monetários, da despesa com proteção social para pessoas com deficiência numa determinada economia. Para aferir a sua variação ao longo do tempo, o seu valor é comparado a preços correntes, deflacionando a variação do valor do dinheiro ao longo do tempo. A comparação do PIB a preços correntes, permite aferir a taxa real de variação do PIB, tal como o que apresentado.
20. O PPS é calculado a partir da conversão do PIB. O PIB, em euros, é convertido através da medida Paridade de Poder de Compra (PPC), produzindo dados que já não são medidos em euros, mas numa moeda artificial, designada por Paridade de Poder de Compra Padrão (PPS), atribuindo o mesmo poder de compra a todas as economias.

Figura 41 Despesas com Proteção Social para Pessoas com deficiência em PPS por habitante, 2023 (países da UE; %)

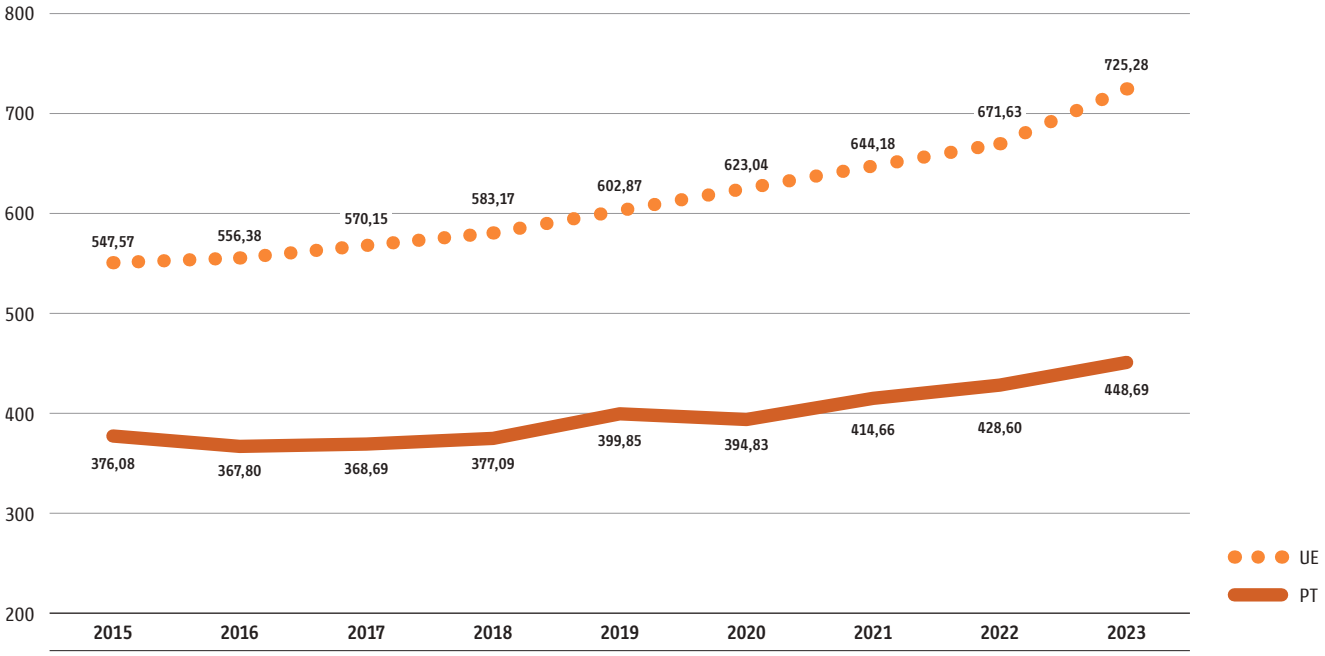


Fonte: Eurostat (2025). Social protection expenditure on disability by benefits - PPS per inhabitant [2015-2025]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/dsb_sprex02/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_spr.dsb_sprex

Nota: Situação da base de dados a 23 de outubro de 2025.

Numa análise longitudinal, é possível ainda observar que Portugal aumentou em apenas 72,61 PPS por habitante a sua despesa (+19,3 %), entre 2015 e 2023, enquanto que a média dos países da UE aumentou 177,71 PPS (+32,4 %), evidenciando-se, assim, **o reduzido nível de despesa pública que Portugal continua a destinar à proteção social deste grupo da população** (ver **Figura 42**).

Figura 42 Despesas com Proteção Social para Pessoas com deficiência por PPS, 2015-2023 (Portugal e média dos países da UE; %)



Fonte: Eurostat (2025i). Social protection expenditure on disability by benefits - PPS per inhabitant [2015-2025]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/dsb_sprex02/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_spr.dsb_sprex

Nota: Situação da base de dados a 23 de outubro de 2025.

Produtos de apoio

O Relatório de Avaliação Física e Financeira do Sistema de Financiamento dos Produtos de Apoio (SAPA), divulgado pelo INR, I.P., mostra que, em 2024, **o orçamento programado total fixou-se em € 34 000 000,00, um acréscimo de 32,8 % face ao período homólogo**. O valor executado foi de € 33 591 285,66, ou seja 98,8 % do orçamento, a taxa de execução mais elevada desde 2011 (ver **Tabela 3**).

No que se refere ao número de beneficiários/as, os dados do INR, I.P. indicam que, em 2024, houve uma redução de 4,4 % relativamente a 2023, fixando-se em 21 812 beneficiários/as. Em contrapartida, o número de produtos de apoio atribuídos aumentou significativamente, atingindo 41 634 unidades, o que representa um crescimento de 42,4 % face ao ano anterior. O rácio médio do montante aplicado por beneficiário/a passou de € 1121,92 em 2023 para € 1558,77 em 2024, refletindo uma subida de 39 %, mas o custo médio dos produtos atribuídos baixou ligeiramente, de cerca de 829€/produto, para 801€/produto

Tabela 3 Evolução da verba orçamentada, executada, número de produtos e de beneficiários/as dos Produtos de Apoio e do rácio do montante despendido por beneficiário, 2015-2024 (Portugal)

Ano	Pessoas abrangidas (N.º)	Produtos de apoio (N.º)	Orçamento programado total (inclui reforço) (€)	Valor executado (€)	Rácio do montante despendido por beneficiário (€)
2015	18 104	22 938	13 480 000,00	12 215 807,87	744,59
2016	13 102	17 075	13 980 000,00	11 137 341,26	1 067,01
2017	18 375	27 784	19 980 000,00	18 980 794,70	1 087,35
2018	11 876	22 632	20 100 000,00	18 908 093,37	1 692,49
2019	13 055	23 833	20 360 000,00	21 117 009,24	1 559,56
2020	13 326	22 373	28 079 000,00	19 550 534,06	2 107,08
2021	16 731	27 883	25 098 000,00	24 786 748,45	1 500,09
2022	19 123	36 309	40 245 700,65	37 744 417,22	2 104,57
2023	22 818	29 230	25 600 000,00	24 241 682,83	1 121,92
2024	21 812	41 634	34 000 000,00	33 591 285,66	1 558,77

Fonte: INR (2025a). Relatórios de Avaliação Física e Financeira do Financiamento dos Produtos de Apoio (SAPA) [2011-2024]. Disponível em: https://www.inr.pt/relatorios-sapa

Aguarda há quase dois anos por produtos de apoio — botas ortopédicas e talas necessárias para a marcha autónoma. Assim, depende ainda mais da família para as deslocações, dada a dificuldade na acessibilidade aos transportes públicos. Há exames médicos em atraso ou dificuldade de acesso em contexto hospitalar e/ou ambulatório (exames aos rins), falta de articulação entre médicos de diferentes especialidades e dificuldade de acesso a tratamentos de fisioterapia.

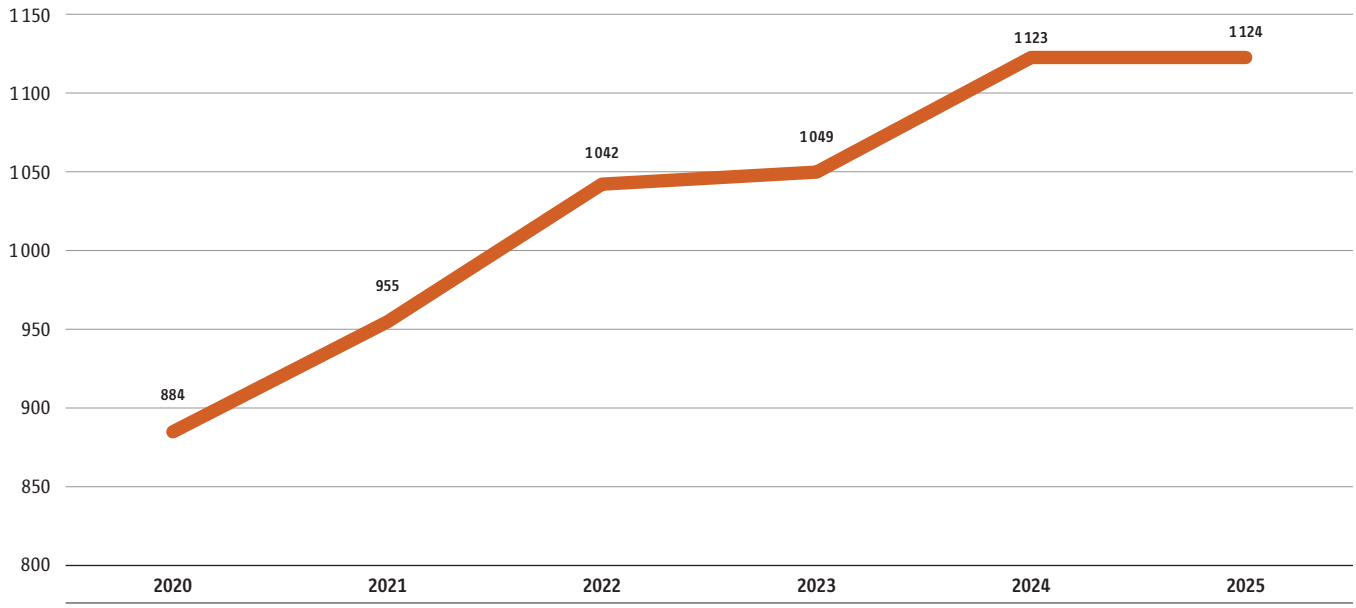
(ID 81, Cuidadora de uma mulher de 41 anos, com deficiência motora e intelectual, Lisboa)

Serviço de Apoio à Vida Independente

Em 7 de dezembro de 2023, por meio da Portaria 415/2023, o Modelo de apoio à Vida Independente foi integrado no sistema português de proteção social, passando a denominar-se Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI). A partir de 1 de março de 2024 começaram a ser celebrados Acordos de Cooperação entre os Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) e o ISS, IP.. A 1 de janeiro de 2025, todos os 35 CAVI em funcionamento tinham assinado o respetivo Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INR, I.P., no final de dezembro de 2024, encontravam-se ativos 1 123 Planos Individualizados de Assistência Pessoal[21] (PIAP). Ao longo do ano de 2024, observou-se apenas um acréscimo de 74 PIAP ativos face ao período homólogo. Os dados disponibilizados em 2025 referem-se somente ao período de janeiro até ao mês de agosto, quando havia 1124 PIAP ativos (ver **Figura 43**).

Figura 43 Evolução do número de Planos Individualizados de Assistência Pessoal ativos, mês de dezembro de 2020-2024 e agosto de 2025 (Portugal continental)



Fonte: INR (2025b). Relatórios Mensais MAVI (Modelo de Apoio à Vida Independente) [2020-2025]. Disponível em: https://www.inr.pt/modelo-de-apoio-a-vida-independente

Nota: Dados referentes a 31 de dezembro de cada ano. No ano de 2025, somente foram disponibilizados os dados até o mês de agosto, com exceção do mês de maio de 2025. Situação da base de dados em 5 de novembro de 2025.

21. Plano Individualizado de Assistência Pessoal – documento decidido em conjunto com a pessoa com deficiência em que são definidas as necessidades de assistência pessoal.

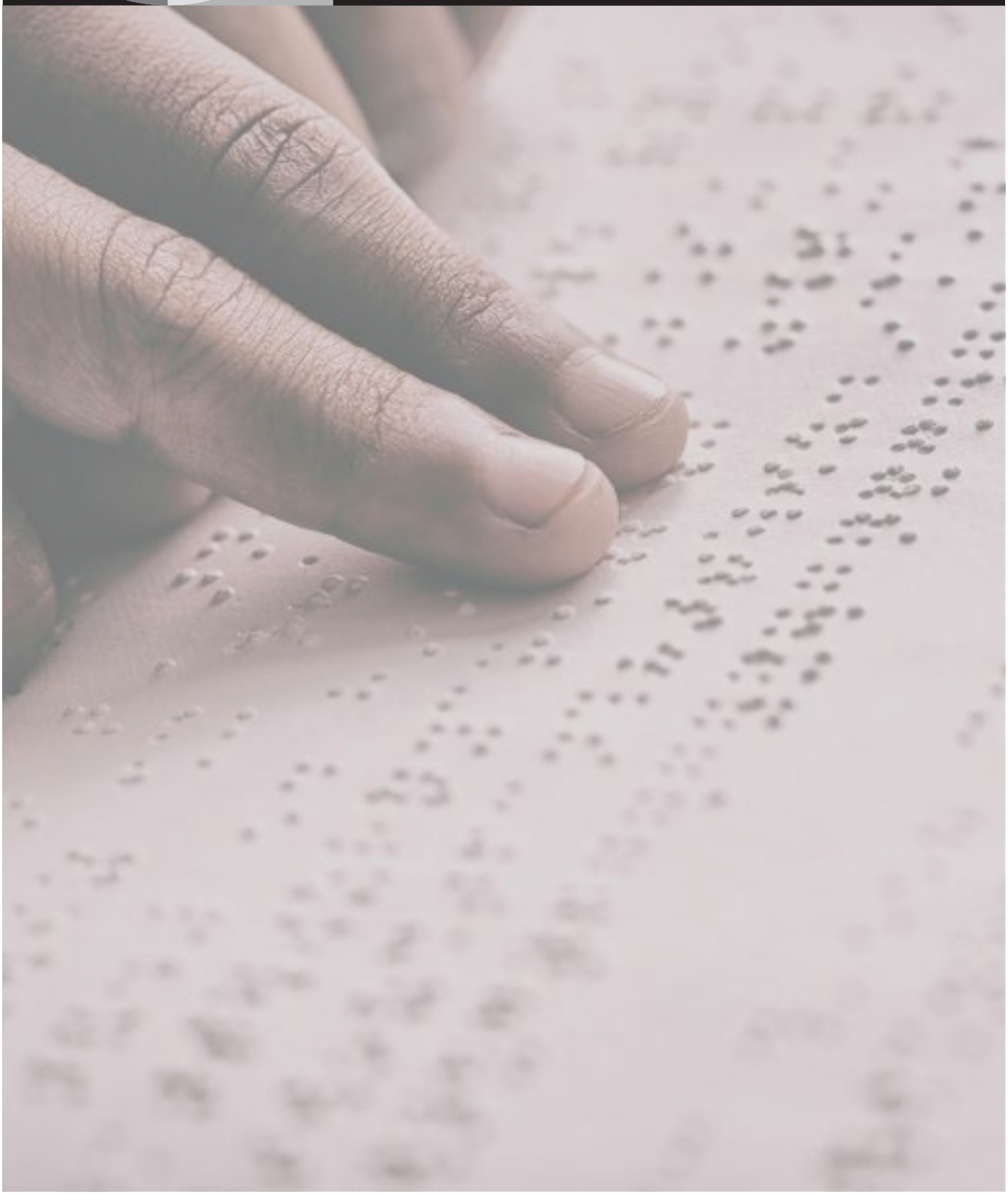
Entre 2020 e 2024, observa-se uma tendência gradual de aumento do rácio de horas diárias de assistência pessoal por beneficiário/a, passando a média diária de 2,41 horas em 2020 para 2,67 horas em 2022, e atingindo 2,94 horas em 2024. Em 2025, o rácio média de horas diárias de assistência pessoal, entre janeiro e agosto de 2025, é agora de 3,05 horas. Não obstante este crescimento, o número de beneficiários/as mantém-se residual.

Requeri o apoio para a Vida Independente no CAVI de Vila Real e até hoje nada aconteceu. Sou deficiente motor, com incapacidade de 84%. Tenho muitas dificuldades de mobilidade e problemas crónicos de saúde que requerem constante apoio e tratamento médico. Vivo sozinho e trabalho como professor.

(ID 18, Homem de 58 anos com deficiência motora, Vila Real)

O estudo **Portugal e os Direitos das Pessoas com Deficiência: Perceções e Desafios**, promovido pelo Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e realizado pelo ODDH do ISCPS, Universidade de Lisboa, procurou identificar as representações sociais da população adulta portuguesa sobre a deficiência, o grau conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência e a disponibilidade para apoiar políticas públicas nesta área. Para o efeito foi realizado um questionário por telefone a uma amostra representativa da população portuguesa com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos. O trabalho de campo, decorreu entre 1 de outubro e 30 de outubro de 2025, sob responsabilidade da E.M. Estudos de Mercado, tendo sido recolhidas 1000 respostas válidas, no continente e ilhas, com uma margem de erro de +/- 3,10% para um nível de confiança de 95%. Coordenado por Paula Campos Pinto, a equipa envolveu ainda Teresa Janela Pinto e Patrícia Neca, e contou com o apoio da bolseira, Ana Toscano. Os resultados preliminares estão disponíveis em: https://oddh.iscsp.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2025/12/sumario-executivo_final_v2-1.pdf

REFERÊNCIAS



Assmann, C., & Broschinski, S. (2021). Mapping young NEETs across Europe: Mapping the institutional configurations promoting youth disengagement from education and employment. *Journal of Applied Youth Studies*, 4: 95-117. https://doi.org/10.1007/s43151-021-00040-w

Blanck, J. M., Brzinsky-Fay, C., & Powell, J. J. W. (2025). Special NEETs: Institutional Influences on School-to-Work Transitions of Young People with Disabilities in Europe. *Work, Employment and Society*, 1-25. https://doi.org/10.1177/09500170251361 8

DGAEP (2025). *Boletim Estatístico do Emprego Público (BOEP)* [2011-2024]. Disponível em: https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=C0F56E62-5381-4271-B010-37ECE5B31017

Eurostat (2025a). *Disability employment gap by level of activity limitation and sex*. Disponível em:https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tepsr_sp200__custom_18610339/default/table

Eurostat (2025b). *Housing cost overburden rate by level of (activity limitation), sex and age*. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dhc060__custom_18381896/default/table.

Eurostat (2025c). *Inability to keep home adequately warm by level of disability (activity limitation), sex and age*. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dhc140/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_ilc.dsb_ilchc

Eurostat (2025d) *Persons in long-term unemployment (12 months or more) by level of disability (activity limitation) - % of total unemployment*. Disponível: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/lfsa_upgadl__custom_18610557/default/table

Eurostat (2025e). *People at risk of poverty before social transfers (pensions included in social transfers) by level of activity limitation, sex and age* [2015-2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/hlth_dpe030__custom_17944268/default/table

Eurostat (2025f). *People at risk of poverty by level of activity limitation, sex and age*. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/4f955a6c-7ff2-4d77-b246-45044b287263?lang=en

Eurostat (2025g). *People at risk of poverty or social exclusion by level of activity limitation, sex and age* [2015-2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/16f37194-9862-4365-86c7-d6102cf8e105?lang=en

Eurostat (2025h). *Participation rate in education and training (last 12 months) by level of disability (activity limitation)* [2022-2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/trng_lfs_24__custom_18311400/default/table

Eurostat (2025i). *Social protection expenditure on disability by benefits* [2015-2022]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/df9ea7e7-87ae-4659-a23f-b76a6e7c50e1?lang=en

Eurostat (2025j). *Young people neither in employment nor in education and training by level of disability (activity limitation) (NEET rates)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/edat_lfse_39/default/table?lang=en&category=dsb.dsb_educ

EU-SILC 2015 (versão outubro de 2017). *Country report on the European Semester – Portugal – Dados processados pelo projeto Academic Network of European Disability Experts (ANED)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1540&langId=en

EU-SILC 2016 (versão março de 2018). *Country report on the European Semester – Portugal – Dados processados pelo projeto Academic Network of European Disability Experts (ANED)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1540&langId=en

EU-SILC 2018 (versão 1 de 2020). *Country report on the European Semester – Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1540&langId=en

EU-SILC 2019 (versão 1 de 2021). *Country report on the European Semester – Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1540&langId=en

EU-SILC 2020 (versão abril de 2022). *Country report on the European Semester – Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1540&langId=en

EU-SILC 2022 (release 2023 v3). *Country report on the European Semester 2024-2025 – Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1540&langId=en

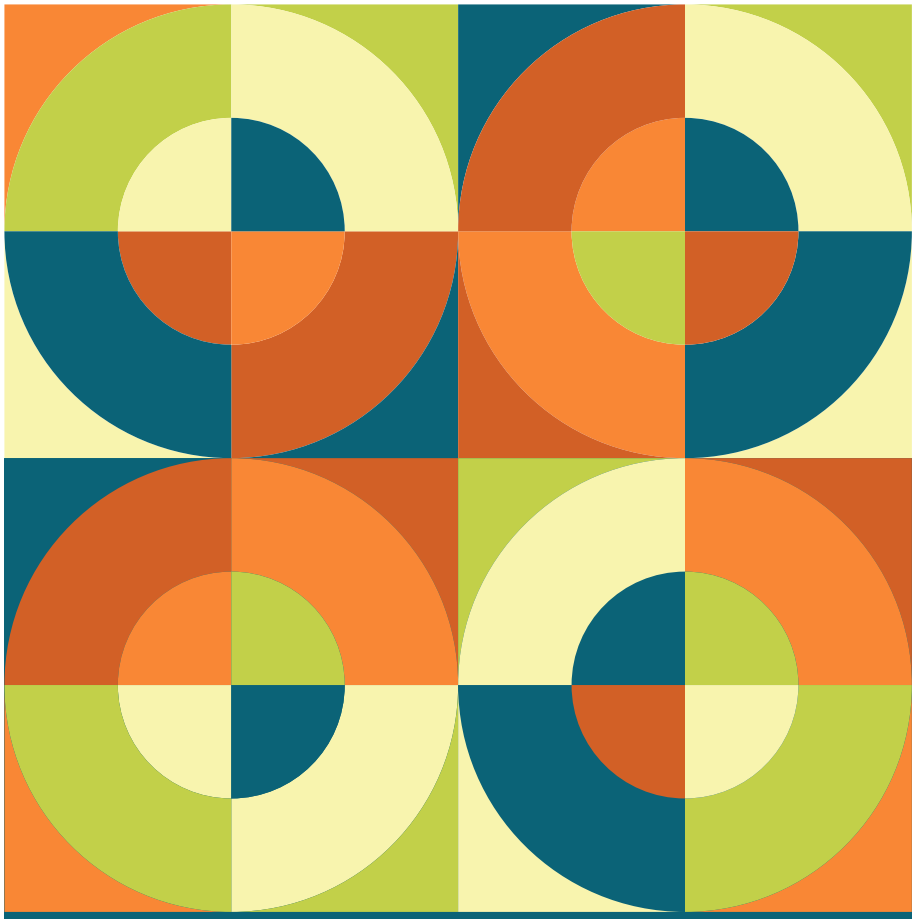
EU-SILC 2023 (release 2024 v1), own calculation). *European Semester 2025 – 2026 country fiche on disability equality*: *Portugal – Dados processados pelo projeto European Disability Expertise (EDE)* (versão aceite pela Comissão Europeia, ainda não publicado).

GEP-MTSSS (2024a). *Balanço social – Coleção Estatísticas* [2011-2022]. Disponível em: http://www.gep.mtsss.gov.pt/sinteses-/-publicacoes

GEP-MTSSS (2025b). *Prestação Social Para a Inclusão - Dados Anuais* [2017 a 2024]. Disponível em: https://www.seg-social.pt/ptss/pssd/estatisticas/estatisticas-psi?type=annual

INR, I.P. (2025a). *Relatórios de Avaliação Física e Financeira do Financiamento dos Produtos de Apoio (SAPA)* [2011-2024]. Disponível em: https://www.inr.pt/relatorios-sapa

INR, I.P. (2025b). *Relatórios Mensais MAVI (Modelo de Apoio à Vida Independente)* [de janeiro de 2020 a dezembro de 2024]. Disponível em: https://www.inr.pt/modelo-de-apoio-a-vida-independente



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Observatório da Deficiência
e Direitos Humanos
Disability and Human Rights Observatory

www.iscsp.ulisboa.pt